

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



DISSERTAÇÃO

Agricultura Familiar – a constituição de um campo

Relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul

Patrick Machado Kovalscki

Pelotas, 2011

PATRICK MACHADO KOVALSCKI

**Agricultura Familiar – a constituição de um campo
Relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul**

**Dissertação apresentada ao programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Doutor William Hector Gómez Soto

Pelotas, 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPEL)

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni (UFPEL)

Prof. Dr. Karl Monsma (UFRGS)

Prof. Dr. William Hector Gómez Soto – Orientador (UFPEL)

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares e mediadores sociais, por compartilharem comigo suas histórias, lutas, conquistas e dificuldades;

Ao meu Orientador Professor Doutor William Hector Gómez Soto, pela dedicação e auxílio na realização deste trabalho;

À minha esposa, por tudo;

Aos meus pais e irmão, pelo apoio;

Aos amigos e amigas;

Aos colegas, companheiros de viagem;

Aos professores do Instituto de Sociologia e Política;

À CAPES pela bolsa de pesquisas, indispensável para este trabalho.

A pesquisa é talvez a arte de se criar dificuldades fecundas e de criá-las para os outros. Nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas.

Bourdieu, 1983

RESUMO

KOVALSCKI, Patrick Machado. **Agricultura familiar – a constituição de um campo. Relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul.** 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

A partir da década de 90, uma nova agenda de pesquisas propôs a agricultura familiar como objeto de estudos pelo mundo. No Brasil, esses estudos conjugam-se com a afirmação dessa categoria por um movimento impulsionado por fatores sociais e políticos. A proposta desta pesquisa é analisar o modo de fazer a agricultura familiar nas organizações criadas para representar e fomentar a organização social, política e econômica desses grupos. As questões que orientam este estudo buscam compreender como agentes, em diferentes posições sociais e com expressiva assimetria de recursos, constroem a categoria agricultura familiar. O objetivo desta dissertação é compreender os elementos e processos, que determinam as relações de poder entre agricultores familiares e mediadores sociais, nas organizações da agricultura familiar. O estudo de caso tem como contexto empírico organizações da agricultura familiar fomentadas por mediadores sociais no município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul. Os resultados da presente pesquisa evidenciam que a relação entre mediadores sociais e agricultores familiares é alicerçada sobre uma assimetria estrutural de recursos objetivos que reproduz relações desiguais de poder, dificultando as intenções igualitárias entre esses agentes.

Palavras-chave: agricultura familiar, mediadores sociais, organização social, relações de poder

ABSTRACT

KOVALSCKI, Patrick Machado. **Agricultura familiar – a constituição de um campo. Relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul.** 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

Since the 90's, a new research agenda proposed the family farm as the object of study throughout the world. In Brazil, these studies are combined with the assertion of that category by a movement driven by social and political factors. The purpose of this research is to analyze the way to make family farm in the organizations created to represent and promote the social, political and economic organization of these groups. The questions guiding this study, looks to understand how actors in different social positions and asymmetric resources, builds the family farm category. The objective of this dissertation is to understand the elements and processes that determinates the power relations between farmers and social mediators in family farm organizations. The empirical context is the case study of family farm organizations fostered by social mediators in São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul. The results of this study demonstrates that the relationship between social mediators and farmers is based on an asymmetry of structural resources that produces unequal power relations, making difficult the egalitarian intentions between these agents.

Keywords: family farm, social mediators, social organization, power relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa ilustrativo da localização de São Lourenço do Sul.....	46
Figura 2 – Usos do solo em São Lourenço do Sul	47
Figura 3 – Modelo Espacial Rural de São Lourenço do Sul	48
Figura 4 – Localização da extinta Pomerânia.....	52
Figura 5 – Esquema do espaço social dos agentes das organizações da agricultura familiar de São Lourenço do Sul e os respectivos indicadores de posição social.....	88
Figura 6 - Capital cultural representado na ilustração do texto de abertura de publicação	91
Figura 7 - Capital cultural reconhecido e reforçado na forma de apresentação de formação que simula uma sala de aula.....	93
Figura 8 – Representação gráfica do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento demográfico de São Lourenço do Sul da década de 50 à década de 90.....	49
Tabela 2 – Relação de emendas parlamentares para São Lourenço do Sul de 2007 a 2010.....	114
Tabela 3 – Votação dos candidatos a deputado federal apoiados pelas lideranças das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.....	115
Tabela 4 – Votação dos candidatos a deputado estadual apoiados pelas lideranças das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais
ASSAF	Associação da Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPEC	Conselho Agropecuário
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito Solidário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
Fig.	Figura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
OGU	Ouvidoria Geral da União
ONGs	Organização Não Governamental
PE	Pernambuco
Pop.	População
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
STE	Superior Tribunal Eleitoral
Tab.	Tabela
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
URGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISSINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
 INTRODUÇÃO.....	 13
 SEÇÃO 01 - EM BUSCA DO SER.....	 31
1.1 A exploração familiar como projeto universal.....	32
1.2 A metamorfose irreversível.....	34
1.3 O retorno do camponês.....	35
1.4 Convergências e divergências.....	37
 SEÇÃO 02 - À PROCURA DO FAZER.....	 43
2.1 Agricultura familiar como categoria de ação política.....	43
2.2 São Lourenço do Sul um balão de ensaio em ebulição.....	45
2.3 A problemática da mediação, ou uma mediação sempre problemática.....	56
2.4 Conclusões sobre o “fazer-se” da agricultura familiar.....	60
 SEÇÃO 03 - ELEMENTOS DO FAZER.....	 63
3.1 Análise relacional e construtivista.....	64
3.1.2 O espaço social como campo de forças e de lutas.....	66
3.2 Análise interacionista, variante dramatúrgica.....	72
3.2.1 Economia moral e formas cotidianas de resistência.....	74
3.2.2 Formas de resistência cotidiana como recurso significativo.....	81
 SEÇÃO 04 - ENFIM, COMO FAZER.....	 83
4.1 Composição do espaço social das organizações da agricultura familiar.....	86
4.1.1 Objetivação do espaço social das organizações da agricultura familiar – elementos estruturais determinantes da ação.....	89

4.1.1.1 Capital cultural percebido como recurso significativo.....	101
4.1.1.2 Capital social perseguido como recurso significativo.....	109
4.2 Constituição do campo - princípios de classificação e processos de distinção	122
4.2.1 Acesso e constituição do campo.....	123
4.2.2 Relação de campo.....	126
4.2.2.1 Diferentes pontos de vista.....	127
4.2.4 Estratégias de conservação e de subversão.....	135
4.3 Poder e resistência.....	142
CONCLUSÃO.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
APÊNDICES.....	162
APÊNDICE A: PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO.....	162
APÊNDICE A1: QUESTÕES DE PESQUISA DO ESTUDO DE CASO.....	162
APÊNDICE A2: Coleta da evidência do estudo de caso.....	166
APÊNDICE B: CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	167
APÊNDICE C: INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS.....	169
APÊNDICE D: REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	170
APÊNDICE D1: Assembleia de fundação do SINTRAF – julho de 2008.....	170
APÊNDICE D2: Assembleia CRESOL – inauguração sede própria.....	171
APÊNDICE D3: Fórum da agricultura familiar – inauguração fábrica de laticínios da COOPAR.....	172
APÊNDICE D4: Manifestações públicas e mobilizações.....	173
ANEXOS.....	174
ANEXO A: MATERIAL INFORMATIVO E DE FORMAÇÃO.....	174
ANEXO A1: Material de formação FETRAF.....	174
ANEXO A2: Material de informativo CAPA.....	175

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abrange as problematizações, dados empíricos e análises sobre a organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul em associações, cooperativas, sindicatos e demais organizações que se mobilizam em torno dessa categoria.

A preocupação central desta pesquisa é compreender os processos de participação nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Neste estudo não se questionam os resultados dos processos participativos no meio rural em que atuam essas organizações¹. O expressivo desenvolvimento dos agricultores familiares de São Lourenço do Sul se dá, em grande medida, por sua organização social estimulada por mediadores sociais, que pode ser evidenciada por indicadores quantitativos como número e montante de projetos de assistência rural, custeio e investimento e qualitativos como no avanço da qualidade de vida dos agricultores familiares de São Lourenço do Sul, expressos na melhoria de suas habitações, reformas, ampliações e construções.

Faz-se uma análise crítica dos processos que envolvem agricultores familiares e mediadores sociais na difícil missão de construir processos participativos igualitários entre agentes objetivamente desiguais. Cabe destacar que a crítica vai no sentido de se criar “dificuldades fecundas” (BOURDIEU, 1983) para que agricultores familiares e mediadores sociais agreguem a suas intensas reflexões essa perspectiva sociológica.

A perspectiva utilizada pela sociologia se pauta pela compreensão da não transparência dos processos sociais. Ela procura ampliar o conhecimento dessa realidade opaca que não se permite perceber no cotidiano a não ser por um esforço consciente de distanciamento, reflexão e objetivação que não é possível se fazer enquanto imerso nas dinâmicas próprias do campo do qual se faz parte.

Meu interesse pela agricultura familiar em São Lourenço do Sul surgiu do

1 Para uma análise comparativa de importantes processos de participação no meio rural ver ABRAMOVAY, Ricardo. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos, o caso das organizações brasileiras de agricultura familiar. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai/ago 2010, p. 268-306.

estranhamento de quem veio da região da campanha gaúcha, dominada por grandes estâncias de criação de gado, onde a paisagem rural pouco povoada, em nada lembra a vivacidade dessa colônia² rural de agricultores, descendentes de camponeses, majoritariamente, alemães e pomeranos. O sentido de comunidade da colônia de São Lourenço do Sul é expresso nas numerosas igrejas e locais de cultos por toda a área rural do município, nas inúmeras festas de comunidade em todas as épocas do ano, e nas vivas relações de vizinhança com a permanência de atividades de reciprocidade e de parceria.

O contato com as organizações da agricultura familiar veio anos mais tarde, entre 2005 e 2008, quando a trabalho na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de São Lourenço do Sul elaborei projetos de desenvolvimento rural em articulação com lideranças dessas organizações. Esse contato foi ampliado a partir de discussões sobre a política rural do município em reuniões no Partido dos Trabalhadores de São Lourenço do Sul que possui em seus quadros muitas lideranças da agricultura familiar.

Da condição inicial de convidado dessas reuniões, em conjunto com muitas dessas lideranças da agricultura familiar de São Lourenço do Sul, passei a filiado do Partido dos Trabalhadores. Minha aproximação inicial do campo se deu a partir de minha formação profissional e do engajamento social como membro do movimento ambientalista local. No momento da pesquisa a opção pelo engajamento político foi limitada à observação, ainda que participante, das reuniões em que as lideranças da agricultura familiar estavam presentes. Procurei, através do aprofundamento da

2 Para uma compreensão dos usos do termo colônia e colono pelos agricultores familiares de origem europeia ver SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº 18, 1992. Segundo Seyferth (1992), a significação mais óbvia da palavra colônia é como sinônimo de comunidade rural, termo originalmente utilizado como categoria classificatória atribuída pela administração colonial. O termo apropriado pelos imigrantes europeus e seus descendentes possui uma relação estreita com a história comum de imigração e com a identificação com o pioneirismo como elaborador da identidade de colono, motivo pelo qual não aplicam aos agricultores brasileiros que não partilharam dessa experiência. O termo mescla elementos como a condição objetiva da reprodução social do camponês, a subsistência a partir de uma pequena propriedade rural, referida como uma colônia, com a forma subjetiva da identificação étnica e histórica comum.

revisão bibliográfica e da objetivação dos agentes e recursos em jogo, o distanciamento necessário para analisar um campo que em parte participo.

Desse contato inicial com os agricultores familiares dirigentes dessas organizações e com os mediadores sociais fomentadores dessas iniciativas, percebi a enorme distância social que os separam.

Ainda que os mediadores sociais orientem-se por princípios igualitários, de horizontalidade na relação e pelo protagonismo dos agricultores familiares, a assimetria de recursos (em especial culturais e sociais) entre esses agentes é muito grande, o que dificulta a concretização de práticas verdadeiramente participativas. A assimetria entre os agentes expressa-se, em especial, nas exigências impostas pelo Estado para a efetivação de suas demandas, seja na execução de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, seja nas mobilizações pela extensão de direitos para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O modelo extensionista proposto pelo Estado, que apenas na última década incorpora os valores de planejamento participativo, reforça ainda mais as distâncias sociais entre agricultores e mediadores sociais. Os mediadores sociais se esforçam para superar esse modelo de extensão por outro paradigma, numa difícil tentativa de conciliar práticas e convicções.

Sem os recursos específicos dos mediadores sociais, como conhecimento especializado e contatos privilegiados, os agricultores familiares não conseguiriam acessar sozinhos os programas e projetos dos governos federal e estadual, ou mesmo de instituições de fomento social.

Nesse sentido, a ação dos mediadores sociais traz ganhos importantes reconhecidos pelos agricultores familiares. Há um incremento das rendas dos agricultores através da articulação de vendas institucionais como em programas sociais como o Fome Zero para populações em precariedade alimentar, como o programa de aquisição de alimentos diretos da agricultura familiar para a alimentação escolar; no incentivo à implantação de cooperativas de compras, venda e crédito, agroindústrias e procura de novos mercados como agroecológicos e orgânicos; no atendimento às demandas de infraestrutura rural como melhoria de estradas, energia elétrica e equipamentos comunitários; bem como projetos de

extensão rural, capacitação e melhoria da qualidade de vida em áreas como saúde, educação e mesmo na reforma e ampliação de suas habitações.

No entanto, parte das proposições dessa relação entre mediadores sociais e agricultores familiares tem dificuldade de se efetivar. Para além dos bons resultados dessa relação, os meios de se efetivá-las são também muito importantes nos discursos de mediadores sociais e na prática diária de agricultores familiares.

A elaboração dos projetos, o estabelecimento de redes de relações, a condução e assessoramento de reuniões e assembleias contam sempre com o papel ativo dos mediadores sociais como “puxadores” ou garantidores dessas iniciativas. Agricultores familiares acabam por ficar numa situação de segundo plano, o que é normal numa situação em que se começa a organizar esses grupos, no entanto, é uma situação temporária que encontra dificuldades em se superar. Mesmo quando mediadores sociais procuram intencionalmente se afastar um pouco das instituições que ajudaram a construir, o rompimento dessa dependência não é fácil, nem livre de constrangimentos.

A compreensão do porquê os processos participativos introduzidos por mediadores sociais há quase trinta anos em São Lourenço do Sul ainda contam com a primazia deles na tomada de decisões é questão fundamental aqui explorada.

Essa percepção levou-me a privilegiar a análise dos aspectos sociais e políticos, em especial as relações de poder e a tomada de decisões nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, em detrimento da análise exclusiva da agricultura familiar em seus próprios termos, circunscrita à unidade de produção familiar.

Os trabalhos seminais sobre a agricultura familiar, frequentemente, destacam os processos que ocorrem internamente à unidade de produção familiar. Salientam mais os aspectos relacionados à unidade de produção agrícola, do que as relações dos agricultores familiares com os demais agentes com quem se relacionam direta e indiretamente.

Na recente, porém profícua bibliografia sobre a agricultura familiar realizada, sobretudo, a partir da década de 90, destacam-se estudos que procuram definir o “que é” a agricultura familiar e “quem é” o agricultor familiar.

Esses trabalhos de referência sobre a agricultura familiar (LAMARCHE, 1993;

ABRAMOVAY, 1992; PLOEG, 2006, 2008) utilizam-se de uma orientação substancialista, que acaba por privilegiar aspectos como a associação entre unidade de produção, gestão e trabalho familiar como definidoras dessa categoria.

A partir dos objetivos a que se propõem, esses trabalhos desenvolvem uma conceituação da agricultura familiar que secundariza a dimensão política dos agentes. Ao centrarem suas análises principalmente na dimensão produtiva, deixam de observar, por uma orientação metodológica, processos que “ultrapassam os limites estreitos da unidade de produção familiar” (MARTINS, 2003), ainda que a análise dessa dimensão produtiva deva ser levada em conta na análise das relações sociais e políticas com outros segmentos.

A proposta desta pesquisa não é partir da coisa feita, tomando a questão específica do “que é” a agricultura familiar ou “quem é” o agricultor familiar, ainda que se reconheça a importância da conceituação e das contribuições desses estudos. Antes, toma-se como proposta, o modo de fazer a agricultura familiar como “categoria de ação política” (NEVES, 2002) nas organizações criadas para representar e fomentar a organização social, política e econômica desses grupos.

O empenho em desenvolver uma conceituação substantiva do “que é” agricultura familiar e de “quem é” o agricultor familiar, ainda que louvável, leva a que se minimize as expressões políticas, que “fazem” (no sentido expresso por Thompson, 1987, em relação ao “fazer-se” da classe social) a agricultura familiar, como categoria socialmente construída.

Analisar as formas de se fazer a agricultura familiar, suas “cadeias de intercâmbio e interconhecimento” (NEVES, 2002), atento, sobretudo, às desigualdades estruturais entre os diferentes agentes que a fazem, permite superar o risco de se cair numa ilusão funcionalista da cooperação entre agentes desiguais.

Ao se trabalhar com uma perspectiva relacional, problematiza-se, também, esse “fazer-se” da agricultura familiar, através da localização dos agentes que a compõem, no espaço social constituído pelas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Antes de se destacar a percepção de classe pela tomada de consciência (THOMPSON, 1987), destaca-se o aprendizado prático através da experiência de lugar que se ocupa nesse espaço social dado (BOURDIEU, 2006), salientando as classificações como processos ativos entre agentes em diferentes

posições sociais.

Compreender os processos através dos quais agentes, em diferentes posições sociais, propõem a construção de um mesmo objeto, a agricultura familiar, para além de uma compreensão ingênua das relações de poder entre agentes assimetricamente desiguais, problematiza os embates que esses agentes estabelecem na definição de seus objetivos e na defesa de seus interesses.

Considerar essas questões é procurar compreender como se dá a relação entre agricultores familiares e mediadores sociais na constituição de uma categoria de ação política como a agricultura familiar em São Lourenço do Sul e coloca como central a questão do poder nessa relação.

O aprofundamento dessas questões, através da revisão bibliográfica, levou-me a relacionar o processo de construção política da categoria agricultura familiar em São Lourenço do Sul com o fenômeno da mediação, na compreensão de que o “fazer-se” da categoria agricultura familiar revela, na realidade, um fazer compartilhado, em que os agentes partícipes do processo encontram-se em forte assimetria estrutural, apresentando contradições não resolvidas nessa relação.

A escolha de São Lourenço do Sul para aprofundar o conhecimento sobre a agricultura familiar, justifica-se pela importância das atividades agrícolas no município, expressa pelo número de estabelecimentos rurais³ e pela expressiva organização desses agricultores, quer através de instituições públicas, como o Conselho Agropecuário – CAPEC⁴, quer pelo grande número de iniciativas da sociedade civil, que se mobilizam através dessa categoria⁵.

Em São Lourenço do Sul, inicialmente, a organização dos grupos mobilizados a partir da categoria pequeno agricultor foi realizada através do trabalho pioneiro de agrônomos ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB e a seu órgão de extensão rural, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, que

3 São Lourenço do Sul é o terceiro maior município em número de unidades de produção do Rio Grande do Sul, com 3.973 unidades de produção, Canguçu vem em primeiro lugar com 7.796 e Venâncio Aires em segundo com 3.978 estabelecimentos agropecuários (segundo dados do IBGE, censo agropecuário de 2006).

4 O CAPEC é constituído por cerca de 70 representantes, entre titulares e suplentes, majoritariamente de associações da agricultura familiar.

5 Essas organizações da sociedade civil apresentam-se em São Lourenço do Sul como associações territoriais, associações de produtores, sindicatos, cooperativas e ONGs.

iniciou seus trabalhos nesse município no ano de 1982.

A preocupação com o êxodo rural, provocado pela “revolução verde”, fez com que se voltassem as atenções para o homem do campo e seus problemas.

A Igreja Católica, com o apoio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, cria a Comissão Pastoral da Terra, na década de 70, em resposta a essas questões.

A partir dessa proposta de atuação junto aos pequenos agricultores, surgem iniciativas de organização do homem do campo em várias partes do país, em especial nos estados do Sul.

Em meados da década de 90, mobilizações realizadas pelos órgãos de representação dos trabalhadores rurais não assalariados, mas pequenos proprietários, mudam o perfil dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Produzem um reconhecimento de demandas específicas dessa categoria, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e, posteriormente, a criação de um ministério, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que executa políticas específicas para esse público⁶.

Nesse período, um fenômeno novo começa a tomar conta do universo rural no Brasil, a organização social do pequeno agricultor que, aos poucos, vai tomando para si a identidade de agricultor familiar, através das lutas específicas da categoria (SCHNEIDER, 2006).

Como alternativa à luta centralizada nos sindicatos, surge o que se denomina novos movimentos rurais (PICOLOTO, 2007), que se expressam a partir de outros espaços como associações, cooperativas, organizações diversas de agricultores familiares, e, também, o que se denomina como novo sindicalismo rural, orientado para a nova identidade de agricultor familiar (FAVARETO, 2006).

Atualmente, em São Lourenço do Sul, há uma disseminação maior de grupos mobilizados através da categoria agricultor familiar que, anteriormente, receberam formação através dos mediadores sociais ligados à IECLB e ao CAPA. Hoje, constituem seus próprios órgãos de atuação e representação, com uma certa autonomia em relação a sua filiação inicial – especialmente a Cooperativa Mista dos

6 Para compreender o impacto dessas políticas públicas na construção da categoria agricultura familiar ver SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. RER, RJ, vol. 42, nº 03, p. 529-548, jul/set, 2004.

Pequenos Agricultores da Região Sul – COOPAR, a Cooperativa de Crédito Solidário – CRESOL e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF. Também se destacam os projetos políticos em que muitos desses agricultores e mediadores sociais ingressaram, tanto no legislativo local, como vereadores, quanto no executivo local, como prefeito ou secretários municipais.

O fenômeno de expansão de organizações, como destacado por Neves (1997, apud COWAN ROSS, 2008), é próprio da situação de contradição dos mediadores sociais, que os coloca numa situação de provisoriedade.

A situação de contradição dos mediadores sociais se dá pela posição central que esses agentes ocupam nesse espaço social das organizações da agricultura familiar que criaram e, em grande medida, ainda sustentam, e a necessidade impulsionada pelo princípio de “fazer surgir o outro”, de prover autonomia ao grupo mediado.

Na fala de mediadores sociais e agricultores familiares é perceptível a preocupação com a dependência destes para com aqueles. Apesar de seus esforços e reflexões, essa relação de dependência permanece forte, ainda que matizada pela ampliação dos agentes em campo e pela renovação de lideranças oriundas da agricultura familiar que no percurso de constituição dessas organizações tiveram menor contato com os mediadores sociais.

Esta pesquisa propõe que essa relação de dependência expressa uma contradição concreta, objetiva, alicerçada na desigualdade de recursos entre mediadores e mediados, que dificulta e mesmo impossibilita as pretensões igualitárias e o exercício da autonomia dos grupos mediados nessa relação.

A provisoriedade dos mediadores sociais, estabelecida por princípio nessa relação, manifesta-se como apreensão e põe em jogo disputas entre os mediadores e entre estes e os mediados pela definição do espaço social. Disputas que exercem influência decisiva sobre a efetivação ou não das pretensões igualitárias iniciais desse processo.

A centralidade das relações de poder entre agentes em disputa por um mesmo objeto, a agricultura familiar, opõe a mobilização de recursos objetivos como estratégia de poder na definição de um espaço social ao caráter moral da interação, que obriga os atores sociais a agirem, condizentemente, com a imagem que

projetam de si mesmos e da situação, sob o risco de perderem legitimidade, o que pode ser mobilizado como estratégia de resistência pelos agentes menos capitalizados de recursos nessa relação.

O que interessa, assim, nos modos de fazer a agricultura familiar, como categoria de ação política e como um fazer compartilhado, são os “princípios de visão e de divisão” de mundo (BOURDIEU, 1996, 2006) das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Através do estabelecimento desses princípios é que se exerce efetivamente o poder e quem o tem propõe as regras do jogo e os recursos aí valorizados, detém efetivamente o poder, pois o propõe como legítimo, e não como arbitrário, com o reconhecimento dos demais. Como se define então o que vale e o que não vale no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul? Quais os recursos aí valorizados e como se dá a legitimação de lideranças? Em outros termos, como se dá a “definição da situação” nas organizações de agricultores familiares em São Lourenço do Sul? Em que medida isso dificulta o processo de autonomia dos agricultores familiares e a efetivação de relações horizontais?

A noção de definição da situação está na base do desenvolvimento da perspectiva interacionista e é melhor sintetizada no Teorema de Thomas (BECKER, 1996, NUNES, 2005) em que “se os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências”. Essa noção é problematizada, porém, pela desigual dotação de recursos dos agentes que compõem essas organizações e o desigual exercício de poder que esses recursos possibilitam.

As questões que orientam este estudo vão no sentido de compreender como agentes, em diferentes posições sociais e com expressiva assimetria de recursos, definem⁷ o espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Trata-se de uma análise que possibilita confrontar a forma com que agentes coletivos desenvolvem estratégias de decisão, de definição, de visão e divisão de mundo. Essas questões permitem compreender como interação e estrutura são mobilizadas pelos agentes na defesa de seus interesses.

Entre os pesquisadores que se debruçam sobre esses fenômenos, em

7 Definição no sentido de valorização de recursos e legitimação de lideranças, ou princípios de visão e de divisão de mundo.

especial, quando se confrontam agentes em situações de desigualdade estrutural, os limites dados à liberdade de interação surgem como principal móvel de disputa.

Por um lado, os que apontam a influência da estrutura na tomada de posição dos agentes, entendendo que a estrutura encontra-se até mesmo em sua interioridade (BOURDIEU, 1996, 2006, 2008a), por outro, os que entendem que, apesar da percepção da desigualdade estrutural, os agentes podem desenvolver estratégias interativas conscientes de manipulação, a partir de imperativos morais, que os possibilitem resistir, mesmo em condições desfavoráveis (THOMPSON, 1998; GOFFMAN, 1985; SCOTT, 2003).

Para trabalhar essas questões, analisei dois diferentes paradigmas que se debruçam sobre poder e dominação, interação e resistência: o paradigma estrutural-construtivista de Pierre Bourdieu, com seus conceitos sistêmicos de campo, capital, habitus e poder simbólico; e o interacionismo dramático apropriado por James C. Scott, através da operacionalização do conceito de economia moral de Thompson, por meio do conceito operacional de formas cotidianas de resistência e suas derivações, discurso público, discurso oculto, política do disfarce e do anonimato.

Do paradigma estrutural-construtivista de Bourdieu, detive-me, principalmente, no recurso metodológico de pensar conjuntamente aspectos da realidade social, atento aos efeitos objetivos da estrutura e à gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação, que se afetam reciprocamente.

Quanto ao interacionismo dramático apropriado por Scott, minha atenção é, principalmente, na possibilidade de manipulação consciente da interação como estratégia de poder, como na contradição entre um discurso público de deferência e um discurso oculto de subversão. A eficácia desse recurso estaria no caráter moral da interação que obriga os atores sociais a agirem, condizentemente, com a imagem que projetam de si mesmos e da situação, sob o risco de perderem legitimidade.

Este trabalho procura avançar nessa discussão, através de um estudo empírico e teórico, em que agentes dotados de diferentes graus de recursos são confrontados a partir da participação em um mesmo espaço de decisões, quer seja numa assembleia, quer seja na condução de um projeto comum.

Como problema de pesquisa, questiona a relação entre dois conceitos centrais, poder e capital, representando fenômenos de dominação e classificação.

De que forma a diferente dotação de recursos define as relações de poder em um espaço social como o das organizações da agricultura familiar?

Entende-se capital como recursos que se encontram desigualmente distribuídos entre os agentes e que são mobilizados por eles na defesa de seus interesses.

Quanto ao poder, utiliza-se a definição de Weber (in. JOHNSON, 1997, p. 177) que conceitua o poder como “a capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos, fazer com que aconteça aquilo que a pessoa quer, a despeito de obstáculos, resistências ou oposição”.

Em oposição a uma concepção substancialista de poder, em que o poder é tratado como uma substância ou recurso que indivíduos ou sistemas sociais podem possuir, adotei, nesta pesquisa, uma abordagem relacional. Em vez de considerar o poder como uma coisa, considera-se o poder como uma relação.

Segundo Bobbio et al. (1998), o poder se expressa em uma relação triádica, na qual para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito; ocorre determinar, também, a esfera de atividade a qual o poder se refere ou a esfera do poder.

A ênfase desta pesquisa nos modos de fazer a agricultura familiar, como uma categoria de ação política e como um fazer compartilhado, destaca, para além dos recursos em si mesmos, o contexto em que os agentes se encontram em interação nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, e o jogo de interesses que essa relação proporciona.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os elementos e processos que determinam as relações de poder entre agricultores familiares e mediadores sociais nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Como objetivos específicos propõe:

Analisar as estratégias de valorização de recursos reconhecidos como significativos nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Analisar as estratégias de resistência dos agricultores familiares como expressão de poder nessa relação.

A hipótese geral é de que recursos objetivos, como maior escolaridade e maior rede de relações, possibilitem um poder maior para os agentes melhor

capitalizados, os mediadores sociais, estabelecendo uma relação de dominação simbólica dos agricultores familiares. Essa relação de assimetria estrutural é acentuada, entretanto, pela valorização de recursos de que os agricultores familiares não dispõem.

A hipótese, referente ao primeiro objetivo específico, é de que as estratégias de valorização de recursos se dão em conjunto com a desvalorização dos recursos dos opositores, ocasionando disputas acirradas, ainda que veladas, por um melhor posicionamento no espaço social. Essa relação de oposição reforça o poder que recursos objetivos proporcionam. As disputas entre os agentes mais capitalizados de recursos culturais e sociais fazem com que os agentes menos capitalizados, os agricultores familiares, sofram mais intensamente a força dessa desigualdade estrutural, expressando uma contradição que acentua a distância entre as intenções igualitárias dos mediadores sociais e a realidade objetiva da assimetria de poder nessa relação.

Quanto ao segundo objetivo específico, a hipótese é de que as estratégias interativas de resistência cotidiana, por se tratar de um espaço social em que os agentes ingressam de forma espontânea e revogável, contando com a participação ativa deles na reprodução dos princípios de produção de valor desse espaço social, são preteridas pela mobilização de recursos objetivos como estratégias de poder e resistência.

A estratégia analítica, adotada neste estudo, combina as proposições teóricas da pesquisa (questões, objetivos, hipóteses), a comparação de padrões e o exame de explicações rivais. Esta estratégia metodológica da comparação de padrões e da oposição de teorias rivais é adotada a partir das proposições de Yin (2010), quanto à pertinência dessas estratégias analíticas para os estudos de caso.

Como técnica específica de análise, o estudo de caso utiliza a comparação de um padrão baseado empiricamente (o estudo de caso das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul) com um padrão previsto (a constituição de espaços sociais relativamente autônomos que funcionam como campos de forças e de lutas).

Além da comparação de um padrão empírico com um padrão previsto, esta pesquisa utiliza-se do confronto das explicações rivais. O espaço social,

condicionado pela estrutura desigual de dotação de recursos, define posições desiguais de poder, em oposição à concepção interacionista das relações sociais, em que os atores possuem controle da interação através de competências interativas, que lhes permitem manipular conscientemente as relações de poder, superando as desigualdades referentes às diferentes posições sociais.

Lallement (2004) chama a atenção de que as oposições de paradigmas rivais, são, muitas vezes, artificialmente acentuadas pelos próprios sociólogos, a fim de melhorar suas visibilidades e suas originalidades respectivas no campo intelectual que lhes é próprio. Entendo que esses paradigmas não são mutuamente excludentes, suas diferenças serão salientadas mais como estratégia metodológica do que como uma pretensa superioridade ontológica das explicações sobre as relações de poder.

Tem-se como variáveis a dotação de capital específico considerado neste espaço social das organizações da agricultura familiar, e o poder de classificação e de dominação nesse espaço social.

Compreende-se que, nas relações do poder social, a noção de causa não envolve em si uma perspectiva de determinismo mecanicista; estabelecem-se relações prováveis, não relações necessárias (BOBBIO et al., 1998). Também se considera na pesquisa, a análise de Boudon et al. (1990) sobre o poder, na qual destacam que o paradigma inerente à análise da causalidade, pela sua concentração unicamente nos resultados, deixa escapar a dimensão estratégica do poder e não permite praticamente elucidar os seus modos específicos de ação.

Por isso, a pesquisa analisa, principalmente, os processos através dos quais os recursos considerados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul são valorizados.

Como estratégia para análise dos dados, trabalhei com o uso de múltiplas fontes de evidência, com triangulação de dados e linhas convergentes de investigação, além da adoção e alimentação de uma base de dados independente do relatório de pesquisa, com dados classificados, separadamente, em notas, documentos (fotos, áudio, vídeo, entrevistas, publicações, registro em arquivos), tabelas e narrativas.

Primeiramente, parti da observação participante, realizada junto às

organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, iniciada no ano de 2008. No princípio, em especial nos dois primeiros anos da pesquisa, a observação participante foi utilizada para poder identificar problemas e hipóteses relevantes (BECKER, 1999) para, num período mais avançado da pesquisa, principalmente no ano de 2010, descobrir hipóteses e testá-las em conjunto com outras técnicas de pesquisa, como análise de conteúdo, construção de grades através de bases de dados oficiais e entrevistas em profundidade.

A observação participante, já nos primeiros contatos, permitiu destacar a desigual dotação de recursos entre agricultores familiares e mediadores sociais no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

A problematização da desigualdade estrutural foi sendo aprofundada, à medida que o contato constante no campo permitiu partilhar mais de perto das percepções dos agentes frente a essa desigualdade.

Utilizei como método de investigação empírica a articulação de técnicas de pesquisa para análise das relações do poder. O mapeamento de um modelo espacial permitiu posicionar os agentes a partir do volume e estrutura dos recursos considerados importantes no espaço social. O método posicional, que identifica as pessoas mais poderosas a partir da posição formal em cargos na estrutura hierárquica de instituições públicas ou privadas, permitiu identificar, preliminarmente, os agentes de maior destaque do espaço social das organizações da agricultura familiar.

Na compreensão de que as percepções exercem uma influência sobre fenômenos do poder real (BOBBIO, *et al.*, 1998), foi utilizado o método da “percepção social do poder”. Através da observação de campo, procuraram-se evidências de manifestações de deferências e, através de entrevistas em profundidade, as expressões de reconhecimento realizadas pelos agentes das organizações da agricultura familiar.

Essas percepções foram reforçadas através da análise de conteúdo das publicações produzidas pelas organizações da agricultura familiar, que eram utilizadas em São Lourenço do Sul como material de formação. A análise de conteúdo foi desenvolvida, segundo as sugestões de Pereira (1998), como uma forma de *approach* do social, como um instrumento não necessariamente rígido e

formalizado, mas com possibilidades criativas e com procedimentos práticos semelhantes a uma pesquisa social.

Do material impresso e em vídeo, construí categorias que relacionam o material empírico com as teorias trabalhadas nesta pesquisa. Para dar maior maleabilidade aos dados e permitir uma exploração rica do material produzido na pesquisa, utilizei o *software* de pesquisas qualitativas NVIVO.

Na pesquisa, apliquei os procedimentos de exploração do material, como exposto por Bardin (1977), através do método de tentativa e erro, para fazer surgir hipóteses, e a afirmação de Bourdieu (2007a), da exploração sistemática do possível, como destacado por Pereira (1998).

Os recursos desse programa de pesquisas qualitativas foram utilizados também para a categorização das entrevistas em profundidade e as gravações de áudio das reuniões e assembleias das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Do material trabalhado na análise de conteúdo e das observações de campo, saíram as hipóteses referentes à pertinência de recursos objetivos, como definidores do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

No ano de 2010, realizei uma observação de campo mais consistente, uma vez que se possuía, graças à observação participante exploratória e à análise de conteúdo do material utilizado pelas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, uma categorização que permitiu direcionar o olhar para as questões propostas pelo marco teórico da pesquisa.

Através da triangulação entre os dados produzidos com as técnicas de observação de campo, análise de conteúdo e produção de grades de dados oficiais, foi possível destacar a importância dos recursos objetivos no exercício do poder e definição das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Esses dados evidenciam os recursos considerados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, mas ainda não permitiam compreender como estes recursos objetivos eram aí valorizados.

Segundo Boudon *et al.* (1990), pelo fato do poder se obscurecer, no próprio jogo e trama das relações entre as pessoas e os grupos, o pesquisador é levado a pôr em evidência o caráter relacional do poder. Nesse sentido, a relativização dos

capitais em jogo, para além de uma concepção substancialista do poder, foi uma estratégia metodológica para a compreensão, não apenas do que dá poder nessa relação, mas como os recursos são valorizados.

Boudon *et al.* (1990) lembram, ainda, que se é verdade que não há poder sem recursos, é preciso, também, que esses sejam mobilizados e, se for o caso, postos em ação. A ênfase nas estratégias de valorização de recursos, por parte dos agentes melhor capitalizados do espaço social, procura dar conta do caráter ativo das estratégias de poder.

A partir das evidências trabalhadas pelas técnicas de pesquisa, foi possível desenvolver um processo de entrevistas em profundidade, que explicitou os procedimentos e estratégias utilizadas pelos agricultores familiares e mediadores sociais, no reconhecimento e afirmação de recursos considerados significativos.

As entrevistas também permitiram, por um efeito de sobreposição (BOURDIEU, 2008b), compreender a perspectiva através dos quais agem os diferentes agentes no espaço social das organizações da agricultura familiar, em especial, a partir da situação de campo em que se encontram.

Ainda que as entrevistas tenham sido conduzidas e procurem evidenciar a prevalência dos recursos objetivos na definição do espaço social das organizações da agricultura familiar, a triangulação de dados feita através de observação de campo, análise de conteúdo e entrevistas em profundidade, como destacado por Becker (1999), pela diversidade de situações em que se abordam os agentes em campo, não seria possível uma falsificação dos dados, sem que os fatos se contradissem em algum momento dado.

A pertinência da análise e dos dados trabalhados numa pesquisa não é dada pela avaliação individual das evidências (BOURDIEU, 2007a), senão pelo conjunto do trabalho que reforça as constatações apresentadas.

Nesse sentido, o trabalho com múltiplas fontes de evidência e a triangulação dos dados corrobora com as conclusões, quanto aos elementos e processos mobilizados pelos agentes melhor posicionados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, em suas disputas pela manutenção ou subversão dos princípios de visão e divisão do espaço social ou, em outros termos, pela possibilidade de definição da situação. Essa dinâmica de valorização e

desvalorização de recursos que opõe os agentes melhor posicionados no espaço social, dificulta ou impossibilita a pretensa relação de igualdade entre agentes objetivamente desiguais. Ainda que não desqualifique os expressivos resultados dos mediadores sociais, essa contradição prejudica o desenvolvimento de lideranças dos agricultores familiares, o que preocupa fortemente os próprios mediadores sociais sensíveis a esta questão.

Para a construção do objeto de estudos, a organização desta dissertação apresenta, na primeira seção, uma análise dos trabalhos de referência sobre a agricultura familiar realizados, principalmente, a partir dos anos 90. Problematisa-se e se destaca a validade explicativa que podem ter para o estudo de caso de organizações da agricultura familiar. O objetivo de se fazer essa revisão foi o de realizar uma análise crítica e propor elementos para o desenvolvimento de uma perspectiva própria.

A segunda seção que trata, especificamente, do fenômeno das organizações de agricultores familiares propõe compreender os modos de fazer dessas organizações. Primeiramente, exploram-se perspectivas que propõem a agricultura familiar como uma categoria de ação política (NEVES, 2002). Em seguida, expõe-se o campo empírico que propiciou as questões condutoras desta pesquisa. Por fim, destaca-se a problemática da mediação, presente nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

A terceira seção desenvolve os elementos teórico-metodológicos, para a compreensão da relação entre agentes dotados de diferentes graus de recursos, e analisa dois diferentes paradigmas sobre os processos de dominação e resistência.

Nele, apresenta-se o paradigma estrutural-construtivista de Pierre Bourdieu, que aborda as relações sociais a partir dos recursos objetivos, através dos quais os agentes se posicionam no espaço social. Campo, capital, *habitus* e poder simbólico são os principais conceitos dessa abordagem.

Como teoria rival, analisa-se o paradigma interacionista, em sua variante dramática, através da apropriação que James C. Scott (2003) faz da noção de economia moral de Thompson (1998), operacionalizando-a através do conceito de formas de resistência cotidiana. Scott aproxima a noção de economia moral da perspectiva dramática, através de noções como discurso público e discurso

oculto.

Analisa-se, ainda, as diferentes condições em que esses conceitos mantêm sua pertinência teórica e a relação que é possível fazer com o campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Na seção final, confrontam-se os dados da observação de campo, análise de conteúdo e de entrevistas em profundidade, com as questões condutoras da pesquisa e as perspectivas teóricas analisadas.

A delimitação do campo foi realizada através do critério de influência no campo das organizações da agricultura familiar e saturação dos dados. Foram entrevistados os dirigentes das organizações da agricultura familiar e principais mediadores sociais atuantes em São Lourenço do Sul.

O exercício do poder entre agentes estruturalmente desiguais, que partilham de um mesmo espaço de decisões, é a principal questão analisada nesta pesquisa.

A pretensão deste estudo é trazer luz para a contradição existente em processos de mediação, em especial, os que envolvem grupos rurais como a organização da agricultura familiar. A desatenção para esse aspecto impede ou dificulta a compreensão das dificuldades enfrentadas por esses grupos em seus processos sociais e políticos de afirmação e reconhecimento.

Através desta construção científica busca-se contribuir para uma reflexão crítica que auxilie o desenvolvimento das práticas de mediação e de participação efetiva das bases nos processos de tomada de decisão.

SEÇÃO 01 - EM BUSCA DO SER*

O objetivo desta seção é delimitar o campo teórico – um breve estado da arte dos estudos sobre a agricultura familiar, que exercem influência no Brasil⁸ – a partir do qual, justificam-se as proposições teóricas e metodológicas escolhidas para a construção de um objeto de análise próprio.

Esta análise preliminar objetiva apontar as questões fundamentais que embasam os estudos seminais sobre a agricultura familiar brasileira, suas opções e recusas teórico-metodológicas, e as perspectivas que apontam para o aprofundamento dos estudos sobre a agricultura familiar.

A agricultura familiar constitui-se como tema de pesquisa acadêmica no Brasil, a partir de trabalhos que propõem haver uma distinção intrínseca entre agricultura camponesa de subsistência e a agricultura moderna, realizada em pequenas e médias unidades de produção, com mão de obra essencialmente familiar, mas ligada mais estreitamente ao mercado. Eles propõem, ainda, a existência de uma diferença substantiva entre essa agricultura camponesa ancestral e a moderna, pequena e média agricultura, então denominada de familiar, em oposição aos estabelecimentos de tipo patronal, que contratam força de trabalho.

A tônica da diferença entre essas agriculturas gera uma agenda de pesquisas que procura definir quem é o novo personagem, que surge a partir dessa distinção teórica e histórica.

Segundo Schneider (2006), a afirmação dessa categoria se dá como um movimento impulsionado por fatores sociais, políticos e intelectuais:

* Versões preliminares deste capítulo foram apresentadas no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural em Porto de Galinhas, PE, Brasil, sob o título Das adjetivações à substantivação: problematizações da perspectiva relacional sobre o debate agricultura familiar e campesinato (KOVALSCKI; SOTO, 2010c); e no II Encontro Internacional de Ciências Sociais em Pelotas, RS, Brasil sob o título Agricultura Familiar – a constituição de um campo (KOVALSCKI, 2010a).

8 Os autores e as obras foram selecionados pela relevância na influência do pensamento contemporâneo sobre os sujeitos que compõem a moderna agricultura familiar brasileira (SOTO, 2002) e pelas necessidades metodológicas da pesquisa sobre a constituição do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Do **ponto de vista social**, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990 (especialmente a Contag que, lentamente vai deixando de lado o discurso de representação dos trabalhadores rurais, até o surgimento de formas de representação que reivindicam especificamente a identidade da agricultura familiar (como é o caso da Fetraf). **Em termos político-institucionais** a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para este público no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. **No campo intelectual**, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratam força de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais. A partir dessa oposição, ao longo da década de 1990 avançam os estudos e pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões **trabalho, gestão e propriedade familiar** (Grifos nossos) (SCHNEIDER, 2006, p. 7).

No Brasil, a problemática da distinção entre agricultura camponesa e agricultura familiar modernizada ganha relevância acadêmica a partir dos anos 90, através dos trabalhos de Lamarche (1993) – uma proposição de agenda comum para analisar a agricultura familiar como fenômeno global, que mobilizou pesquisadores pelo mundo, inclusive no Brasil; Abramovay (1992) – trabalho que obteve a premiação como melhor tese de doutorado do concurso da ANPOCS no ano de 1991 e que propõe, em relação à agricultura camponesa, o surgimento de uma nova categoria social; e também de José Eli da Veiga (1991) com o trabalho de referência que é Desenvolvimento Agrícola - Uma Visão Histórica⁹. Essa distinção é revivida, atualmente, pelos trabalhos de Ploeg (2006, 2008), com a proposição de uma redefinição do conceito de camponês, como resposta para as mesmas questões, que fizeram com que esse conceito fosse superado pelo de agricultor familiar nos anos 90, o que demonstra a vivacidade desta problemática na sociologia do rural contemporânea.

1.1 A exploração familiar como projeto universal

Hugues Lamarche elabora, em fins da década de 80, início da década de 90, uma proposta ousada para os estudos sobre a agricultura familiar: constituí-la como uma agenda global de pesquisas, por entender que a exploração familiar é, mais do

⁹ Para os propósitos desta pesquisa, analisaram-se, exclusivamente, os trabalhos de Lamarche (1993), Abramovay (1992) e Ploeg (2006, 2008).

que nunca, o objeto de um novo desafio, por estar presente no mundo todo. Ele a elege como objeto sociológico universal a partir da constatação de que

Independentemente de quais sejam os **sistemas sóciopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas**, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja por explorações nas quais a família participa na produção (LAMARCHE, 1993, p. 13. Grifos nossos).

Quanto à heterogeneidade das expressões da agricultura familiar, Lamarche propõe tratá-la, não como objetos diferentes, mas como diferentes faces de um mesmo objeto. A forma de operacionalizar essa intenção, de desenvolvimento de um objeto de estudos universal, é, primeiramente, considerar a exploração familiar como um objeto de estudos em si.

Ainda que inseguro com a elaboração de um conceito definitivo, Lamarche (1993, p. 15) elabora um conceito preliminar de exploração familiar, como

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde **propriedade e trabalho estão intimamente ligadas à família**. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (Grifos nossos).

Uma motivação importante, que induz Lamarche a propor uma conceitualização de agricultura familiar, é elaborar uma resposta para a afirmação de Mendras sobre o fim dos camponeses¹⁰. Propõe, então, a distinção entre a exploração camponesa e a exploração familiar, reconhecendo que a primeira praticamente desapareceu na França, mas que a segunda certamente não. O que leva a definir que toda a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas.

Para construir sua argumentação, Lamarche (1993, p.16) aproxima a definição do modelo camponês de produção de Chayanov, ao tipo ideal de sociedade camponesa de Mendras, através do raciocínio de que, “admitindo-se que a exploração agrícola é o próprio fundamento desse tipo de sociedade, essas características são **inteiramente transponíveis** para as unidades de produção agrícola que a estruturam” (Grifos nossos).

Com esse movimento, Lamarche desloca a ênfase dos sujeitos sociais e suas

10 H. Mendras, *La fin des paysans*, Edition Sedeis, Paris, 1967.

interações subjetivas para a unidade de produção. Através desse deslocamento, procurou realizar uma análise que permitisse a superação da heterogeneidade de significações que a categoria social adquire em diferentes contextos sociais e históricos. Para Lamarche, esse tratamento permitiria um trabalho de comparação e universalização.

Na sistematização de uma agenda universal de estudos sobre a agricultura familiar, Lamarche preocupa-se com a ambiguidade do termo exploração familiar, por suas diferentes denominações serem portadoras de simbologias politicamente comprometidas. Essa preocupação com a politização do termo faz com que Lamarche aproxime-se, propositadamente, de aspectos descritivos, relacionados mais com a unidade de produção agrícola do que com a significação que os agentes fazem sobre si ou que recebem dos demais.

Sua análise vincula a agricultura familiar à unidade de produção agrícola. Interliga propriedade, trabalho e família, como definidores dessa categoria social.

A preocupação metodológica, em tratar um objeto de expressões tão heterogêneas e poder levar a cabo a proposta de constituição de um objeto universal, faz com que a pesquisa sobre a agricultura familiar tenha de se deter ao que é mais generalizável nesse fenômeno e, por isso, a ênfase nos aspectos mais descritivos, ligados à unidade de produção e suas relações.

1.2 A metamorfose irreversível

O objetivo do trabalho realizado por Abramovay (1992), publicado no início da década de 90, é o de demonstrar que a agricultura familiar¹¹ é a base do desenvolvimento agrícola de países capitalistas avançados e não um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

O elemento central, distintivo dessa categoria, é o caráter familiar da propriedade, direção, organização e execução do trabalho, em oposição ao caráter patronal, teoricamente, mais coerente com o desenvolvimento capitalista.

Abramovay (1992) desenvolve um conceito distintivo de agricultura familiar em relação à agricultura camponesa, como resposta às teorias que preveem o fim

¹¹ Abramovay (1992) utiliza, indistintamente, no decorrer de sua obra, os termos agricultura familiar, empresa agrícola moderna e unidade familiar de produção como um mesmo conceito.

dos camponeses pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

Segundo essa argumentação, é a prevalência desse paradigma que impede que se reconheça que, especialmente nos países capitalistas avançados, a estrutura social da agricultura se realize sobre a base de unidades familiares de produção, de natureza fundamentalmente empresarial.

Abramovay (1992, p.22) considera que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Como estratégia metodológica, a primeira parte de seu trabalho, dedica-se a “lançar os elementos conceituais, que permitem uma diferença **substancial** entre estes agricultores [...] e os camponeses” (ABRAMOVAY, 1992, p.22. Grifos nossos).

Abramovay (1992) opõe na teoria marxista, categoria objetiva, a categoria socialmente construída. Considera que classe operária, classe capitalista e classe dos proprietários são legítimas nessa teoria, mas que classe camponesa constitui mais uma categoria socialmente construída, através de lutas políticas, do que uma categoria objetiva. Apresenta, assim, uma concepção substancialista do conceito de classe. Desconsidera classe como processo.

1.3 O retorno do camponês

Ploeg (2006, 2008) também se opõe à tese do dualismo, que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais categorias nos estudos rurais. Contudo, opõe-se, ainda, à tese da modernização, que delega a noção de camponês, campesinato e modo de produção camponês ao passado e/ou à periferia (PLOEG, 2008, p. 6):

Teoricamente, os camponeses têm sido retirados de suas terras, e suas casas tomadas por “empresários agrícolas” - bem preparados para obedecer à lógica de mercado. Essa visão pode admitir que alguns camponeses ainda existam em lugares remotos, tipicamente em países em desenvolvimento, mas, segundo ela, eles irão certamente desaparecer à medida que o progresso avança.

Ainda que Ploeg (2006, 2008) reconheça a ação do Estado na modernização da agricultura, os processos sociais, que partem dos agricultores, é que servem

como eixo de análise em suas pesquisas. O autor propõe a retomada da pertinência de se tomar a agricultura familiar como expressões de variados graus¹².

Em relação a esses processos, desenvolve os conceitos de recampesinização/descampesinização/industrialização, embasado em dados empíricos sobre a eliminação na Europa, não do agricultor camponês, mas do agricultor empresarial.

Apresenta, ainda, a recampesinização como um processo que não se confunde com um retorno ao passado, mas como uma ativa reconstrução de relações e elementos, com dimensões qualitativa (pessoas tornando-se camponesas, vindas de qualquer outra condição) e quantitativa (o aumento do número de camponeses no mundo, em especial na Europa).

Ploeg prioriza, nesse processo de recampesinização, duas dimensões: a condição camponesa, sendo essa a particularidade de como o campesinato se insere na sociedade geral que o envolve; e o modo de produção camponês, que se diferencia dos demais pela prevalência da produção de valor e pelo trabalho produtivo. Em relação ao modo de produção camponês, centra, nesse conceito, a principal distinção entre agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista.

Ploeg (2006) propõe as seguintes questões como direcionamento de sua agenda de pesquisas: O que os agricultores estão realmente fazendo? Como eles estão, de fato, enfrentando este “ambiente crescentemente hostil”? Como estão respondendo ao crescente controle exercido sobre eles, pela agroindústria e pelo Estado?

Essas questões levam-no a intensificar a procura de respostas no modo como os agricultores estão fazendo a agricultura e relacionar as respostas ao modo de produção, numa esfera mais especificamente tecnológica e econômica.

Ploeg identifica, nos estilos de produção, a arena de batalha mais decisiva, sendo que “a questão crucial é que a produção agrícola representa para os camponeses, um dos principais campos de batalha” (PLOEG, 2008, p. 41).

12 No Brasil, Wanderley (1999) também propõe, como hipótese de trabalho, que agricultura familiar e campesinato não são categorias mutuamente excludentes, mas que campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar e que as transformações do agricultor moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores.

Ploeg articula modo de produção camponês com condição camponesa, na qual a emancipação (entendida por ele como “um bem sucedido enfrentamento de um ambiente hostil”) coincide com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção, destacando o caráter econômico e não o caráter político desse conceito:

A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios de produção e do trabalho) nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores (PLOEG, 2008, p. 43).

Ele destaca que é a negligência ao modo camponês de fazer agricultura, que leva a que o caráter distintivo dos camponeses seja procurado nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais. Com isso, afirma não negar as relações de desigualdade de poder, mas acrescentar um importante elemento a ser analisado na observação dos diferentes capitais em jogo nessa relação. Ainda, segundo ele, sem essas considerações, as perspectivas de subjugação e dominação política do camponês ficam incompletas, pois falta estudar suas formas de resistência e recursos, que podem ser capitalizados nessas disputas.

1.4 Convergências e divergências

Lamarche (1993), Abramovay (1992) e Ploeg (2006, 2008) propõem uma conceituação de agricultura familiar propositadamente substantiva.

Por diferentes motivos, centram suas análises na unidade de produção, elemento mais exterior e descritível da agricultura familiar. Lamarche, pela proposição de uma agenda global de pesquisas; Abramovay, para provar a não inferioridade da agricultura familiar em relação à agricultura capitalista e Ploeg, por caracterizar o modo de produção como a principal arena de disputas.

Isto faz com que Lamarche proponha tratar a exploração familiar como um objeto de estudos em si; Abramovay procure centrar sua análise no caráter familiar da unidade de produção, em sua dimensão estritamente econômica, em oposição ao caráter capitalista de relações e Ploeg associe a emancipação da agricultura familiar à ampliação do valor agregado por unidade de produção.

A secundarização da dimensão política é característica comum a essas três abordagens: em Lamarche, ela impede ou dificulta a generalização do conceito de agricultura familiar, pelas especificidades de definições políticas que essa recebe em cada contexto; em Abramovay, por opor na teoria marxista, categoria objetiva, a categoria socialmente construída, considerando que classe operária, classe capitalista e classe dos proprietários são legítimas nessa teoria, mas que classe camponesa constitui mais uma categoria socialmente construída, através de lutas políticas, do que uma categoria objetiva; e, em Ploeg, porque a ênfase nas relações desiguais de poder leva a negligenciar o modo camponês de fazer agricultura.

Lamarche e Abramovay destacam, no entanto, exclusivamente, o caráter adaptativo e reativo dos agricultores familiares, frente à modernidade ou às demandas da sociedade global. Ainda que Ploeg destaque o caráter ativo dos agricultores familiares, limita-o a uma vinculação demasiado estreita com a produção.

As opções teórico-metodológicas adotadas por Lamarche (1993), Abramovay (1992) e Ploeg (2006, 2008) destacam a dimensão produtiva da agricultura familiar, sua relação com a unidade de produção e o caráter familiar dessa unidade. No entanto, opções também pressupõem renúncias (QUIVY, 2005). As evidências apresentadas na análise das obras aqui tratadas permitem afirmar que essas renúncias são intencionais, a partir das proposições de trabalho realizadas pelos pesquisadores. Entretanto, não justifica a primazia da dimensão produtiva em relação à dimensão política.

O empenho em desenvolver uma conceituação substantiva do “que é” agricultura familiar e de “quem é” o agricultor familiar, leva a que se minimize as expressões políticas, que “fazem” (no sentido expresso por Thompson, 1987, em relação ao “fazer-se” da classe social) a agricultura familiar, como categoria socialmente construída. Entender classe, como processo em construção e não como algo dado, desloca a ênfase da coisa feita para os modos de se fazer a agricultura familiar, como categoria própria, distinta e distintiva em relação a outros grupos rurais.

A teoria de modos de produção, por exemplo, formados como abstração pura, sem historicidade, desvincula as relações entre capitalismo e outras formações e

estruturas (SOTO, 2002, MARTINS, 1986). Soto (2002, p. 178), em relação a Martins (1986), afirma que “a teoria dos modos de produção de Marx não permite entender a complexidade das relações sociais, suas múltiplas articulações, os diferentes ritmos de desenvolvimento e tempos que coexistem numa sociedade”.

A compreensão de classe no sentido de “fazer-se”, como propõe Thompson (1987), como processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos, destaca a expressão desses acontecimentos na experiência e na consciência dos atores.

Uma análise que leve em conta a historicidade não pode abrir mão da análise das lutas, disputas e conflitos que surgem nos processos sociais. Compreender a classe como fenômeno histórico, como propõe Thompson (1987), nem como “estrutura”, nem como uma “categoria”, “mas algo que ocorre efetivamente”, retoma o sentido político como central na compreensão do “como” que envolve as classes sociais.

Nesse sentido, entende-se que a opção por uma concepção de classe como processo, traz luz a questões que, às concepções substantivas, lhes escapam. Nos termos propostos por Thompson (1987, p. 10), entende-se que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

Essa compreensão opõe-se à tentação generalizada de que classe é uma coisa; nessa concepção processual, classe é uma relação (THOMPSON, 1987).

Das observações de Thompson (1987), adotam-se as premissas que desenvolve sobre classe, não tanto suas conclusões, em especial, quanto à consciência de classe. Adota-se, principalmente, o processo de formação de classe através da experiência, no sentido expresso por Bourdieu (2006):

Mais chegado a um inconsciente de classe que a uma “consciência de classe” no sentido marxista, o sentido de posição ocupada no espaço social (aquilo a que Goffman chama o “sense of one's place”) está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura.

Essas questões problematizam o “fazer-se” da classe social, enfatizando as práticas e o aprendizado prático, através da experiência de lugar que se ocupa no espaço social dado. O “sense of one's place” (sentido de lugar) de Goffman, que

segundo Bourdieu (2006) exige também um “sense of other’s place” (o sentido do lugar do outro), destacando mais as classificações como processos ativos que as classes como categorização teórica abstrata.

Em situações em que os agricultores familiares não se encontram reduzidos a sua unidade de produção, mas são estimulados a ultrapassar os limites estreitos da propriedade, através da participação em associações, cooperativas, sindicatos e outras organizações, a ênfase exclusiva nos processos produtivos perde força explicativa, pois deixa de tratar outros problemas que se tornam mais centrais nas relações destes agricultores.

Neves (1995) destaca que, ao tomar a unidade de produção como objeto de análise, corre-se o risco de cair num reducionismo economicista:

... para o estudo das diferenciadas situações de produção, torna-se fundamental a incorporação da dimensão econômica, mas também política e ideológica, de modo a compreender o jogo de forças que aí subjaz, as alianças e os conflitos, os interesses divergentes e convergentes, a postura dos produtores frente a sistemas de relações sociais e não a modelos de estruturas que os enquadrem e os dirijam a fins já dados (NEVES, 1995, p.31).

Neves (1995) sugere, assim, a tomada da unidade de produção como expressão das posições ocupadas pelos agricultores, como valorização de determinadas opções ou alternativas dos produtores, relativizando sua compreensão como estruturas produtivas definidas.

De termos exclusivamente econômicos, essa relação passa a questões propriamente políticas, ainda que não exclua a pertinência do que se passa na unidade de produção como recurso a ser mobilizado, também, na esfera de relações políticas. A unidade de produção para ser entendida como recurso necessita da mediação com outros domínios sociais (NEVES, 1995). No caso das organizações da agricultura familiar, os recursos provenientes da unidade de produção são tidos como relativos, não absolutos, porque sua pertinência é condicionada ao jogo de poder que é estabelecido entre os diferentes agentes que se relacionam no espaço social.

Estudos que realizam o aprofundamento das estratégias de valorização da unidade de produção familiar, em sentido mais amplo, como recurso relacional de

poder e resistência, analisam as relações de trabalho dentro e fora da propriedade e a complexa relação entre atividades agrícolas e não agrícolas, em especial, através dos conceitos de pluriatividade (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 1999, 2009) e de multifuncionalidade (CARNEIRO, 2006) e as repercussões na identidade desses agricultores (SEYFERTH, 2002). As relações entre agricultura, meio ambiente e sociedade são analisadas por estudos que propõem novas questões sobre unidade de produção e agricultura familiar (SALAMONI, 2000). As interfaces entre o Estado e a agricultura familiar destacam outras questões para além das econômico produtivas como os incentivos e entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS, 2004).

Todos estes estudos apresentam contribuições para a superação do reducionismo da agricultura familiar à unidade de produção em si, relativizando-a enquanto recurso absoluto, ainda que reconheçam o poder que esse recurso confere a agricultores familiares para constituir suas estratégias de poder e resistência.

Uma boa compreensão da unidade de produção como recurso relacional é analisada por Oliveira (2004). Na relação entre agricultores familiares e agroecologistas, Oliveira (2004) aponta para a pertinência de um capital fundiário, formado pelos recursos que a mobilização da unidade de produção permite. Esse capital fundiário, em suas dimensões produtivas e sociais, possibilita o enfrentamento com os mediadores sociais quanto aos interesses específicos do grupo.

No entanto, esse recurso possibilitado pela mobilização da unidade de produção é relativizado e depende do jogo de relações que se estabelece entre os diferentes agentes que compõem o espaço social dado.

Na análise das organizações da agricultura familiar, em que se destaca o caráter político dessa relação, os recursos provenientes da posse e mobilização da unidade de produção são considerados dentro dos processos através dos quais se definem as relações de poder. Considera-se, primeiramente, a capacidade que os diferentes agentes têm de influenciar o peso dos recursos em jogo a partir de suas possibilidades de ação social e em relação aos condicionantes dessa ação.

Ainda que se reconheça a importância da conceituação de agricultura familiar

e das contribuições desses estudos, a secundarização da dimensão política e do caráter construído desses grupos acaba por aprofundar a desigualdade entre os agentes que compõem esse espaço social. Essa desigualdade não se expressa, exclusivamente, através de ações produtivas, ela é melhor compreendida ao se considerar formas de dominação e expropriação, que vão muito além das relações estabelecidas, exclusivamente, através da unidade de produção.

SEÇÃO 02 - À PROCURA DO FAZER

Esta seção objetiva a busca por elementos que permitam ampliar a compreensão da agricultura familiar para além da associação entre unidade de produção, gestão e trabalho familiar como definidoras dessa categoria.

Primeiramente, apresentam-se outras leituras, que permitam avançar na análise do modo de fazer a agricultura familiar nas suas associações, sindicatos e organizações.

Em seguida, mostra-se o contexto empírico que produz essas indagações e exploram-se, ainda, as especificidades do campo em que agricultores familiares, localizados no extremo sul do país, no município de São Lourenço do Sul, realizam uma atividade de desenvolvimento rural, que ultrapassa os limites estreitos da unidade de produção familiar.

Por fim, desenvolvem-se questões referentes à problemática da mediação que situações como essas possibilitam.

2.1 Agricultura familiar como categoria de ação política

Um dos referenciais utilizados para a problematização e busca de outros referenciais de análise sobre a agricultura familiar no Brasil é a discussão proposta por Neves (2002) da definição da agricultura familiar como uma categoria de ação política.

Neves (2002) não reconhece o termo agricultura familiar como um conceito teórico, atribuindo a esta uma dimensão política¹³, como o investimento de um segmento instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração:

A constituição do projeto de consolidação de uma *agricultura familiar* se

13 Perspectiva compartilhada com Martins (1986, 2003) em relação ao termo camponês; Thompson (1987) em relação à recusa em tratar classe como categoria, entendendo-a como fenômeno histórico; e Bourdieu (2006) quanto às problematizações referentes à “classe no papel” e “classe provável” pela proximidade dos agentes no espaço social e compartilhamento de experiências de posição.

legítima pela construção de novas posições sociais, genericamente qualificadas pelo termo político *agricultor familiar* (NEVES, 2002, p. 137. Grifos do autor).

Neves (2002) destaca a inserção desses agentes, em um projeto de mudança da posição política, mobilizados à construção de novas posições sociais, mediante engajamento político e, por isso, da secundarização do papel econômico e social.

Afirma só ser possível entender-se o termo agricultor familiar, através dos significados atribuídos por seus protagonistas, outrora, uma identidade reconhecida como colono, posseiro, parceiro, morador. Atualmente, essa identidade tem sido substituída, nos termos de Neves (2002), por um investimento de um segmento instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração.

Entende-se que o reconhecimento da agricultura familiar, como uma categoria de ação política, permite compreender questões que as perspectivas substantivas não permitem.

A compreensão de processos que se desenvolvem fora da unidade de produção familiar, envolvendo, no entanto, agentes que se mobilizam a partir dessa categoria, é dificultada pelas classificações propostas por estudos substancialistas.

O tratamento da agricultura familiar, como categoria política, permite compreender todo um universo de relações, que supera a imbricação limitadora da unidade de produção, gestão, trabalho e família.

Analisar processos de organização de agricultores familiares, a partir de espaços como associações, cooperativas, sindicatos e conselhos agropecuários permite compreender os objetivos sociais dos agricultores familiares para além da reprodução familiar, incorporando outras dimensões além da dimensão econômica.

Como explicar os processos de organização em torno da categoria agricultura familiar, conduzidos, muitas vezes, por jovens¹⁴ que saíram do campo para estudar e retornam a sua região de origem, não para constituírem uma exploração familiar¹⁵,

14 O presidente do Conselho Agropecuário e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, para citar apenas os casos de maior destaque, têm menos de 30 anos de idade. O primeiro possui formação superior em agronomia e o segundo formação agrotécnica.

15 Por uma questão de logística, uma vez que desenvolvem sua atividade no centro da cidade, acabam por abandonar a localidade onde moravam com seus pais para constituírem uma nova propriedade, agora com características rurbanas, ou seja, localizadas nas franjas do núcleo urbano, com uso agrícola apenas simbólico, parecendo-se mais com um sítio de lazer ou

mas para desenvolver um projeto de desenvolvimento rural a partir de outros espaços, que não a unidade de produção familiar?

O desvio metodológico, em se tomar as formas de se fazer a agricultura familiar como uma categoria de ação política deve, contudo, estar atento não só às “cadeias de intercâmbio e interconhecimento” (NEVES, 2002), mas às relações de poder que se estabelecem no cerne mesmo dessas relações de mediação, sem o qual, corre-se o risco de se cair numa ilusão funcionalista da cooperação entre agentes desiguais.

A análise, não da produção de identidades, mas da composição do espaço social que compõe a agricultura familiar como categoria política – as associações, cooperativas, sindicatos, propriamente ditos – permite explorar a produção da agricultura familiar em sua complexidade, em especial a contraditória relação entre agentes assimetricamente desiguais, como agricultores familiares e mediadores sociais, que se relacionam nessas organizações.

2.2 São Lourenço do Sul um balão de ensaio em ebulição

O objetivo deste tópico é apresentar o contexto que propiciou a construção de um objeto de análise próprio: a organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Leva-se em conta as especificidades da constituição da agricultura familiar no extremo sul do Brasil, mais especificamente em São Lourenço do Sul, fundada a partir de um projeto de colonização privada em 1858.

São Lourenço do Sul encontra-se na região sul do Brasil, na zona sul do Rio Grande do Sul, extremo sul do país (Fig. 1), entre as coxilhas da serra dos Tapes e as margens da Lagoa dos Patos. Dista 198,9km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, 59,2km de Pelotas, cidade polo da região, e 110,9km da cidade de Rio Grande, maior porto da região sul.

Sua localização geográfica situa-se a uma latitude 31°21'55" sul e a uma longitude 51°58'42" oeste.

residências em áreas de menor densidade demográfica na periferia da cidade.

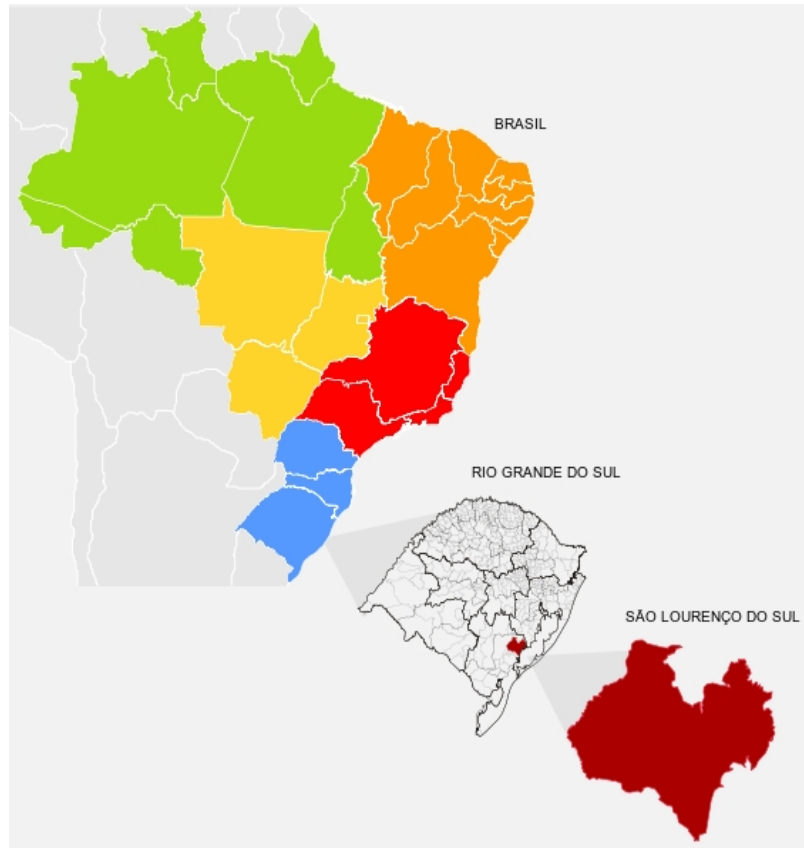


Figura 1 – Mapa ilustrativo da localização de São Lourenço do Sul
 Fonte – elaboração própria a partir de Felipe Menegaz e Raphael Lorenzeto de Abreu
 in http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Labelled_Map.svg e
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoLourencodoSul.svg

A BR 116, principal rodovia brasileira, divide a área de várzea (Fig. 2), formada por grandes propriedades, agricultura extensiva, principalmente a orizicultura, pecuária extensiva de corte, com presença mais expressiva de descendentes portugueses; do relevo acidentado da área colonial (Fig. 2), com estrutura fundiária de pequena propriedade, agricultura familiar, boa organização dos produtores, produção leiteira em pequenas propriedades, cultura do fumo e solos pouco profundos, com presença majoritária de descendentes de pomeranos e alemães (PDDIS de São Lourenço do Sul, Lei nº 2.839/02-10-2006). A presença de quilombos pode ser percebida em ambas as partes da área rural de São Lourenço do Sul, ainda que com origens diferentes. No relevo acidentado da área colonial, teriam se formado a partir de migração de negros escravizados de Canguçu, enquanto que, na área de várzea, seriam antigos negros escravizados por fazendeiros locais (SURITA; BUCHWEITZ, 2007).

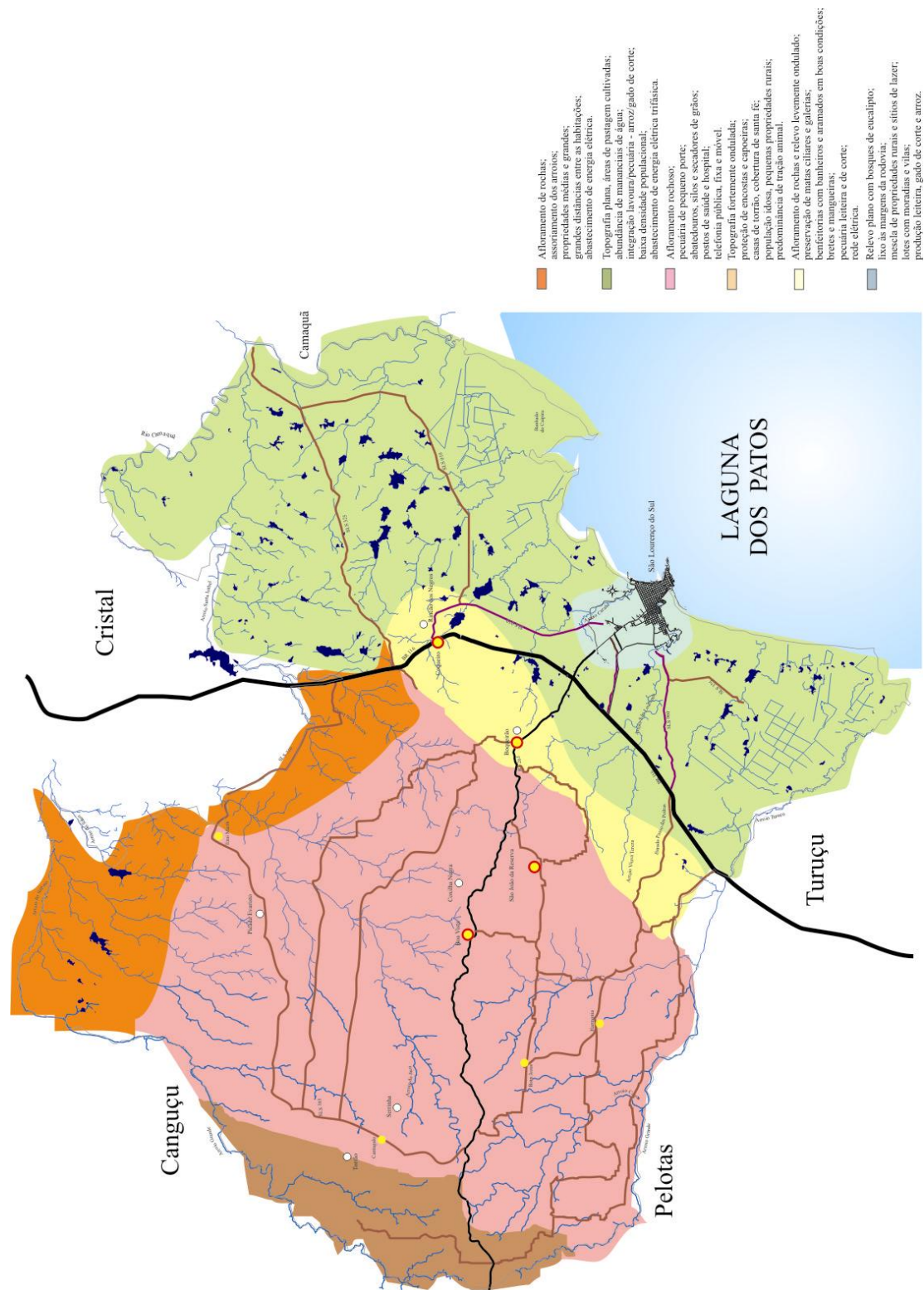


Figura 2 – Usos do solo em São Lourenço do Sul. Destaque para a divisão territorial do município pela BR 116 que separa a área da campanha (à direita) do relevo acidentado da área colonial (à esquerda).

Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Lei nº 2.839/02-10-2006 – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável

São Lourenço do Sul foi dividido, no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, Lei nº 2.839/02-10-2006, em três macrozonas, complementares e inter-relacionadas: Área Rural, Área Periurbana e Área Urbana. Na Área Rural, encontra-se a Área Colonial – UP1A (Fig. 3), composta por quatro centralidades distritais (centros aglutinadores de serviços, do comércio, educação, atendimento à saúde, atividades religiosas e recreação; aglomerados que se desenvolvem linearmente ao longo de uma estrada municipal; equipamentos de infraestrutura básica) e quatro núcleos urbanos distritais (são centralidades distritais, com lei específica de delimitação de perímetro urbano, população mais expressiva, concentração de equipamentos comunitários de atendimento à saúde e à educação, mas carente de equipamentos de infraestrutura, de atividades geradoras de emprego e renda e de atividades culturais, de lazer e recreação).

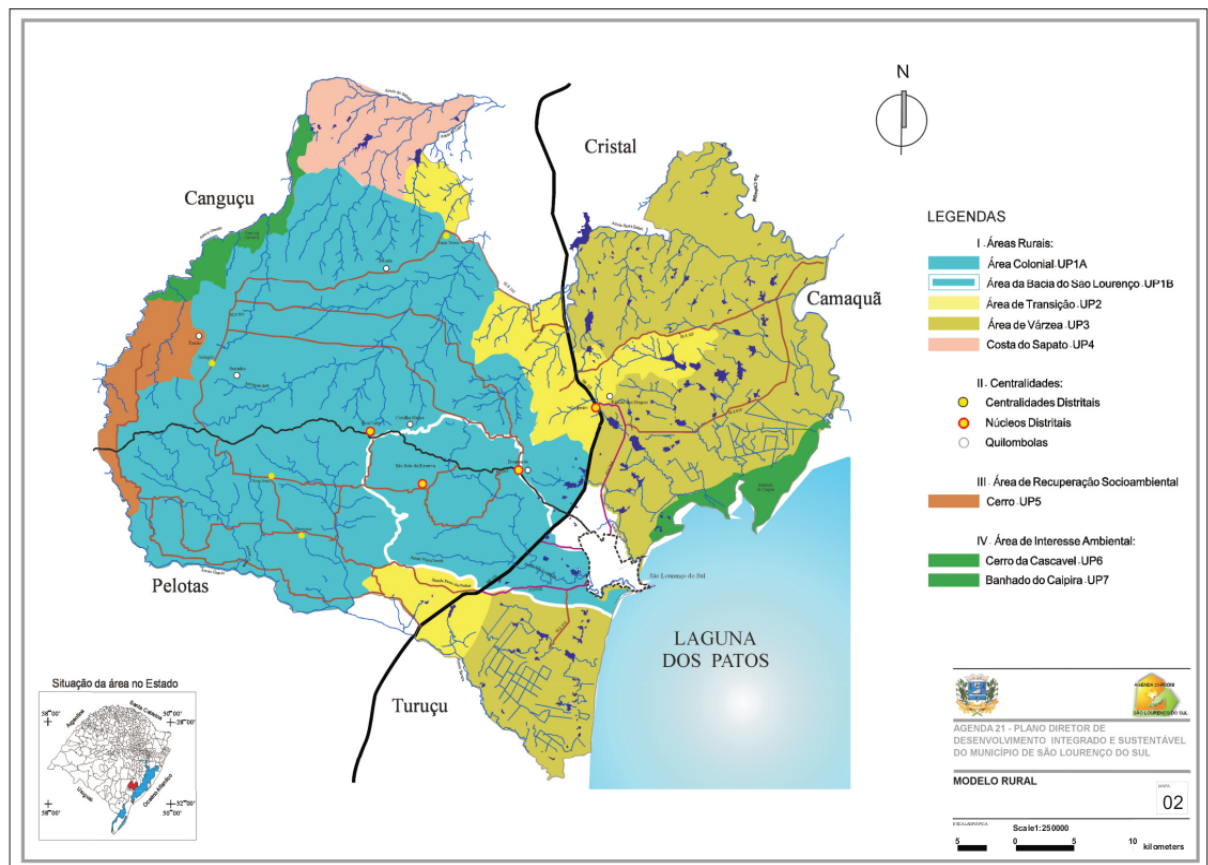


Figura 3 – Modelo Espacial Rural de São Lourenço do Sul – Mapa 02.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Lei nº 2.839/02-10-2006 – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável

Atualmente, São Lourenço do Sul possui 43.114 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos numa área de 2.036km². No perímetro urbano, a área é de 13,5km² e habitam 24.234 pessoas, sendo que, na área rural, habitam 18.880 pessoas. Até o ano de 1996, a população rural foi maior do que a população urbana. Na época, a população total do município era de 42.268, sendo a população urbana correspondente a 50,79%. Nos dias de hoje, corresponde a 56,21%, apresentando um pequeno aumento da população urbana em relação às mudanças ocorridas na década de 90 (Tab. 1).

Tabela 1 – Crescimento demográfico de São Lourenço do Sul da década de 50 à década de 90

Pop./Década	1950	1960	1970	1980	1993	1996
Pop. Urbana	4.900	7.100	9.870	14.076	20.376	21.472
Pop. Rural	26.500	26.400	30.028	27.489	21.660	20.760
Pop. Total	31.400	33.500	39.898	41.565	42.036	42.268

Fonte: elaboração própria a partir de Hammes (2010).

São Lourenço do Sul é o terceiro maior município em número de unidades de produção do Rio Grande do Sul, com 3.973 unidades de produção. Canguçu vem em primeiro lugar, com 7.796, e Venâncio Aires, em segundo, com 3.978 estabelecimentos agropecuários (segundo dados do IBGE, censo agropecuário de 2006).

O período histórico em que o município de São Lourenço do Sul começa a ser esboçado, segunda metade do século XIX, constitui um período turbulento de expansão capitalista pelo mundo.

Na Europa continental, o aprofundamento das crises sociais geradas pelo capitalismo rompe com os resquícios feudais, desliga os camponeses da terra e colapsa as relações de reciprocidade. A liberdade jurídica, mais do que uma bênção, pesou sobre muitos como uma maldição, que os liberou, sobretudo, de seus meios de vida, a terra e o trabalho, uma vez que não conseguiam bancar os pesados impostos que recaíam sobre eles. As cidades, por sua vez, não conseguiam absorver, em sua totalidade, a mão de obra expulsa das atividades agrícolas. Nesse contexto a colonização serviria como uma “válvula de escape” (FACHEL, 2002) para as tensões sociais na Europa que assim expulsava seus excedentes populacionais.

No Brasil, as pressões provenientes, sobretudo da Inglaterra, pela ampliação do mercado consumidor para seus produtos industrializados, exigiam o fim do tráfico de escravos e a subsequente transição para o modo capitalista de produção.

País com uma estrutura de produção baseada na extração de trabalho não remunerado, a solução para a manutenção do *status quo* da elite branca de origem portuguesa, não suportaria uma transição para um regime livre de compra e venda de trabalho, se não houvesse dispositivos de substituição da renda proveniente da exploração do trabalho alheio não remunerado.

O caráter deliberado da associação da Proibição do Tráfico de Escravos com a Lei de Terras de 1850 (MARTINS, 1973), constitui uma antirreforma agrária, pois o regime anterior de propriedade, na ótica da elite nacional, era permissivo com a ocupação de “terras livres”, que possibilitaria o ideal camponês de autonomia, a produção para subsistência e a comercialização de seu excedente.

A colonização nesses moldes resolveria apenas uma parte do problema a que se propunha, ou seja, o abastecimento interno de gêneros alimentícios. O outro problema, não menos importante para a elite nacional, era a substituição do trabalho escravo, em vias de extinção, como principal riqueza dessa elite. O acesso a terras livres impossibilitaria a substituição do trabalho escravo, uma vez que não haveria atrativos para que camponeses se ligassem a grande propriedade e não produziria um outro bem concentrador de riquezas.

Uma das consequências da Lei de Terras foi o estímulo à iniciativa privada para a formação de empresas de colonização. São Lourenço do Sul é fruto destas relações. Seu fundador, Jacob Rheingantz, vivenciou não só a expansão do capitalismo em sua terra natal, a Prússia – a Alemanha só seria unificada em 1871– e na vizinha França, como conheceu de perto o capitalismo americano nos três anos em que viveu nos Estados Unidos da América (HAMMES, 2010).

O senso de oportunidade e a procura por ascensão social e econômica fizeram com que Rheingantz migrasse da Prússia para a França, desta para os Estados Unidos e daí para o Brasil, onde se empregou em uma indústria de importação e exportação, casando-se com a enteada de seu empregador e chegando a sócio dele num curto período de tempo.

A idealização da colônia de São Lourenço do Sul foi um projeto arquitetado

por Rheingantz, como uma forma de definitivamente se estabelecer como grande empreendedor. Conhecedor das leis brasileiras de acesso à terra e de imigração, Rheingantz estabelece um contrato com o Império, para 52.000ha, para povoá-lo com 1.440 colonos, em cinco anos (HAMMES, 2010). Viabiliza, economicamente, a colônia privada em São Lourenço do Sul, através do estabelecimento de uma sociedade com o latifundiário local, José Antonio de Oliveira Guimarães .

Em 1958, Rheingantz agencia a primeira leva de migrantes germânicos, para seu empreendimento de colonização no extremo sul do país. Com o desgaste da emigração para o Brasil, devido ao descumprimento das condições mínimas propagandeadas na Alemanha pelos agenciadores, mas inexistentes na realidade das colônias brasileiras, Rheingantz acaba por procurar, mais adentro, ao nordeste, povos que desconhecessem essas denúncias, ainda dispostos para migração e que tivessem uma tradição camponesa mais viva.

Este contexto propiciou que, ao longo dos anos, 80% das terras do interior de São Lourenço do Sul fossem ocupados por imigrantes pomeranos (HAMMES, 2010). Os pomeranos são antigos povos eslavos, germanizados através dos séculos, anexados à Prússia por volta de 1700 (Fig. 4). São Lourenço do Sul é um dos poucos lugares, no mundo, que conserva os costumes, dialeto e cultura pomerana, inexistentes hoje em seu lugar de origem. No Brasil, apenas em algumas cidades de Santa Catarina e Roraima e no Espírito Santo, encontram-se colônias de pomeranos, tendo São Lourenço do Sul (bem como o interior de Pelotas e Canguçu) a maior concentração de descendentes de pomeranos do país (HAMMES, 2010).



Figura 4 – Localização da extinta Pomerânia

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Administrative_division_of_pomerania.png

Ainda hoje, os pomeranos são associados, pejorativamente, especialmente na região sul do Brasil, a um povo rude, bruto, ignorante e mesmo relaxado, com a intenção de desqualificá-los como agricultores, em relação a migrantes vindos de áreas mais industrializadas da Alemanha. Em algumas regiões (vale do Itajaí), o pomerano é sinônimo de colono ou de agricultor, com referência a sua ocupação agrícola, enquanto que alemão representa mais especificamente uma identidade étnica apropriada pelos moradores da cidade (SEYFERTH, 2002).

Em São Lourenço do Sul, existe um preconceito, expresso na forma de deboche e insinuações, de descendentes de alemães, em relação aos descendentes de pomeranos, referentes a uma imposta inferioridade cultural e uma suposta falta de asseio. Quanto aos descendentes de pomeranos, sua identificação como classe social, como colonos, sinônimo de agricultores, é mais fortemente mobilizada do que sua identidade étnica, da qual muitos desconhecem a origem exata (KOVALSCKI, 2010b). Atuais esforços da municipalidade e de organizações da sociedade civil propõem uma revalorização do pomerano, desenvolvendo rotas turísticas, destacando o lado pomerano da colonização lourenciana em festas e em datas comemorativas.

As características referentes a uma colônia privada fizeram com que os colonos que aqui se instalaram, tivessem uma organização totalmente alheia ao

Estado brasileiro. Praticamente, serviços sociais e comunitários como educação, segurança, saúde, e serviços religiosos, bem como a abertura e manutenção de estradas, eram realizados pelos próprios moradores da colônia de São Lourenço do Sul a suas expensas, ocasionado divergências em relação ao custeio desses serviços.

Essas divergências acabaram por provocar a revolta dos colonos com o diretor e fundador da colônia, Jacob Rheingantz, não só pelo descumprimento dessas atribuições, que os colonos acreditavam ser de sua responsabilidade, justificando pela impossibilidade econômica dos mesmos custearem os serviços, bem como pelo descumprimento de atribuições legais, como a medição das terras e o estabelecimento de seus limites, além da legalização da posse delas mediante a expedição de certidão que lhes desse alguma segurança.

Um mito, ainda presente nos dias de hoje, de que os colonos pomeranos, por suas relações de servidão em sua terra natal, fossem um povo dócil à dominação, e que sua relação com Rheingantz era uma relação paternalista incontestavelmente aceita, tem sido desfeito através da recuperação de revoltas que ocorreram exatamente pelo descumprimento por Rheingantz dessas atribuições (IEPSEN, 2008).

A revolta de 1865, que nos primeiros escritos sobre a colônia de São Lourenço do Sul e seu fundador (COARACY, 1957), era minimizada como uma ação de arruaceiros, hoje é reconhecida como uma ação coordenada, com respaldo comunitário – cerca de 10% da população da colônia, na época, participou das manifestações contra Rheingantz (IEPSEN, 2008), que resultou no cerco a sua casa, na depredação da mesma, na detenção de Rheingantz e na assinatura de um documento, em que se comprometera a não realizar cobranças excessivas e a devolver o que cobrara a mais (HAMMES, 2010).

Esse episódio de revolta, entretanto, fez com que os colonos entrassem em contato mais estreito com o Estado brasileiro, por meio da repressão, uma vez que, a pedido de Rheingantz, o Império reforça a presença de um destacamento policial, de caráter permanente na colônia. De uma relação, praticamente inexistente com o Estado, a colônia de São Lourenço acaba por estabelecer uma relação exclusivamente coercitiva.

Além desse episódio, ao longo do tempo, as relações entre colonos e brasileiros, não foram estabelecidas a partir da confiança mútua, em especial os períodos demarcados pelas duas grandes guerras mundiais, principalmente na Segunda Guerra Mundial, em que a Alemanha esteve em lado oposto ao que o Brasil aderira, geraram uma relação conflitiva com os colonos de origem germânica, tendo sido agredidos, humilhados e saqueados naquele período, reforçando seu isolamento e a desconfiança para com estranhos à comunidade.

Segundo Fachel (2002) as colônias alemãs foram criadas a partir de 1824 como estratégia de apoio ao governo central nos seus confrontos com a elite pecuarista local. Essa elite pecuarista se estabelecera na região meridional do RS a partir de 1735 por meio de sesmarias que tinham como objetivo combater as investidas dos castelhanos sobre esse território.

Fachel (2002) destaca em sua tese que o isolamento étnico de colonos alemães na região meridional do RS já estava com suas raízes lançadas desde o início da colonização, e que os episódios que se sucederam durante a Segunda Guerra Mundial, em especial as violências de agosto de 1942 foram manifestações de conflitos de interesses que já estavam latentes desde o século XIX.

Nesse agosto de 1942 sob o pretexto de defesa dos interesses nacionais propagandeados pelo Estado Novo de Getúlio Vargas a partir de noticiários sobre o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, ocorreram manifestações de desagravo à população germânica e seus descendentes pelo país e pelo estado do Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre e Pelotas.

A violência registrada na cidade e nas colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul envolveu uma multidão que provocou invasões, destruição, incêndios e saques de estabelecimentos comerciais, profissionais, industriais e residenciais de muitos teuto-brasileiros com a conivência das autoridades governamentais e policiais.

Na cidade a igreja luterana de São João foi incendiada e seus pertences, entre eles instrumentos sacros, foram dilapidados. No interior de Pelotas, no atual município de Cerrito, uma igreja luterana, também de nome São João, teve sua torre dinamitada pela paranoia de se confundir o para-raios com uma torre de transmissão de rádio através da qual os teuto-brasileiros poderiam se comunicar com os submarinos do eixo para lhes passar informações de navios brasileiros. Nessa

mesma igreja ocorreram torturas, prisões e mesmo um homicídio. Ainda que as autoridades incitassem as manifestações de dilapidação e saques, as famílias deviam ser poupadas, apenas seus bens deveriam ser roubados ou depredados (FACHEL, 2002).

No interior de São Lourenço do Sul vários colonos foram presos e transportados de caminhão para a cidade para interrogatórios e torturas. A ação policial em São Lourenço do Sul, desde janeiro de 1942, já vinha reprimindo abertamente aos teuto-brasileiros em suas manifestações (FACHEL, 2002).

Esse quadro fez com que os colonos se fechassem em suas comunidades e que, até hoje, haja pessoas que, ou não falam português, ou falam com muita dificuldade, sendo comum encontrar-se crianças que entram na escola falando, exclusivamente, o pomerano como primeira língua, sem conhecimento da língua portuguesa.

A falta de abertura com o exterior reforçou os laços de dependência com os mediadores sociais – inicialmente, comerciantes locais e agentes religiosos –, atualmente, agentes políticos e ONGs.

Nas primeiras décadas da colônia de São Lourenço do Sul, Rheingantz e sua família detinham o monopólio da comercialização com os colonos que, desde seu estabelecimento no Brasil, necessitavam produzir excedente para pagar suas dívidas de migração e da compra da terra.

Muito cedo, as relações mercantis entraram na prática de produção e reprodução social desses agricultores. Os solos virgens propiciaram uma fertilidade suficiente para que sua principal produção, a batata inglesa, gerasse um excedente já nas primeiras colheitas e, em poucas décadas, São Lourenço do Sul estabelecer-se-ia como um dos maiores produtores do Brasil – em menos de 50 anos, já exportava para os principais centros consumidores de Rio Grande, Pelotas, Montevideu e Rio de Janeiro e, na década de 50, torna-se o maior produtor de batata inglesa do Brasil (HAMMES, 2010).

A família Rheingantz dirigiu a colônia por cerca de quarenta anos, até 1898, quando a matriarca da família vende-a para João Batista Scholl, como continuador da colônia. Nos primeiros anos da colônia, Rheingantz detinha o monopólio da comercialização com os colonos; nas décadas seguintes, até a virada do século, não

existiam mais do que cinco casas de comércio na colônia de São Lourenço do Sul. Pela década de 20, seu número já contava com 33 casas de negócios (HAMMES, 2010), principalmente nas áreas próximas ao porto, por onde escoava a produção agrícola da colônia.

Segundo relatos (informação verbal)¹⁶, a expansão do comércio no interior, deu-se entre as décadas de 40 e 90, quando os agricultores melhor capitalizados de recursos, através de sua comercialização com o porto, investiram na compra de caminhões e se estabeleceram como comerciantes no interior de São Lourenço do Sul.

Essa relação foi fortalecida pelo poder político local, que instituiu os comerciantes como interlocutores privilegiados, dotando-os de serviços como correios, telefonia pública e exploração de transporte de passageiros com ponto de táxi, reforçando a dependência dos agricultores com a figura desses comerciantes, que já possuíam, através do poder econômico, uma relação de assimetria com eles.

2.3 A problemática da mediação, ou uma mediação sempre problemática

O tratamento dado ao problema de organizações de agricultores coloca problemas específicos, como a convivência, em um mesmo espaço geográfico, de agentes em distintas posições no espaço social. Efeito este, que é potencializado nas situações de mediação, que aproxima indivíduos e grupos, que tudo mais separa, como formação, classe social, gostos e interesses.

Entende-se a mediação como um processo contraditório e provisório:

Provisoriedade inerente à própria perspectiva temporal desta relação, porque ela se constitui com vistas a fazer aparecer, de um modo específico, o outro ou a construir, segundo certos objetivos políticos, os próprios representantes do grupo. A exclusão dos mediadores institucionais do campo de relações sociais está prevista enquanto princípio. Provisoriedade derivada da dinâmica da concorrência entre mediadores e entre estes e os mediados, da mesma forma elemento inerente à intermediação. Este modo contraditório de constituição da relação faz ressaltar os conflitos em jogo, conflitos que operam na eclosão de formas de exclusão dos mediadores integrados para essa transição. Portanto, provisoriedade dos agentes, das regras, das estratégias, dos mecanismos, do controle das conquistas alcançadas, das posições auferidas e das instituições (NEVES, 1997, p. 335 apud COWAN ROSS, 2008, p.126)

16 Informação fornecida através de entrevista com A, mediador social, engenheiro agrônomo e W, mediador social, engenheiro agrônomo, em novembro de 2010.

A constituição das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul situa, em um mesmo espaço de decisões, seja na condução de um projeto comum, seja na participação em assembleias e reuniões, agricultores com pequenas propriedades rurais, produtores de fumo, batata, feijão e milho, detentores de baixa escolaridade (salvo raras exceções, apenas até a primeira fase do ensino fundamental, no máximo até a 5ª série), com mediadores sociais escolarizados, sobretudo agrônomos, mas também advogados e jornalistas, entre outros profissionais de nível superior de formação variada.

O fenômeno de coparticipação, em um mesmo espaço geográfico e social, de agentes dotados de volumes e estruturas de capitais diametralmente opostos, não é comum nas relações sociais. Em grande medida, as relações sociais segregam o contato entre pares desiguais, através de inúmeros artifícios. Isso ocorre, desde censuras econômicas, que impedem ou limitam o acesso a determinados lugares, por pessoas ou grupos, que não possuem recursos econômicos para isso, ou, também, através de censuras simbólicas, que segregam as pessoas, a partir da posse ou falta de certos atributos culturais específicos, que vão da posse ou consumo de certos bens culturais, até restrições referentes aos usos do corpo, da linguagem, do domínio sobre certos ritos sociais (BOURDIEU, 2008a).

A coparticipação de agentes, assimetricamente opostos na dotação de recursos materiais e simbólicos, tem sido estudada, principalmente, através do fenômeno de mediação, que localiza, num mesmo espaço geográfico, agentes em posições muito distantes no espaço social.

Esse fenômeno estuda a relação de agentes escolarizados, detentores de maior capital cultural, atuando, principalmente, através de ONGs, instituições religiosas e partidos políticos, no esforço de fazer aparecer o outro, grupos em situação de fragilidade social que, no percurso histórico, tiveram várias denominações, de pobres a excluídos, incorporando ainda populações rurais, denominados de acordo com o contexto geográfico/histórico como camponeses, sertanejos, posseiros, colonos, sem-terra e, especialmente, nos estados do Sul, agricultores familiares.

As preocupações para com o êxodo rural, provocado pela “revolução verde”,

levaram a que, principalmente nos estados do Sul, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB, se preocupasse com a desestruturação de seu principal público, os pequenos agricultores de origem germânica.

No final da década de 70, dois terços dos membros da IECLB eram pequenos agricultores de origem alemã, e 75% das contribuições da igreja vinham das áreas rurais (IDE, 2008).

Dessas preocupações, surge a necessidade de realizar um trabalho mais sistemático para a manutenção do homem no campo. Em resposta a essas inquietações, a igreja Luterana cria, em 1978, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, como braço de extensão rural da igreja, com vistas a viabilizar econômica, social e ecologicamente a pequena propriedade (IDE, 2008).

Em 1982, começam as primeiras atividades do CAPA em São Lourenço do Sul e região, através da apresentação dos agrônomos realizada pelos pastores com atuação na área rural do município.

As primeiras atividades do CAPA são de extensão rural, na melhoria das práticas agrícolas, recuperação do solo e implementação de sementes geneticamente melhoradas.

Em seguida, vem a organização comunitária, na forma de associações de compras e vendas coletivas, além da organização territorial no Conselho Agropecuário, através de associações representativas de cada localidade.

A organização dos agricultores familiares tem seu ponto mais alto com a organização econômica, no início da década de 90, com a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul – COOPAR e, em seguida, a Cooperativa de Crédito Solidário - CRESOL, como uma forma de reação ao poder econômico e político dos comerciantes locais.

Mais recentemente, a organização social através do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, ligado à FETRAF-SUL, que representa, especificamente, os agricultores familiares, diferenciando-os dos trabalhadores rurais assalariados, representados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, ligado à Federação de Trabalhadores da Agricultura – FETAG.

A importância do trabalho desses mediadores sociais, em especial, através do CAPA e da Igreja Luterana, é indiscutível e deve ser melhor analisada para a

compreensão dos avanços conquistados nesse processo. Na compreensão de que os processos podem ser aprimorados a partir de uma reflexão crítica que proponha problemas ainda não equacionados, procura-se analisar as contradições existentes nessa relação, em especial pela dimensão que assume na região sul.

Há um fenômeno de multiplicação de organizações rurais, que se mobilizam a partir da categoria agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Diferentemente da primeira leva de organizações criadas e dirigidas por agentes escolarizados, principalmente agrônomos, as instituições mais recentes possuem como dirigentes agricultores familiares com baixa escolaridade ou jovens filhos de agricultores familiares, que possuem uma escolaridade técnica.

Esse fenômeno de expansão de organizações, como destacado por Neves (1997, apud COWAN ROSS, 2008), é próprio da situação de contradição dos mediadores sociais, que os coloca numa situação de provisoriedade como princípio de atuação, cujo objetivo é fazer surgir o outro. No entanto, é preciso se atentar, para todos os ganhos, que o desinteresse acaba por possibilitar, e destacar as disputas e conflitos, que a exclusão dos mediadores integrados produz no campo.

Abramovay (2010) realiza um estudo comparativo das práticas de inovação e participação do sindicalismo da agricultura familiar através da FETRAF e de cooperativismo da CRESOL, questionando as diferentes posturas e resultados alcançados em suas práticas participativas. O desenvolvimento de suas reflexões vai no sentido da diluição do poder que os “laços fracos” existentes nas relações entre agricultores e outras instâncias propiciam ao cooperativismo, em oposição à concentração maior de poder no caso da FETRAF, que ocasionaria uma submissão dos grupos locais a uma lógica burocrática de planejamento.

O que se constrói é a aprendizagem voltada a lidar com as exigências da burocracia estatal e não, de formular questões que conduzam a inovações no planejamento (ABRAMOVAY, 2010, p. 286).

No entanto é preciso relacionar as diferenças de poder que agricultores familiares e os agentes dessas outras instâncias possuem e considerar também o peso que esses “laços fracos” impõem a essa relação.

Os dados construídos nesta pesquisa corroboram com a afirmação de Abramovay (2010) quanto ao poder que os recursos provenientes de projetos dotam

os que a eles se dedicam.

As organizações pontuais acabam sendo assim, um meio de afirmação do poder de certos grupos junto a suas bases, a partir de sua capacidade de obter recursos governamentais, ainda que dirigidos a projetos, cujos impactos locais sejam, na esmagadora maioria dos casos, irrelevantes (ABRAMOVAY, 2010, p. 290)

No entanto, compreender o jogo que aí se estabelece a partir da mobilização dos recursos disponibilizados em campo é compreender também como se dá a valorização desses recursos e o complexo relacionamento entre os agentes que compõem esse campo.

2.4 Conclusões sobre o “fazer-se” da agricultura familiar

Algumas conclusões são possíveis de serem feitas, em relação às organizações de agricultores familiares em São Lourenço do Sul, frente às questões levantadas neste capítulo.

O tratamento da agricultura familiar, como categoria política, coloca em destaque as relações estabelecidas pelos agentes no espaço social. Destaca o processo através do qual agricultores, colonos agenciados por um projeto da iniciativa privada, entram em contato com uma mesma realidade comum de exploração capitalista.

A relação de classe, como coloca Thompson (1987), se experiencia através de situações concretas de oposição entre o interesse do empresário rural e os agricultores familiares.

Essas relações de classe são possibilitadas pela experiência de exploração comum. No entanto, as características específicas do Estado brasileiro, que do período imperial inicial da colonização em São Lourenço do Sul, passa por sucessivos períodos autoritários, não propiciou uma manifestação mais organizada dos agricultores familiares, senão após a contestação do modelo agrário brasileiro conduzido, sobretudo, por setores médios da sociedade, com a participação ativa da Igreja, em resposta ao avanço do Partido Comunista, também, sobre os trabalhadores rurais.

Essas relações históricas, somadas às manifestações nacionalistas do Estado Novo nos anos 30 e 40 que relacionava injustificadamente os agricultores de origem germânica ao nazismo, confundindo propositadamente o idioma alemão e a religião luterana com o nazismo¹⁷ (FACHEL, 2002), atrasaram, ainda mais, a organização social dos agricultores familiares em São Lourenço do Sul. A ênfase constante realizada pelas lideranças da agricultura familiar à ordem e à democracia, em suas assembleias, demonstra o quanto essas questões impostas pelo Estado Novo ainda são sensíveis aos agricultores familiares de São Lourenço do Sul.

Somente, a partir da década de 80, com a ação sistemática da Igreja Luterana, através de seus mediadores sociais, é que a organização dos agricultores familiares de São Lourenço do Sul se efetivou.

A mediação é, normalmente, um processo contraditório, por envolver agentes em profunda desigualdade estrutural. Os mediados sentem-se dependentes dos mediadores, e esses têm dificuldades concretas em cumprir com as intenções igualitárias a que se propõem.

Esse fato possibilita a compreensão das ações dos agricultores familiares e problematiza sua relação com os mediadores sociais, uma vez que, por não partilharem da mesma posição social, apresentam diferentes posições de percepção de mundo e, frequentemente, entram em choque.

O fenômeno de multiplicação de organizações da agricultura familiar, ainda que positivo, acaba por aprofundar a problemática da mediação, ao gerar embates entre os agentes com diferentes socializações e diferentes dotações de recursos.

A análise dos elementos e processos mobilizados nessas disputas e conflitos, ainda que matizado por relações de cooperação, pode auxiliar na compreensão dessa relação de mediação.

Compreender os processos, através dos quais agentes, em diferentes posições sociais, propõem a construção de um mesmo objeto, a agricultura familiar, para além de uma compreensão ingênua das relações de poder entre agentes assimetricamente desiguais, problematiza os embates que esses agentes

17 Segundo Fachel (2002) tanto o idioma alemão quanto a religião luterana foram proibidos nesse período, reforçando a violência para com os teuto-brasileiros que tiveram muitos direitos cassados, inclusive a liberdade de traslado entre cidades sem a aprovação explícita das autoridade através de salvo-condutos.

estabelecem na definição de seus objetivos e na defesa de seus interesses.

Considerar essas questões é procurar compreender como se dá a relação entre agricultores familiares e mediadores sociais na constituição de uma categoria política de ação como a agricultura familiar em São Lourenço do Sul e coloca como central a questão do poder.

SEÇÃO 03 - ELEMENTOS DO FAZER

O objetivo desta seção é desenvolver os elementos teórico-metodológicos, necessários para a compreensão da organização da agricultura familiar e a expressão das relações de poder nessa relação.

Apresentam-se as discussões em torno da ação política de grupos dominados, através de dois diferentes paradigmas, que se debruçam sobre poder e dominação, interação e resistência: o paradigma estrutural-construtivista, de Pierre Bourdieu, e a apropriação do paradigma interacionista, em sua variante dramática, realizada por James C. Scott.

Problematiza-se o “fazer-se” (THOMPSON, 1987) da agricultura familiar como “categoria de ação política” (NEVES, 2002), analisando-se como se dá este fazer entre agentes assimetricamente desiguais.

Na análise do paradigma estrutural-construtivista, primeiramente, reconstituem-se as relações com a análise relacional e construtivista. Num segundo momento, desenvolvem-se seus principais conceitos e sua operacionalidade na pesquisa.

Quanto ao paradigma interacionista, em sua variante dramática, apropriado por James C. Scott (2003), reconstituem-se, também, suas relações com a perspectiva interacionista dramática de Goffman (1985) e a apropriação que Scott faz do conceito de economia moral de Thompson (1998), dando-lhe maior operacionalidade, através dos conceitos de formas de resistência cotidiana.

A opção metodológica, por se tomar como objeto de análise as maneiras de fazer-se a agricultura familiar, como categoria de ação política, abre algumas possibilidades teórico-metodológicas. Entre essas, a de se tomar, mais especificamente, a interação como elemento de construção social e de resistência aos poderes estabelecidos, contra os quais a agricultura familiar, como categoria de ação política, se constitui. Outra possibilidade encontra-se em uma abordagem que leve em conta exatamente esses poderes e os recursos necessários para sua mobilização, como condicionantes e catalizadores da ação.

Os conceitos utilizados nesta pesquisa possuem uma função operacional.

Devem ser entendidos como ferramentas que possibilitam a construção de uma imagem mais nítida do fenômeno estudado. Funcionam como analogias, as quais podem ser aproximadas, afastadas ou mesmo superadas (BOUDIEU, 2007a). Não devem ser lidos como conceitos substantivos.

Os conceitos operatórios fundamentais orientam todas as etapas da pesquisa, desde a formulação das questões, aos objetivos, hipóteses, procedimentos de campo e análise.

Entretanto, os conceitos não são tomados a priori. Funcionam como lembretes do que deve ser destacado na pesquisa empírica e são reelaborados a partir do contato gradativo com os dados, sendo sua análise realizada a cada momento da pesquisa, em uma relação dialógica do campo empírico com a reflexão teórica, ainda que o processo de escrita oculte em parte essa relação.

3.1 Análise relacional e construtivista

Como opção ao substancialismo, antes de qualquer coisa, esta pesquisa orienta-se a partir de um paradigma relacional.

O paradigma relacional atribui primazia às relações, opondo aos conceitos substanciais, os conceitos funcionais ou relacionais, considerando que:

O modo de pensar substancialista [...] leva a tratar as atividades ou preferências próprios a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas, de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou [...] cultural, leva aos mesmos erros de comparação – não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade (BOURDIEU, 1996, p. 17).

O “modo de pensar substancialista” leva, nos estudos sobre o rural, a falar, em um dado momento histórico, em camponeses; noutro, em agricultores familiares; e, posteriormente, em produtores ou empresários rurais, como se houvesse diferenças essenciais, intrínsecas a cada grupo.

O paradigma relacional propõe analisar as definições e recursos valorizados, a partir das posições relativas que os agentes ou grupos rurais ocupam em cada momento, em relação à constituição histórica do campo da agricultura e da sociedade da qual fazem parte.

Esse paradigma relacional é encontrado, por exemplo, entre os formalistas russos; em autores como Norbert Elias; no estruturalismo linguístico, Saussure e antropológico, Levi-Strauss (BOURDIEU, 2006).

Bourdieu (2006) aplica, em sua teoria e prática sociológica, o paradigma relacional e entende, utilizando-se das palavras de Cassirer, que é necessário lutar, por todos os meios, contra a inclinação primária de pensar o mundo social de maneira realista ou substancialista.

Este trabalho também orienta-se a partir de uma perspectiva construtivista, que se caracteriza por buscar a superação de oposições (material/ideal, objetivo/subjetivo, coletivo/individual, macro/micro) e pensar, conjuntamente, aspectos da realidade social (CORCUFF, 2001).

Segundo Corcuff (2001), Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Anthony Giddens realizam a análise da construção social das estruturas sociais às interações. Integram, de maneira variável, as dimensões subjetivas e interacionais, dando primazia à estrutura social e aos aspectos macrossociais da realidade. No sentido oposto, Corcuff localiza Peter Berger, Thomas Luckmann e Aaron Cicourel que vão das interações às estruturas sociais, na análise da construção social. Corcuff destaca, ainda, a importância para esta galáxia construtivista do trabalho de referência de Thompson, quanto ao caráter construído dos grupos sociais.

Bourdieu propõe a realidade social, como estruturada e estruturante, colocando ênfase tanto na ação (através das práticas) como na estrutura. Por isso, define sua abordagem como construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de habitus e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p. 149).

Nos termos de Wacquant (2002), há uma “dupla objetividade” do social, de um lado como composto de distribuições de recursos materiais e posições e, de outro classificações incorporadas, por meio dos quais, os agentes simbolicamente

constroem e subjetivamente experimentam o mundo.

Lallement (2004) afirma que, da análise estrutural, Bourdieu vai herdar uma intuição fundamental, a da importância dos sistemas de relação para compreender os fenômenos sociais.

A sociologia genética ou sociologia das práticas de Pierre Bourdieu propõe a reconstrução das práticas dos agentes sociais, como fundamento da ação social, em função da tomada de posição desses agentes, num espaço social dado (sistemizado no conceito de campo). Posição internalizada por disposições invariáveis, adquiridas pelos indivíduos, pela imersão contínua em jogos sociais (sistemizado no conceito de *habitus*). Propõe também, a relação entre práticas e variáveis (nível de instrução, idade, sexo, profissão) e o sentido que estas práticas assumem nestas relações (BOURDIEU, 1983).

Através da análise das práticas e da estrutura que a condiciona e possibilita, essa perspectiva propõe que há aspectos objetivos na realidade social, que influenciam decisivamente na agência humana, na qual o posicionamento em um campo dado define as práticas e decisões dos agentes, ou seja, que a realidade possui aspectos reais, objetiváveis, perceptíveis através das práticas, propondo um empreendimento de objetivação para analisar o espaço social e suas transformações, ainda que articulada à construção de princípios de visão e de divisão do espaço social realizada pelos agentes em suas disputas por posição.

3.1.2 O espaço social como campo de forças e de lutas

Bourdieu compreende espaços sociais, relativamente autônomos, como campos de força, à semelhança de um campo magnético, que impõe um sentido aos agentes sob sua influência, “como um conjunto de relações de força objetivas **impostas** a todos os que entrem nesse campo e **irredutíveis** às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes” (BOURDIEU, 2006, p. 134. Grifos nossos). Compreende, também, o espaço social como campo de lutas, que opõe os agentes a partir das posições relativas que eles ocupam no espaço social.

Privilegiar, na análise, o conceito operacional de campo é destacar o

invariante, a estrutura, na variante observada (BOURDIEU, 1996), ainda que se reconheça o caráter ativo do agente no processo de definição dessa estrutura.

O entendimento de que o campo orienta as estratégias dos agentes, com a finalidade de valorizar os recursos de que esses melhor dispõem, faz com que certas ações, no universo social observado, ganhem significado para além de uma atitude voluntarista ou meramente cínica e interesseira. Ao mesmo tempo, não reifica a estrutura, não tira dos agentes a tomada de ação com sentido, ainda que seja um sentido partilhado por uma socialização primária, que os orienta no e para o campo.

A opção pelo conceito de campo, como conceito sistêmico¹⁸, fundamental nesta pesquisa, permite avançar nas discussões sobre a predominância da estrutura ou do sujeito nas relações sociais.

A composição do campo permite perceber os agentes mais capitalizados nesse espaço social e compreender as estratégias de definição que mobilizam no campo, que, por seu poder e peso, deformam toda a estrutura do campo a sua volta, afetando todos os agentes periféricos que se orientam a partir dessas oposições¹⁹.

No universo social, os agentes de maior peso em seus movimentos de definição do campo arrastam consigo os agentes de menor peso, fazendo com que estes sejam afetados no sentido de suas ações.

É importante destacar que não é qualquer agente que tem o poder de contestar o capital hegemônico no campo, senão agentes bem capitalizados de recursos, reconhecidos como legítimos, e que, no entanto, necessitam revolucionar o campo, para se destacarem de seus pares opositores. Assim, apenas os agentes de maior peso podem realizar essa imposição de novos recursos, considerados

18 Bourdieu (2007a, p. 47) opõe conceito sistêmico a conceito operatório no sentido de que conceitos isolados não detêm poder de resistir à lógica sistemática da ideologia. Conceitos sistêmicos pressupõem referência permanente ao sistema completo de suas inter-relações.

19 Esta compreensão do universo social já fora comparada por Bourdieu à representação realizada por Einstein através de sua teoria da relatividade sobre o universo espacial físico. Os corpos celestes não apenas ocupam um lugar no espaço, mas sua massa pesa sobre este, o que os faz afundar como se os corpos estivessem não no vácuo absoluto, mas sobre uma matéria consistente, gelatinosa. Os corpos mais pesados fariam com que os corpos de menor peso deslizassem por sobre a deformação no espaço causada pelos corpos de maior peso e acompanhassem sua rotação sob o efeito do peso dos mais fortes.

importantes no campo.

Na noção de pares opostos, destaca-se a concepção do “mundo social como sistemas simbólicos que, à maneira de um sistema de fonemas, organiza-se segundo a lógica de diferença, do desvio diferencial, constituindo-se, assim, em distinção significativa” (BOURDIEU, 2006).

Além do conceito de campo, como conceito sistêmico fundamental, sua relação com os conceitos de *habitus* e capital é indissociável.

O conceito de *habitus* possibilita apreender, de forma mais aprofundada, os efeitos da estrutura na interioridade dos agentes e, dessa forma, compreender os limites contra os quais lutam na definição de sua ação, e que também a possibilitam, como suporte para a tomada de decisão.

Na definição de Bourdieu (1996, p. 22), “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...] mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes”.

Para Giménez (1999), o conceito de *habitus* é um conceito mediador, que ocupa um lugar geométrico dentro do sistema bourdieusiano. Identifica como termos-chave para definição de *habitus*: disposição e esquema. Sendo que, “enquanto esquema o *habitus* é sistemático e transponível e se opõe a todo o sistema de classificações fundado em princípios explícitos” (GIMÉNEZ, 1999, p. 6). Destaca, assim, seu caráter estruturalista, fundado em termos opostos e hierarquizados, ou seja, no princípio estruturalista da oposição distintiva, como geradora de sentido e de valor. Já o *habitus*, como disposição estratégica, Giménez (1999) destaca como uma criatividade governada por regras, uma competência capaz de engendrar uma infinidade de respostas, a partir de um número reduzido de princípios.

Giménez (1999) apresenta como gênese do *habitus*, como elaborado por Bourdieu, os processos de inculcação (de um atributo cultural pela ação pedagógica da família e da escola) e incorporação (através da interiorização de regularidades inscritas em suas condições de existência).

Como bem sintetiza Giménez (1999, p. 13), em relação a Bourdieu:

É o encontro entre o *habitus* e o campo, entre “história feita corpo” e “história feita coisa” que constitui o mecanismo principal do mundo social [...] O *habitus* seria o resultado da incorporação das estruturas sociais mediante a “interiorização da exterioridade” enquanto que o campo seria produto da

“exteriorização da interioridade” (Tradução em versão livre do original em espanhol).

Já o conceito de capital permite compreender as estratégias dos agentes no espaço social dado, relativizando suas atitudes para além de um único recurso universal diferenciado/diferenciador, como o capital econômico *stricto sensu*.

Sua relação com o conceito de campo é também muito próxima. Bourdieu (2006, p. 134) considera que “as propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”.

Bourdieu (2005) destaca que o capital apresenta-se sob três espécies fundamentais e seus subtipos: capital econômico, capital cultural e capital social.

Os recursos de natureza econômica são fundamentados, sobretudo, no dinheiro e bens materiais convertidos ou reconhecidos como correspondentes a ele.

O capital cultural pode existir sob três formas: em estado incorporado, ou seja, sob formas de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais; e no estado institucionalizado, como através do reconhecimento que a educação formal produz, em especial através do diploma.

A relação entre o capital cultural incorporado e o habitus é bastante estreita, como na expressão de Bourdieu (1990), de que o capital cultural é um “ter que se tornou ser”.

Quanto ao capital social, Bourdieu (1998a, p. 67), o define como:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por ele mesmo) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Portes (2000) destaca, em relação ao capital social, que os atores podem alcançar o acesso a recursos econômicos e podem aumentar seu capital cultural, através de contatos com especialistas ou com pessoas cultas.

O capital social não é, exclusivamente, o capital relativo aos vínculos, que os agentes mais capitalizados estabelecem com agentes dotados de recursos almejados no espaço social, mas o acesso a esses recursos, que é possível

estabelecer a partir desses contatos.

Assim, por um efeito de proximidade, recursos como o econômico podem ser acessados através do capital social dos agentes.

A relação do conceito de capital com o conceito de campo também é muito próxima, uma vez que cada campo é o lugar de uma forma específica de capital.

Em torno dessas categorias analíticas gerais, os conceitos operatórios fundamentais campo, capital, habitus e poder simbólico explicam a relação existente entre os agentes que compõem um espaço social relativamente autônomo.

Para este estudo, a noção de poder simbólico – “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes são sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2006, p. 7-8) – e sua derivação através de capital simbólico, apresenta um elemento fundamental para a compreensão das relações de poder entre agentes em assimetria estrutural, no qual:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando reconhecido e reconhecido como algo óbvio (BOURDIEU, 2006, p. 145).

O capital simbólico, segundo Bourdieu (1996), funciona como princípio objetivo da violência simbólica, e esta, como dominação, ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento ou da obediência.

O reconhecimento do poder simbólico, é associado por Bourdieu como o desconhecimento, ou seja, ignorado como arbitrário. Por violência simbólica, designa “todo poder que logra impor significações e impô-las como legítimas dissimulando as relações de força em que se funda sua própria força” (BOURDIEU, 1996 p. 44). Por isso, encara as lutas de classe cotidiana como “tentativas mágicas de categorização” que possuem uma realidade concreta, ainda que, através do capital simbólico, haja a tendência de reproduzir as relações de força, que constituem a estrutura do espaço social.

Ao nível da luta de classes cotidiana que os agentes travam de maneira isolada e dispersa estão os insultos, enquanto tentativas mágicas de categorização [...] os mexericos, os boatos, as calúnias, as insinuações, etc [...] Estas lutas simbólicas, tanto as individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, têm uma lógica específica, que lhes confere uma autonomia real em relação às estruturas em que estão enraizadas. Pelo fato de que o capital simbólico não é outra coisa que o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando

conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente. As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. (BOURDIEU, 1990, p. 162-163).

A associação da interioridade com a exterioridade, realizada por Bourdieu, através de seus conceitos sistêmicos de campo, capital, *habitus* e poder simbólico, é o que há de mais interessante na análise de um espaço social concreto. Ela permite compreender como ação e estrutura se relacionam, permitindo uma análise que supere as opções do individualismo e do estruturalismo, em suas versões mais rígidas.

Na organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, atuam agricultores familiares e mediadores sociais, não simplesmente no processo de “fazer-se”, mas, sim, de “fazerem”, no embate entre as partes, a agricultura familiar como categoria política. A análise da estrutura objetiva, da desigual distribuição de recursos entre esses agentes, não pode ser desconsiderada, a custo de não se compreender os problemas que essa relação estabelece.

Para além das intenções igualitárias entre agentes desiguais, a compreensão do jogo de poder permite compreender como as relações entre esses agentes são estabelecidas.

Como afirma Bourdieu (2006, p. 145) “as relações de força objetiva tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões de mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força”.

Considerar a pressão que a estrutura imprime na ação dos agentes permite compreender suas limitações e a margem de manobra que têm para a execução de suas ações de poder. Sem idealizar a resistência dos mais fracos, pior posicionados nesse espaço social, possibilita compreender os mecanismos através dos quais sua inferioridade é acentuada, inclusive com a sua participação, sem a qual a força das dificuldades que enfrentam seria significativamente menor.

3.2 Análise interacionista, variante dramaturgica

Como teoria rival ao estruturalismo-construtivista, esta pesquisa trabalha com o interacionismo simbólico, em sua variante dramaturgica (GOFFMAN, 1985) e as apropriações da noção de economia moral (THOMPSON, 1998), operacionalizadas na noção de formas de resistência cotidiana e suas derivações (SCOTT, 2003).

O interacionismo simbólico é identificado como uma continuação da escola de Chicago, que tem por origens uma ligação estreita com o pragmatismo americano, cuja filosofia da ação baseia-se em uma ação autorregulada em oposição a uma determinação funcionalista da ação.

O interacionismo simbólico enfoca os processos de interação, na qual a ação social é caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca, que privilegia o caráter simbólico da ação social.

Como destacado por Nunes (2005, p. 43), “para os interacionistas a ordem social depende da forma pela qual os agentes manipulam, usam, enfrentam e refazem a estrutura e de como as instituições levam em conta os indivíduos”.

Segundo Nunes (2005), a noção de “definição da situação”, corolário desta perspectiva, é fundamental no interacionismo simbólico, destacando que:

Para os interacionistas a situação é vista como manipulável pelos agentes, por meio de estratégias de representação e condução da aparência; os indivíduos e grupos têm um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições de status (NUNES, 2005, p. 46).

O termo interacionismo simbólico foi cunhado por Herbert Blumer, em 1937, como uma forma de sistematizar o corpo teórico das pesquisas em torno da escola de Chicago, que apesar da pujança empírica, era fracamente sistematizado (JOAS, 1999).

À margem da escola de Chicago, desenvolve-se o trabalho de Erving Goffman, numa perspectiva da dramaturgia cotidiana na qual segundo Lallement (2004, p. 35):

O interacionismo toma enfim uma forma original e mais personalizada com a sociologia dramaturgica de Erving Goffman [...] que teve como uma das suas maiores ambições responder ao desafio dos fundamentos microssociológicos da ordem social.

Goffman (1985) define sua abordagem como uma perspectiva da representação teatral, que parte de princípios de caráter dramático, atenta aos meios pelos quais um ator dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho.

Afirma que, o de que se ocupa em seu estudo das representações do eu na vida cotidiana é o caráter moral das projeções que os indivíduos fazem de si e da situação. A partir dessa preocupação central, propõe dois princípios fundamentais: primeiro, os indivíduos têm o direito moral de que os outros o valorizem; segundo, um indivíduo, que dá a entender, implícita ou explicitamente, que possui certas características sociais deve, de fato, ser o que pretende que é.

Martins (2008) afirma que Goffman, numa perspectiva próxima a Durkheim, assinalou que a ordem social baseia-se em obrigações morais, em rituais de respeito e deferências com relação ao caráter sagrado do *self*.

Para dar operacionalidade a sua perspectiva, Goffman desenvolve, a partir de analogias com o teatro, conceitos como representação, cena, cenário, fachada e região de fundo. Velho (2008) destaca em Goffman o tratamento da vida social como permanente processo de negociação da realidade, destacando as noções de performance, palco e bastidores como essenciais para a compreensão desses processos.

O que distingue Goffman dos demais pesquisadores da escola de Chicago é uma visão trágica da interação (VELHO, 2008). Para Goffman, esta dimensão dramática e ameaçadora da presença dos outros que é constitutiva das relações sociais.

Goffman possui, como premissa básica, o entendimento do mundo social como venerável e como vulnerável (LALLEMENT, 2004). Desloca, assim, a atenção para a dramatização da vida cotidiana. O poder do vexame, da vergonha e do embaraço (GASTALDO, 2008) corresponde, assim, à forma fundamental da coerção social.

Segundo Martins (2008), Goffman destaca as estratégias de resistência realizadas pelos indivíduos, a fim de afirmar e preservar sua autonomia e dignidade pessoal diante do poder:

Ao mesmo tempo, é possível identificar em suas análises que os indivíduos, em larga medida, são controlados, determinados por forças sociais, tais

como instituições, papéis sociais, contextos situacionais etc. Por outro lado, Goffman evidencia como os indivíduos procuram afirmar e preservar sua autonomia e dignidade pessoal diante do poder de forças estruturais mediante uma variedade de pequenas estratégias de resistência, como as de secondary adjustment, role distance, managing spoiled adjustments etc., mesmo que não consigam obter um autodomínio absoluto de seus atos (MARTINS, 2008, p. 143).

Ainda que, em relação ao poder, Gastaldo (2008, p. 150) entenda que:

A relação de poder existe na medida em que algumas definições da situação são mais legítimas do que as outras, e essa legitimidade é a resultante de quem tem o poder de propor e sustentar a definição.

Além de Goffman, destacam-se, como desenvolvedores da perspectiva dramática, Anselm Strauss e Gregory Stone.

Segundo Nunes (2005, p. 42), Anselm Strauss com “o paradigma da 'ordem negociada' admite a coerção das macroestruturas sobre o significado e também a 'incorporação' pelas instituições, da construção de formas sociais, mesmo que as macroestruturas não determinem completamente o significado e a interação”.

Ainda que Goffman destaque a utilização da interação como estratégia que os atores utilizam para preservar sua dignidade, não a relaciona a estratégias, como tática de manipulação consciente, mas a reações práticas a um abuso contra a moral do indivíduo.

O cuidado em observar a distância entre a ação imediata dos atores e as percepções mediadas pela distância no tempo e no não envolvimento imediato do pesquisador, precisam ser levadas em conta antes de afirmar o caráter calculado e consciente da interação em situações de poder.

Um difícil, porém possível controle de situações, é atribuído ao indivíduo por Goffman e demais cientistas que desenvolveram a perspectiva dramática. As sutilezas por detrás das possibilidades de controle e determinação, e sua relação com o poder, é que permanecem como móvel de disputa entre as perspectivas de análise sobre o social.

3.2.1 Economia moral e formas cotidianas de resistência

Esse tópico propõe uma análise da noção de economia moral desenvolvida por E. P. Thompson e sua apropriação através da noção de formas de resistência

cotidiana, operacionalizadas por James C. Scott, a partir de uma perspectiva interacionista e dramática.

Além da bibliografia primária de Thompson e Scott, agregou-se ao estudo, uma bibliografia secundária, quanto aos desdobramentos da noção de economia moral com a noção de formas cotidianas de resistência.

Inicialmente, explorar-se-á a construção da noção de economia moral tal qual desenvolveu Thompson, que serve de base para que Scott desenvolva seu trabalho. Num segundo momento, explorar-se-á a forma com que, numa perspectiva interacionista e dramática, Scott apropria-se do conceito de economia moral, operacionalizando-o através da noção de formas cotidianas de resistência e suas derivações, discurso público e discurso oculto.

Thompson (1998) desenvolve o conceito de economia moral, a partir da análise dos motins de fome, contrapondo-se à visão espasmódica da história popular, que afirma que, dificilmente, pode-se tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa, porque suas ações não passam de reações a estímulos econômicos.

Como hipótese central, Thompson diz ser possível detectar, em quase toda ação popular do século XVIII, uma noção legitimadora com base na defesa de direitos ou costumes tradicionais, e no que denomina, como economia moral dos pobres:

uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres (THOMPSON, 1998, p. 152).

No capítulo Economia Moral Revisitada (THOMPSON, 1998, pp. 203-266), o autor realiza uma análise a respeito das críticas de seu artigo sobre a economia moral da multidão inglesa do século XVIII, publicado em *Past and Present*, em 1971, e propõe aprofundar as teses do artigo anterior, levando em conta essas críticas e as contribuições contemporâneas de estudos similares.

Thompson faz ressalvas ao uso da noção de economia moral, que fora elaborada no campo de força determinado das relações inglesas do século XVIII. Faz questão de destacar o contexto exato em que constrói a noção de economia moral, um contexto de mercado, de vendas de grãos, insumos básicos

indispensáveis à sobrevivência em tempos de crise e o peso moral que esta situação impõe. Adverte que, se estendido a outros contextos, o termo deve ser redefinido, para não haver perda do foco.

Destaca, entretanto, a perspicaz utilização que James C. Scott faz do termo economia moral, em relação aos estudos camponeses, aplicando-o às concepções camponesas de justiça social, reciprocidade, direitos e obrigações.

Thompson afirma que o que distingue o emprego de Scott, é que vai muito além de descrições de valores ou atitudes morais, vai ao sentido das resistências práticas quanto aos usos da terra e direitos ao acesso a seus produtos. Em *Weapons of the weak*, analisa as formas tenazes de resistência ao poder que os fracos e os pobres possuem: “o ridículo, a truculência, a ironia, os pequenos atos de não-submissão, a dissimulação [...], a descrença nas homílias da elite, os esforços contínuos e dolorosos de defender o que é seu contra desvantagens esmagadoras” (SCOTT, 1985 apud THOMPSON, 1998, p. 260).

Já em 1976, em suas reflexões sobre o costume e o ritual, em especial quanto à sustentação de relações de poder, Thompson (2001, p. 239-240) afirma que:

Ao esmiuçar a forma desse controle no século XVIII, progressivamente me vi adepto da noção de teatro. Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo.

O aprofundamento das considerações de Thompson em direção à análise dramatúrgica, foi realizado por Scott, através da operacionalização da noção de economia moral, por meio da noção de formas cotidianas de resistência, e seus desdobramentos em discurso público, discurso oculto, política do disfarce e do anonimato.

Em seu artigo intitulado *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*, Scott (2002) destaca a luta cotidiana como possivelmente a única opção disponível para trabalhadores que operam em desvantagem estrutural, pulverizados na zona rural, enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada.

Para quem, a maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada, o recurso à luta cotidiana nas formas de dissimulação,

(fazer “corpo mole”, submissão falsa, saques, incêndios premeditados, ignorância fingida, fofoca, sabotagem) constituem, o que denomina, como sendo a “arma dos fracos”.

Segundo Monsma (2000), Scott, em *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, 1976, tinha uma visão romantizada do funcionamento interno da vida tradicional e das relações entre camponeses e elites locais, superada apenas na próxima pesquisa, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, 1985, na qual mergulha nas relações internas de uma aldeia e começa a desenvolver o conceito de formas cotidianas de resistência camponesa, ampliado em *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, 1990.

No terceiro livro, sem tradução para o português, porém com uma tradução em espanhol, com o título de *Los dominados y el arte de la resistencia*, (SCOTT, 2003), amplia a discussão sobre as formas cotidianas de resistência e sua aproximação com a perspectiva dramatúrgica, que pode ser evidenciada no sugestivo título, sendo que a oposição entre a dominação e a “arte” da resistência é melhor percebida no título original: *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*.

Uma das questões levantadas por Scott (2003) é referente a como se pode estudar as relações de poder quando os que carecem dele se veem obrigados, com frequência, a adotar uma atitude estratégica na presença dos poderosos, enquanto estes, por sua vez, entendem que lhes convém sobrepor sua reputação e seu poder? Fala, assim, em dimensão estratégica da conduta prudente e no manuseio das aparências nas relações de poder, diferenciando manifestações públicas de convicções internas.

Para Scott (2003), é o desconhecimento dessas contradições que leva muitos estudos sobre dominação e subordinação a basear-se na noção de hegemonia para explicar a aceitação do discurso dominante pelos dominados.

Nesse sentido, Scott afirma confundir-se tática com a estrutura das relações de poder. Scott opõe-se à internalização da ideologia dominante, pelos grupos dominados, como forma de explicar o consentimento e a submissão: “o que desde cima se pode ver como a imposição de uma atuação, desde baixo se pode ver como

uma sutil manipulação da submissão e da adulação para conseguir fins próprios” (SCOTT, 2003, p. 65. Tradução livre).

Numa análise das teorias sobre a hegemonia, Scott (2003) divide-as em duas versões: 1ª) uma teoria forte da falsa consciência, em que há um convencimento dos grupos subordinados de que devem crer ativamente nos valores que explicam e justificam sua própria subordinação; 2ª) uma teoria fraca da falsa consciência, em que a ideologia dominante procura convencer que a ordem social em que vivem é natural e inevitável. Para Scott, a teoria forte supõe o consentimento; a fraca se contenta com a resignação. O desenvolvimento da contradição entre o que os dominados dizem em público e o que elaboram fora de cena, procura desmontar a argumentação dessas duas versões.

Scott (2003) coloca ênfase principalmente nas contradições do discurso, através da oposição do que define como discurso público e discurso oculto, em especial entre os mais pobres e dependentes.

Define discurso público, como uma descrição abreviada das relações sociais explícitas entre os subordinados e os detentores do poder. Define discurso oculto, como a conduta fora de cena, longe da observação direta dos detentores do poder, como lugar privilegiado para a manifestação de uma linguagem não hegemônica, dissidente, crítica, subversiva e de oposição.

Pelas dificuldades em se chegar a estes espaços em que se produz o discurso oculto, Scott (2003) introduz um terceiro conceito mediador, a política do disfarce e do anonimato, perceptível através do deboche, dos ditos, contos, músicas e provérbios populares e na ação anônima da multidão:

Discursos ocultos encontram-se ou revelam-se disfarçados nos rumores, piadas e outras coisas para que os desvalidos insinuem suas críticas ao poder ao tempo que se protegem no anonimato ou atrás de explicações inocentes de sua conduta (SCOTT, 2003, 20. Tradução livre).

Num caminho semelhante a Goffman, Scott (2003) privilegia as questões relacionadas com a dignidade. Apesar dos dominados não poderem ter direito à reciprocidade negativa (o revide, a retribuição do insulto pelo insulto, do tapa pelo tapa), podem mobilizar o discurso público dos dominantes, como forma de pressão, para que ajam de acordo com essa encenação. Afirma que as máscaras podem ser também armadilhas, uma vez que os poderosos consideram de vital importância

manter as aparências adequadas a sua forma de dominação. Nessa situação, os dominados têm boas razões para contribuir e preservar, ou não contradizer abertamente essas aparências.

Na intenção de generalizar e articular seus estudos com outras situações semelhantes, Scott (2003) desenvolve uma estratégia analítica de considerar as formas de dominação, com similitudes estruturais, como um ar de família comum. Este parentesco estrutural é um pilar fundamental para suas proposições sobre dominação e resistência, “as estruturas de dominação (escravos, servos, castas, colonizados, raças submetidas) operam de maneira similar. Se o resto das condições não muda, relações e estratégias de resistência são comparáveis” (SCOTT, 2003, p.51. Tradução livre).

Scott vê até mesmo similitudes nas estruturas de dominação, como as instituições totais, dominação entre os sexos e na cultura de classe operária. Deve-se, no entanto, chamar a atenção para a ressalva destacada por Scott (2003, p. 49. Tradução livre) “se todos os demais elementos são iguais, existem estruturas similares de dominação que tendem a provocar respostas e formas de resistência muito parecidas entre si”.

Destaca, assim, a importância de se levar em consideração a intensidade dessas formas de dominação em que, quanto mais marcada for a relação do discurso com o poder, maior será a divergência entre o discurso público e o discurso oculto:

Quanto maior seja a desigualdade de poder entre os dominantes e os dominados e quanto mais arbitrariamente se exerça o poder, o discurso público dos dominados adquirirá uma forma mais estereotipada e ritualista. Em outras palavras, quanto mais ameaçante seja o poder, mais grossa será a máscara (SCOTT, 2003, p.25. Tradução livre).

Em relação a essas ressalvas, Scott reconhece casos limites em que suas observações não se aplicam, como nos casos de subordinação voluntária e revogável, como na entrada em uma ordem religiosa ou a servidão voluntária, como no alistamento voluntário, “em princípio, quanto maior seja a liberdade de escolha na entrada e a facilidade para retirar-se, mais legítima será a subordinação” (SCOTT, 2003, 127. Tradução livre). Scott diferencia os casos em que a subordinação voluntária ocorre por total falta de recursos, como, por exemplo, o jovem que, frente a uma situação de pobreza absoluta, alista-se ou entra em uma ordem religiosa por

não haver outra opção.

Monsma (2000) reconhece a contribuição de Scott para a valorização da resistência cotidiana e das representações do poder feitas por subalternos e poderosos. Reconhece em Scott, o desenvolvimento de conceitos e métodos úteis para estudar esses fenômenos, mas critica o exagero do grau de estratégia e de cálculo de que Scott dota os agentes sociais, em especial, quando se leva em conta a dominação indireta (que se realiza por meio dos mercados ou da burocracia) ou na dominação complexa (divisões entre poderosos ou entre subalternos) .

Segundo Monsma (2000), Scott desenvolve essa perspectiva da dramaturgia do poder a partir dos trabalhos de Goffman. No entanto, apesar de Goffman estudar a interação social, não enfatizava as relações de poder, enquanto que o poder, a dominação e a resistência estão no centro da análise de Scott, do início ao fim.

Monsma apresenta algumas críticas a Scott, quanto às suas concepções de estrutura e de ação, “[Scott] trata a estrutura de dominação como algo 'exterior' aos atores humanos e por isso, desconsidera a participação destes na reprodução da dominação” (MONSMA, 2000, p. 104).

Para Monsma (2000), Scott tem uma noção muito voluntarista da ação dos subordinados, implicando numa concepção da ação relativamente calculada e consciente.

Menezes (2002) reconhece também a influência de Goffman em Scott, mas não de forma absoluta pois, para ela, Scott não desconsidera as estruturas de poder nas relações pessoais, quando, por exemplo, o respeito para com a autoridade é antes uma consequência do sistema de estratificação do que a sua criação, devendo ser baseada na evidência externa ao próprio ato.

No entanto, Scott minimiza as estruturas de poder, em especial, quanto à negação da internalização da estrutura.

Para Menezes, a epistemologia de Scott é marcada tanto pela importância dos condicionantes da estrutura social, quanto pelas interações sociais cotidianas.

Segundo Menezes (2002), na transcrição pública, as partes orientam suas atitudes por estratégias de respeito, dissimulação e vigilância, onde a dominação precisa ser reafirmada através de um trabalho político sistemático, representado na transcrição pública, em que suas principais formas são a afirmação (efetivada a

partir de pequenas cerimônias), os eufemismos (para mascarar o caráter cruel e violento da dominação) e a unanimidade (utilizada através da retórica da pacificação).

Ainda assim, para Scott, os dominados percebem a afirmação como externa, desconsiderando a participação ativa na reprodução da dominação.

3.2.2 Formas de resistência cotidiana como recurso significativo

A partir da análise do conceito economia moral de E. Thompson e das apropriações realizadas por James C. Scott, conclui-se ser possível, dentro de limites específicos, a generalização da noção de formas de resistência cotidiana.

Como afirma Scott (2003), “se o resto das condições não muda”, “se todos os demais elementos são iguais” – ou seja, a força de situações limites, uma comunidade moral entre dominantes e dominados, a força das relações face a face, o desapossamento absoluto – a análise através da noção de formas de resistência cotidiana possuem uma capacidade explicativa altamente significativa.

O elemento da violência simbólica, garantida pela necessidade de legitimidade para que a elite local possa manter seu sistema de poder, faz com que Scott, a partir do conceito de economia moral de Thompson, acabe por desenvolver a noção de práticas cotidianas de resistência.

O desenvolvimento da noção de resistência cotidiana se dá como forma de enfrentamento à teoria estruturalista da ação social. Scott compreende muito bem que essas práticas de resistência representam o limite que os fracos podem impor ao poder.

Assim, mesmo que se considere a relação de campo que se estabelece entre agricultores familiares e mediadores sociais em suas organizações, como uma comunidade moral, por partilhar os mesmos princípios, há de se considerar que agricultores familiares não se encontram em situações limites, que justifiquem a manutenção de uma subordinação inevitável e o recurso a estratégias de dissimulação, uma vez que sua relação é voluntária, revogável e conta com a participação ativa dos agricultores.

Mais ainda, as relações face a face são minimizadas pela dominação

complexa e indireta que atua nos espaços sociais em que os subordinados se esforçam em reproduzir a dominação.

Tampouco as opções dos agricultores familiares limitam-se à luta cotidiana, podendo mobilizar outros recursos em sua oposição aos agentes mais fortes. Nesse sentido, por sua adesão voluntária, os agricultores familiares não se utilizam, prioritariamente, de estratégias de resistência cotidiana como opção de poder, como recurso ou estratégia cínica e dissimulada, uma vez que tomam parte ativa nesse processo, reconhecendo as fontes de poder consideradas legítimas no espaço social do qual querem fazer parte.

Essas considerações não invalidam a pertinência das formas cotidianas de resistência, porém relativizam-nas, reduzindo, principalmente, o caráter calculista desse recurso.

Os agricultores familiares, frequentemente, utilizam recursos como o deboche e brincadeiras entre si e em relação aos mediadores sociais, através das quais denunciam, tacitamente, abusos de autoridade. No entanto, considerar que essas ações sejam conscientemente calculadas como formas de expressão de poder é minimizar a participação ativa desses mesmos agentes na manutenção do sistema de poder que se estabelece no campo social.

A pertinência desse recurso das formas de resistência cotidiana, na forma em que propõe Scott, depende do quanto os agentes encontram-se imbuídos pela lógica da produção e reprodução de valores no espaço social em que atuam.

Quanto mais alto estejam na estrutura das organizações da agricultura familiar da qual fazem parte, ou quanto mais se empenhem em tomar parte desta, tanto maior será a imersão nos valores que sustentam a distinção entre as partes e menor o distanciamento necessário para a utilização das formas de resistência cotidiana nos termos propostos por Scott.

Enquanto Goffman (1985) propõe a interação como uma produção de significados e definições sobre a situação, Scott (2003) extrapola sua potencialidade ao relacioná-la à manipulação de relações de poder.

Esse é um caso muito particular do possível e sua generalização precisa levar em conta todas as condicionantes necessárias para justificar a efetividade das formas cotidianas de resistência nas relações entre dominantes e dominados.

SEÇÃO 04 - ENFIM, COMO FAZER

Esta seção expressa uma dupla preocupação. A preocupação com o “como fazer” das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, e a preocupação com o “como fazer” científico, com os procedimentos e métodos da análise, apresentação e interpretação dos dados que embasam esta pesquisa.

O “como fazer” das organizações da agricultura familiar, para além de um “fazer-se”, revela, na realidade, um fazer compartilhado. Nesse sentido, ao se trabalhar com uma perspectiva relacional, num primeiro momento da análise, compõe-se o espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, destacando os recursos considerados significativos pelos agentes que o compõe.

Pelas peculiaridades dessas organizações, que propõem representar e fomentar o desenvolvimento de seu público-alvo, na construção de novas posições sociais, mediante engajamento político (NEVES, 2002), elas têm como principal interlocutor o governo federal, através de demandas diretas, como em mobilizações para o acesso a recursos, por meio de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, através de projetos de custeio e investimento ou, de maneira indireta, por meio de emendas parlamentares.

Nessa situação, recursos sociais, como a mobilização de extensas redes de relações e recursos culturais como uma titulação de nível superior, são valorizados pelas organizações da agricultura familiar, como forma de expandir sua atuação.

No entanto, organizações criadas para ter como protagonistas agricultores familiares, tendo por princípios a provisoriedade da atuação dos mediadores sociais, a horizontalidade e igualdade entre os agentes, esbarram na desigual dotação de recursos, considerados importantes no espaço social e nas diferentes possibilidades de subversão da hierarquia de valores, a que são submetidos os que entram no campo das organizações da agricultura familiar.

A análise desse espaço social destaca os capitais cultural e social, como elementos determinantes da relação de poder entre os agentes que constituem as organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Destacam-se os

capitais cultural e social na análise pelo reconhecimento que tem tanto na subjetividade dos agentes menos capitalizados dessa relação, como nas estratégias de valorização que os agentes mais capitalizados empreendem, a fim de melhorar sua posição social no espaço social das organizações da agricultura familiar.

Num segundo momento da análise, destaca-se exatamente essa percepção do poder que os agentes expressam, evidenciada na observação de campo, conversas informais e entrevistas.

A pesquisa centrou-se nos agentes de maior destaque nas organizações da agricultura familiar, nomeadamente lideranças da agricultura familiar e mediadores sociais que atuam nessas organizações, identificados através das posições que ocupam (método posicional) e pela percepção de poder expressa pelos agentes em campo (método das percepções do poder).

Analisar exclusivamente a composição do espaço social das organizações da agricultura familiar, apesar de permitir perceber a desigual distribuição e reconhecimento de recursos considerados significativos, e compreender a assimetria de poder entre os diferentes agentes que compõem essas organizações, não esgota a questão de compreender como se dá a valorização desses recursos.

Nesse sentido, num terceiro momento, destacam-se as classificações como processos ativos através da análise dos processos de valorização de recursos reconhecidos como significativos, nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Esse recurso analítico permitiu perceber as estratégias desenvolvidas pelos agentes, a partir de uma situação específica, que os impele a valorizar os recursos de que melhor dispõem e desvalorizar os recursos de seus opositores.

A análise dessas estratégias levou em conta as intenções expressas no ideário dos mediadores sociais (o conteúdo propriamente dito do discurso que produzem para justificar sua ação) e o contexto de atuação desses mediadores (organizações de agricultores familiares mobilizadas em função de representar e fomentar o desenvolvimento local em estreito diálogo com o Estado). Como recurso metodológico, intercala-se entre o texto e o contexto, para compreender sua relação e contradições, o conceito sistêmico de campo.

Analisa-se, ainda, a forma como os mediadores sociais, agentes melhor

capitalizados de recursos sociais e culturais, efetuaram seu acesso ao campo das organizações da agricultura familiar e estabeleceram suas bases de constituição. Destacam-se, também, as relações de oposição ao capital econômico e político concentrado pelos agentes dominadores mais antigos, comerciantes locais e políticos tradicionais. Essas disputas são realizadas como forma de oposição à dominação e expropriação que esses agentes realizavam contra os agricultores, fundando o campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Ainda que a assimetria de recursos entre agricultores familiares e mediadores sociais seja imensa, as diferenças entre os próprios mediadores sociais acabam por ocasionar uma relação de oposição entre os recursos valorizados por eles, como o capital social e o capital cultural.

Entre os mediadores sociais, também se expressa a relação de campo que opõe os agentes, a partir da valorização dos recursos de que melhor dispõem e a desvalorização dos recursos de seus oponentes. Chama-se a atenção para as diferentes estratégias de valorização de recursos, empreendidas pelos diferentes agentes, em disputa por uma melhor posição no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul e para as consequências dessa relação.

Na disputa entre os agentes melhor capitalizados de recursos culturais e sociais, os agentes menos capitalizados sofrem mais intensamente a força dessa desigualdade estrutural, acentuando as distâncias entre as intenções igualitárias dos mediadores sociais e a realidade objetiva da assimetria de poder nessa relação.

O destaque às diferentes socializações entre os mediadores sociais procura, por meio de um efeito de sobreposição (BOURDIEU, 2008b), compreender suas estratégias a partir da posição em que cada agente se encontra e as limitações e possibilidades que essas diferentes socializações permitem realizar.

Contudo, a análise da ação dos mediadores sociais não é realizada sem levar em conta a capacidade de resistência que os agricultores familiares possuem nessa relação. Por fim, analisam-se desde as estratégias interativas de resistência cotidiana, seu alcance e limitações, até os recursos objetivos de que os agricultores familiares podem se utilizar para fazer frente aos mediadores sociais.

4.1 Composição do espaço social das organizações da agricultura familiar

A bibliografia sobre relações entre agentes em posições sociais assimétricas, como nos casos de mediação, destaca a pertinência dos capitais cultural e social em campos em que esses mediadores sociais atuam, na busca em fazer aparecer o outro.

Seja em situações nas quais agroecologistas, detentores de um maior capital cultural, relacionam-se com agricultores familiares, na mudança tecnológica e social para a produção de alimentos orgânicos (OLIVEIRA, 2004); ou quando ONGs detentoras de um alto capital social, relacionam-se com camponeses para a implantação de um projeto de desenvolvimento regional (COWAN ROSS, 2003); as relações assimétricas, na dotação de recursos entre agricultores e mediadores sociais, produzem relações desiguais de poder.

Ainda que, nos campos sociais, prevaleça a pertinência de um capital específico como recurso significativo pelo qual os agentes disputam, a combinação particular de tipos de recursos também define um campo social (GIMÉNEZ, 1999).

A imersão no campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul destaca dois capitais, cultural e social, como recursos considerados importantes pelos agentes em campo e com características distintivas, ao hierarquizar os agentes a partir da dotação ou não desses capitais. É importante destacar que a constituição do espaço social não se dá de forma natural, senão arbitrária, como produto de disputas pela dominação desse espaço, forjando uma relação de campo.

A evidência sobre a prevalência dos capitais cultural e social, como princípios de hierarquização do espaço social, foi construída através da triangulação de dados, com o uso combinado de coleta de dados, por meios comunicativos (entrevistas em profundidade) e observacionais (observação de campo, análise de vídeo) com coleta de dados por meio de fontes documentais (publicações das organizações da agricultura familiar) e de arquivo (planilhas oficiais do governo municipal local, planilhas oficiais do STE, planilhas oficiais do OGU).

No caso do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, campo ainda recente, a definição de um único recurso distintivo não se

efetivou. O equilíbrio delicado desses dois recursos é o que estabelece os critérios de distinção no espaço social.

Dessa forma, a constituição do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul pode ser apresentada através de um esquema em que os diferentes agentes são distribuídos a partir do volume e estrutura da composição desses dois capitais significativos (Fig. 5).

Construiu-se o esquema do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, a partir dos recursos considerados mais significativos pelos agentes que compõem o campo.

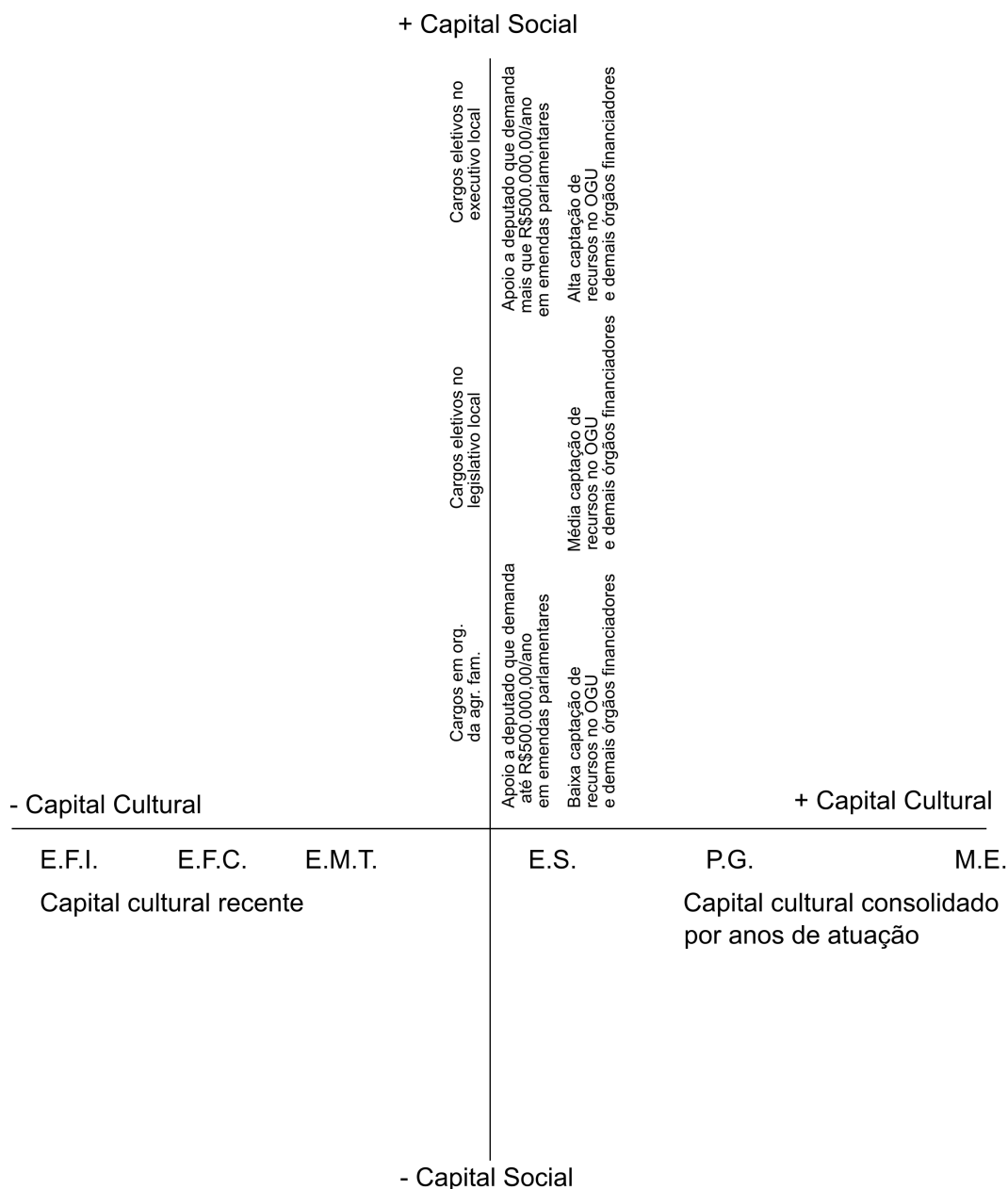
Para composição do componente do capital cultural, foram utilizados indicadores de escolaridade como capital cultural institucionalizado e tempo de atuação como agente de ATER como capital cultural incorporado.

Para compor o componente do capital social, foram utilizados como indicadores os resultados da mobilização de extensas redes de relações, como cargos ocupados em organizações da agricultura familiar e cargos públicos, o apoio a deputados que demandam emendas parlamentares e a captação de recursos para projetos em favor de suas bases.

O cruzamento de dados da trajetória dos agentes com os dados de arquivo, permitiu localizar os agentes a partir do capital social.

Os dados referentes ao capital social foram organizados a partir da importância dos cargos ocupados que exigem mobilização social, apresentados em ordem crescente: cargo nas organizações da agricultura familiar, cargo no executivo local no primeiro escalão (secretário municipal), cargo eletivo no legislativo local (vereador), cargo no executivo estadual no segundo escalão (coordenador ou diretor), cargo eletivo no executivo local (prefeito municipal), cargo eletivo no legislativo estadual (deputado estadual).

Também compõem o componente do capital social, o trabalho para deputado estadual e federal, de acordo com a votação em São Lourenço do Sul, organizados de forma crescente a partir dos dados de planilhas oficiais do Superior Tribunal Eleitoral – STE.



LEGENDA CAPITAL CULTURAL:

- E.F.I. - Ensino Fundamental Incompleto - até a 4ª série
- E.F.C. - Ensino Fundamental Completo - até a 8ª série
- E.M.T. - Ensino Médio Integrado Técnico
- E.S. - Ensino Superior
- P.G. - Pós-graduação
- M.E. - Mestrado

Figura 5 – Esquema do espaço social dos agentes das organizações da agricultura familiar de São Lourenço do Sul e os respectivos indicadores de posição social.

Fonte: Elaboração própria construída a partir da triangulação de dados documentais e de arquivo (planilhas do governo municipal local, planilhas do STE, planilhas do OGU), observação de campo e entrevistas em profundidade realizadas com os agentes das organizações da agricultura familiar de São Lourenço do Sul no ano de 2010.

Por fim, ainda fazem parte do componente do capital social, a captação de recursos, através de emendas parlamentares, evidenciadas através de planilhas oficiais do governo municipal local e Orçamento Geral da União - OGU.

Quanto mais ao alto e à direita, mais capitalizados estão os agentes e maior é o poder que exercem no campo das organizações da agricultura familiar; quanto mais abaixo e à esquerda, menor sua capitalização de recursos significativos e menor o poder que exercem.

Procuraram-se evidências do capital cultural na diferente dotação de capitais culturais institucionalizados, incorporados e objetivados, e na trajetória dos agentes. Além do reconhecimento de distinção deste recurso, percebidas nas publicações produzidas pelas organizações da agricultura familiar, em suas reuniões, assembleias e encontros, e nas falas dos agentes através das entrevistas em profundidade.

Quanto ao capital social, mais difícil de ser objetivado, procuraram-se evidências nos resultados dessa relação, o acesso a recursos através das redes de relações e o acesso a posições, que dependem de mobilização social, como o acesso a cargos eletivos, seja numa associação, cooperativa, sindicato ou em cargos públicos e seu reconhecimento através da observação de campo e entrevistas em profundidade.

Como estratégia argumentativa, a composição desse espaço social é expressa a partir da perspectiva dos agentes que mais sofrem a pressão do campo, em sua luta diária pela mobilização dos recursos, considerados importantes nesse espaço social e os sentimentos contraditórios, que a baixa capitalização desses recursos produz.

4.1.1 Objetivação do espaço social das organizações da agricultura familiar – elementos estruturais determinantes da ação

O trabalho com o uso de múltiplas fontes de evidência, triangulação de dados e linhas convergentes de investigação permite objetivar o espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Os dados empíricos, elencados neste estudo, provêm da análise preliminar de

documentos, publicações, vídeos e áudios que se destinam ao público-alvo da organização da agricultura familiar, sobretudo agricultores, mas também, mediadores sociais, lideranças locais, profissionais que atuam como consultores e prestadores de assistência técnica, principalmente através de extensão rural por meio de projetos financiados pelos governos e instituições internacionais. Pela necessidade de prestar contas a esses financiadores, o material destina-se, também a suas necessidades e expectativas.

No que se refere às evidências documentais, o material produzido pelas organizações da agricultura familiar para subsidiar suas lideranças no desenvolvimento de suas lutas, faz desse material uma fonte importante para a análise de conteúdo.

Cabe destacar que, em relação ao material produzido pelas organizações analisadas na pesquisa, apenas na FETRAF encontraram-se as publicações destinadas à formação de lideranças. A COOPAR não produz material de formação. A CRESOL produz publicações específicas ao crédito, e as publicações analisadas no CAPA possuem um caráter mais de visibilidade sobre os grupos trabalhados pela ONG, não propriamente formativo. A circulação desses materiais, entretanto, através de projetos como o Terra Solidária, acaba atingindo grande parte dos agentes envolvidos nas demais organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

O material de formação produzido pela FETRAF, tanto em sua forma como em seu conteúdo, referencia o capital cultural de forma significativa.

Em termos formais, o referencial do capital cultural, faz-se visível no uso de imagens, que fazem menção a elementos culturais acadêmicos no decorrer de todos os impressos. Eles estão explícitos na representação de fundo, que ilustra os textos que mimetiza elementos culturais, na referência a diplomas, cadernos e outros elementos do espaço escolar presentes, constantemente, nos referenciais culturais das publicações (Fig. 6).

Em termos de conteúdo, a referência à formação educacional está presente, principalmente, através da menção dos principais projetos de lançamento da FETRAF em educação e extensão rural, como os programas Terra Solidária e Consórcio da Juventude Rural.

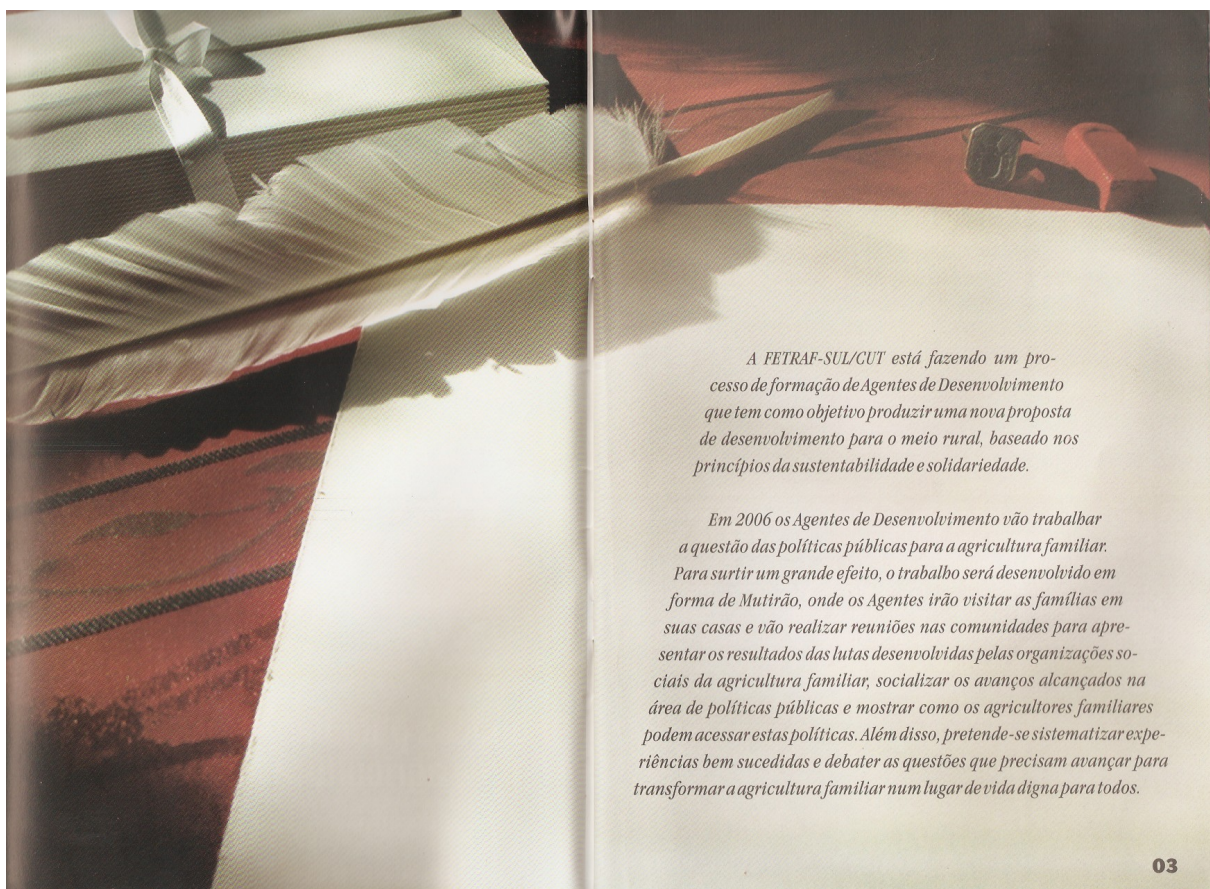


Figura 6 - Capital cultural representado na ilustração do texto de abertura da publicação da FETRAF. Fonte: Informativo FETRAF, Políticas públicas para a agricultura familiar - Agentes de desenvolvimento em mutirão, p. 03.

No projeto Terra Solidária, a educação é vista como *"um importante caminho para melhorar a vida das pessoas e estimular a sua intervenção na realidade"*, e que *"as transformações mais expressivas na sociedade e nos setores sociais que buscam a valorização de sua identidade, têm na educação um dos seus mais fortes alicerces"* (Semear - Revista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil - FETRAF-SUL/CUT. Maio de 2010, p. 10).

Como elemento de valorização do capital cultural, tem-se também as ações de ATER, promovidas pela FETRAF, a qual *"percebeu em sua trajetória de organização dos agricultores que é importante intervir na produção e de forma qualificada"*, embora destaque que, *"a FETRAF-SUL defende uma ATER que atue para transformar, portanto deve atuar baseada nos princípios da educação popular, reconhecer na família de agricultores sujeitos fundamentais e ativos, que são detentores de cultura e de saberes, e que podem contribuir ativamente, juntamente com os técnicos, na busca de alternativas para resolver seus próprios problemas"*, e

que *"esta ATER deve desenvolver o trabalho baseado em princípios éticos, com metodologias participativas e na perspectiva da construção da democracia"* (Semear - Revista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil - FETRAF-SUL/CUT. Maio de 2010, p. 17).

No material em vídeo, produzido por essa mesma organização, a referência ao capital cultural faz-se perceptível no formato de apresentação escolhido, que simula uma sala de aula.

O formato opõe como personagens centrais a professora, educadora, representando o capital cultural institucionalizado ao agricultor incrédulo. Seus questionamentos são reforçados pelo conjunto de colegas, dando um ar participativo ao encontro. No entanto, os demais agricultores familiares que falam, não reforçam, diretamente, as inquietudes do agricultor incrédulo. Dizem-se convencidos pelas experiências apresentadas pela professora, *"pois é, eu também pensava como o M, ... mas depois comecei a participar dos cursos de formação ... isto vem a estar contribuindo para mim, sabendo da importância que nós temos pra nossa sociedade"* (agricultora familiar que dialoga com M, representando o agricultor incrédulo). A professora sempre tem a última palavra e acaba por convencer também a M que, por fim, dá um depoimento dizendo que *"agora entende, mas que era preciso ver para crer"*.

Essa relação didática, que simula uma sala de aula (Fig. 7), representa idealmente os agentes sociais no campo das organizações da agricultura familiar, destacando o papel de cada um nesse contexto social. A professora, educadora, como agente instruído, incorporando o capital cultural institucionalizado, reforça a importância do capital cultural como recurso legítimo para os agricultores, inicialmente incrédulos, mas ao final convencidos *"eu precisava ver para crer. Realmente eu vejo que é importante as políticas públicas dos governos e outras instituições para mudar a realidade, mas eu também vejo que eu tenho que repensar meu processo de vida"* (M, representando o agricultor inicialmente incrédulo, por fim convencido).

Durante todo o decorrer do vídeo, depoimentos que reforçam a relação de formação são apresentados como casos de sucesso de agricultores, que fizeram os cursos e que hoje possuem renda garantida e uma qualidade de vida muito melhor.

Em suas palavras, o curso de formação *"me fez abrir os olhos ... depois que eu comecei a frequentar o consórcio [da juventude] mudou meu ponto de vista"* (falas de agricultores familiares no vídeo da FETRAF-SUL, Lutas, Conquistas e Desafios).



Figura 7 - Capital cultural reconhecido e reforçado na forma de apresentação de formação que simula uma sala de aula.

Fonte: vídeo da FETRAF-SUL, Lutas, Conquistas e Desafios.

A importância do capital social, por sua vez, como recurso significativo, pôde ser evidenciada tanto na seleção de fotos nas publicações das organizações da agricultura familiar, que ilustram suas lutas e conquistas, e que trazem, como destaque, lideranças da agricultura familiar em contato com autoridades políticas: ministros, deputados, presidente da república; quanto na presença constante de autoridades políticas nos eventos da agricultura familiar e a proximidade dessas autoridades com as lideranças da agricultura familiar, visível, em especial na formação das mesas e palanques.

Os dados apresentados até aqui têm apenas o intuito de demonstrar a importância relativa dos capitais cultural e social no campo das organizações da agricultura familiar.

Ainda que a intencionalidade dos agentes se preocupe em atenuar os efeitos de uma imposição desses recursos sobre os agricultores familiares, as forças em disputa no campo acabam por reforçar esses capitais como recurso de distinção e de poder, o que pode ser melhor percebido através da observação de campo e reforçado na fala dos agentes através das entrevistas em profundidade.

Na observação de campo, efetuada nos eventos realizados pelas organizações da agricultura familiar, a deferência aos agentes mais escolarizados é constante em todas as falas.

Menções que nomeiam os agentes mais escolarizados, precursores do campo das organizações da agricultura familiar, como “nossos professores de organização”, são reiteradas por praticamente todas as lideranças de agricultores familiares que ocupam a palavra oficial, através do uso do microfone, bem como a referência à universidade e centros de pesquisa, nesse caso, sobretudo pelos agentes mais escolarizados.

No evento de lançamento do projeto Mutirão pela diversificação, realizado pelas entidades CRESOL, FETRAF e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, com o apoio do CAPA e da COOPAR, no auditório da EMBRAPA Clima Temperado, em novembro de 2009, enquanto que os agricultores familiares fazem referências aos componentes da mesa, destacando qualidades de cada integrante do projeto, os mediadores sociais, em especial os mais capitalizados desse campo, limitam-se a dizer que a mesa já havia sido apresentada, e mantêm um ar menos ritualizado do processo, mantendo-se sentados e com voz menos empolgada que as lideranças da agricultura familiar.

No público presente ao evento, cerca de 80 pessoas, a distribuição pelo espaço do auditório fez-se espontaneamente, uma vez que o espaço o permitia, segregando os agentes por grupos ou classes sociais. Ao fundo, dispuseram-se os agricultores familiares, à frente as autoridades e lideranças locais, um pouco atrás, os mediadores sociais e, entre estes e os agricultores familiares um grande vazio.

Cabe destacar que, quando o espaço físico não possibilita a mesma

liberdade, por se tratar de um espaço reduzido, essa afirmação não pode ser verificada. O mesmo ocorre quando as reuniões são realizadas nas próprias comunidades e quando o público presente é mais homogêneo, como nas reuniões e assembleias nas comunidades rurais, como nas assembleias do SINTRAF realizadas na área rural de São Lourenço do Sul.

Mesmo estimulados por L, agricultor familiar, liderança local, os agricultores familiares presentes ao evento, no auditório da EMBRAPA, não se dispuseram a ir mais para frente, compreendendo que aquele ali, ao fundo, era seu lugar. Reconhecimento de lugar a partir da percepção dos recursos de que dispõem e da percepção dos recursos dos outros.

Considerando que o pesquisador também é um agente social reconhecido pelos demais agentes em campo, sua objetivação igualmente é necessária. No evento, o único que atendeu, prontamente, aos pedidos de L para ir mais para frente foi o pesquisador. O motivo que o levou a sentar-se ao fundo com os agricultores familiares foi poder ter uma visão mais completa dos agentes em campo. Ao ser chamado para sentar-se mais à frente não titubeou, pois esse era um espaço que se sentia no direito de ocupar, diferentemente dos agricultores familiares que se sentiam melhor localizados ao fundo.

A distribuição dos agentes no espaço²⁰ e no tempo²¹ corresponde a percepção de si, do sentido da posição ocupada no espaço social, incorporado pelos agentes em sua socialização, mantido em seu habitus que lhes oferece os elementos para a ação instintiva por meio de processos de inculcação e incorporação, e lhes dá respostas prévias a seu comportamento em diferentes situações.

Sobre a função de socialização que as reuniões expressam, Comerford (1999, p. 47) destaca:

Além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade

20 Ser uma pessoa espaçosa diz mais do que apenas o espaço físico que a pessoa ocupa, mas também o espaço social que acredita ser seu direito ocupar.

21 O tempo que se utiliza, principalmente, em relação aos outros, é denotativo da valorização de si. Essa valorização de si é melhor percebida no uso da palavra em situações livres, sendo mais difícil detectar quando limitado por alguma regra externa como um tempo previamente estipulado, ainda assim, agentes mais espaçosos acabam por extravasar esses limites.

que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar.

Nesse espaço social, as reuniões funcionam, ainda, como socialização secundária²², que incorpora aos agentes seu lugar no espaço e o que lhes é devido ou não, quais os agentes em destaque e quais os recursos aí valorizados.

Mesmo quando a organização dos participantes procura ser menos ortodoxa, objetivando ser mais horizontal, como na formação de um círculo, uma vez que não se renuncie a composição de uma mesa, os agentes mais capitalizados de recursos culturais e sociais sentam-se nas posições mais próximas da mesa. Obedecem à mesma “naturalidade” na escolha dos lugares. Frequentemente, os lugares mais próximos à mesa ficam desocupados até a chegada dos agentes mais capitalizados, autoridades políticas, lideranças sociais, consultores técnicos, mediadores sociais. Os assessores dos agentes mais capitalizados ocupam a sequência das cadeiras, ou um segundo círculo às costas destes, também próximo a mesa, enquanto que os participantes de base, ou ficam de pé, mesmo havendo cadeiras vazias, ou sentam-se nas cadeiras mais ao fundo. Isso foi observado, também, no Fórum da Agricultura Familiar realizado na COOPAR e CRESOL na localidade de Boa Vista, distrito de São Lourenço do Sul, em dezembro de 2010,

Reuniões, assembleias, encontros, frequentemente, são secretariados pelos agentes mais escolarizados. Essa atividade não é de menor expressão, uma vez que, os secretários acabam construindo as pautas, coordenando as intervenções e redigindo as sínteses dos encontros. Transferem aos documentos e decisões, tomadas nas reuniões pelos coletivos ou por lideranças reconhecidas pelo grupo, sua forma de ver o mundo e sua forma de atuar no mundo, ou seja, seu sistema de visão e de divisão do espaço social, valorizando questões que lhes são caras e minimizando o que não lhes interessa ou não corresponde aos seus interesses.

²² Grande parte dos participantes de reuniões da agricultura familiar inicia suas atividades ainda na juventude e mesmo na adolescência, através de projetos de formação para o cooperativismo e associativismo, focados especificamente nos jovens.

A assessoria constante dos agentes mais escolarizados na assembleia de fundação do SINTRAF em São Lourenço do Sul, em julho de 2008, chega a ser incômoda, fazendo com que G, agricultor familiar, liderança legitimada pelo coletivo, passasse a ter que repetir as palavras ditadas pelo assessor em alguns momentos mais burocráticos do processo decisório da assembleia, o que o incomodou a ponto de querer passar a palavra para que outro a tomasse.

Nesse sentido, para compreender o que isso significa, deve-se entender que a palavra é um recurso muito valorizado no espaço social.

Em alguns momentos especiais, de maior empolgação nos discursos, agentes que detinham a palavra faziam questão de destacar as ausências mais sentidas dos *“homens sem voz”* - referência a importantes agentes impossibilitados de falar publicamente por questões legais, quanto ao processo eleitoral do pleito municipal do ano de 2008.

Em relação aos agentes políticos ligados às organizações da agricultura familiar, que estavam disputando eleições em 2008, G afirma:

Eu sei que muitos companheiros gostariam de falar hoje, mas às vezes tiram a voz deles por um período e não vamos complicar estes companheiros por que eles estão numa outra tarefa e com certeza nuns três meses e pouco eles estarão de novo no convívio, fazendo a organização.

Especificamente em relação a L, agricultor familiar, liderança local:

Eu quero parabenizar aqui que tem um grande companheiro nosso que sempre puxou as lutas da FETRAF aqui, nosso sindicalismo, em função de outra luta lhe tiraram o direito da voz e o direito da participação, a gente quer assim, uma salva de palmas para este companheiro e tantos outros que hoje não podem falar, mas também especial a este companheiro que hoje não pode nem fazer parte da nossa diretoria, mas que depois de outubro com certeza estará junto desta luta de cada um.

E em relação à ausência de A, engenheiro agrônomo, pós-graduado, prefeito municipal, importante agente político nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, representado no evento pelo secretário especial de gabinete:

Representando aqui o nosso prefeito municipal [refere-se ao secretário especial de gabinete], que também tiraram a voz dele. E estes homens que estão sem voz neste período, eu entendo a necessidade, por isto eu e o companheiro N, estamos de fora desta empreitada porque nós gostamos de falar um pouquinho.

Em relação ao conteúdo, que reforça a pertinência do capital cultural como

recurso distintivo no espaço social, o objetivo desse trabalho de formação é definido como “*uma forma de [pausa relativamente longa à procura da palavra mais indicada] auxiliar o agricultor familiar a tomar suas decisões*”, entendendo que “*temos que formular em conjunto propostas, alternativas tendo como princípio o empoderamento de nossos agricultores que tenham acesso ao conhecimento as informações e que possam tomar suas decisões de forma objetiva e clara*” (A, Extensionista Rural, técnico agrícola, no evento de lançamento do projeto de Mutirão pela diversificação).

A pausa prolongada e a dificuldade em achar a palavra correta, em uma relação contraditória, como a que envolve agricultores familiares e mediadores sociais, é denotativa da ambiguidade entre o que pensam e como agem os agentes nessa relação de assimetria estrutural. A dificuldade em cumprir com as aspirações de igualdade em situações concretas de diferença produz constrangimentos entre os agentes o que, no entanto, foge de seus esforços subjetivos para superá-las.

No aspecto discursivo, a importância em reconhecer o conhecimento local é expressa como no discurso de C, técnico agrícola, coordenador da FETRAF, em sua fala aos demais técnicos agrícolas contratados pelo projeto de Mutirão pela diversificação:

Eu reunia 200, 300 agricultores em cada curso. Jeito de fazer, aprendendo com quem sabe. Quem sabe é o agricultor, a agricultora. Aprendendo com o agricultor é possível ensinar, chegando, sabendo tudo, simplesmente o agricultor já na hora ele sabe o que que acontece ali.

Entretanto, o sentido com que esse conhecimento, essa informação entra na relação mediador social/agricultor familiar é, preponderantemente, do primeiro ao segundo, através dos projetos de extensão rural elaborados pelos mediadores sociais mais escolarizados, sobretudo engenheiros agrônomos.

Há que se diferenciar o que é dito do que é feito. As diferenças não são fruto de ação cínica ou interesseira, antes reações às pressões impostas pelo campo que opõe capital social à capital cultural, fazendo com que os agentes disputem a partir da valorização dos recursos melhor capitalizados por eles.

Ainda que, nos processos de mediação, o objetivo explícito seja fazer surgir o outro (NEVES, 1997 apud COWAN ROSS, 2008), por um efeito de imposição de estratégias de definição do funcionamento do campo, esse objetivo acaba sendo diminuído no momento em que os agentes melhor capitalizados entram em

competição na definição do campo.

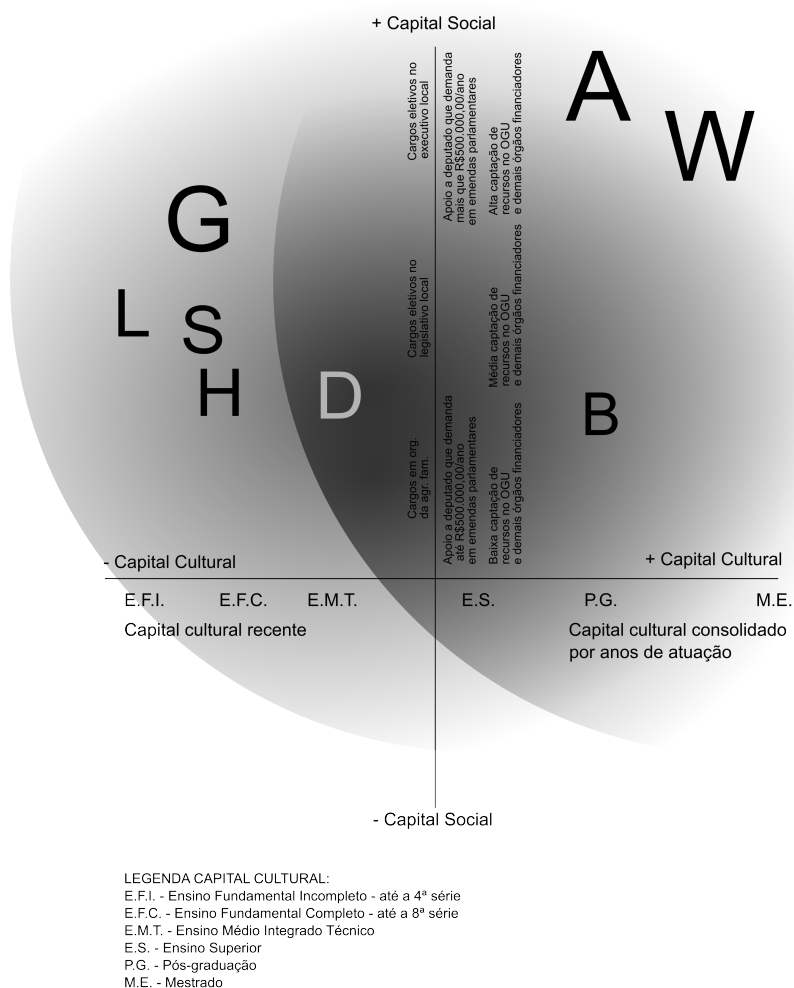
Ou seja, os agentes dotados de maior capital cultural que, em seus discursos, orientam-se pelo reconhecimento dos recursos culturais específicos dos agentes de menor escolaridade, minimizam a importância e poder de distinção do capital cultural, desvalorizando um importante recurso em suas disputas para manutenção dos critérios de definição do campo, perdendo espaço para agentes melhor capitalizados em outros recursos como o capital social.

No entanto, os agentes que definem o capital social como um recurso legítimo na disputa sobre os princípios de definição do campo, acabam abrindo um precedente, para que os agentes menos capitalizados em recursos culturais apliquem seus esforços no estabelecimento de redes de relações, que os possibilitem se capitalizar com o capital social e disputar algum espaço com os agentes mais bem situados no espaço social. Nesse sentido:

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes ("a classe dominante") investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Esses indícios, percebidos na análise documental e na observação de campo, foram usados como guia na condução das entrevistas com os agentes que coordenam as principais organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Cabe especificar quem são os agentes analisados na composição do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul (esquematizado na Figura 5 – Esquema do espaço social dos agentes das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul) e posicioná-los, relacionalmente, a partir dos recursos capitalizados por esses agentes, mobilizados com a finalidade de melhor se localizarem no espaço social (Fig. 8).



A, engenheiro agrônomo, pós-graduado. Histórico: Vereador por dois mandatos, prefeito por dois mandatos. Presidente fundador da COOPAR e CRESOL. Funcionário do CAPA por 10 anos.

W, engenheiro agrônomo, pós-graduado. Histórico: coordenador geral do CAPA desde 1989. Candidato a deputado estadual, candidato a prefeito, presidente fundador da COOPAR.

G, agricultor familiar, liderança local. formação primária até a 4ª série. Histórico: Secretário de Desenvolvimento Rural desde 2006. Vereador de 2005 a 2006; 3º Presidente da COOPAR, fundador da CRESOL, 1º Coordenador da FETRAF.

D, técnico em agropecuária, agente agroecológico. Histórico: presidente do SINTRAF-SUL.

H, agricultor familiar, primeiro grau completo por supletivo. Histórico: presidente da CRESOL, secretário do conselho administrativo da CRESOL, secretário do conselho administrativo da COOPAR.

L, agricultor familiar, formação primária até a 4ª série. Histórico: Coordenador regional da FETRAF-SUL, presidente do Partido dos Trabalhadores, vereador desde 2008, presidente da Associação de produtores de fumo, coordenador da ASSAF.

S, agricultor familiar, formação primária até a 4ª série. Histórico: sócio-fundador e gerente comercial da COOPAR, vereador desde 2008.

B, agrônomo, pós-graduado. Histórico: presidente do Conselho agropecuário de São Lourenço do Sul, funcionário do CAPA-Sul desde 2002.

Figura 8 – Representação gráfica do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Fonte: Elaboração própria

Nesse esquema, apresentam-se os agentes de acordo com sua capitalização de recursos, considerados significativos nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, o capital cultural e o capital social.

As manchas escuras, em forma circular, representam a projeção do poder dos agentes mais capitalizados (A e W) sobre os agentes a eles subordinados.

Assim como na composição do espaço social das organizações da agricultura

familiar, nesse esquema do campo, os agentes situados mais ao alto e à direita são os agentes mais capitalizados de recursos e com maior poder na relação. Os agentes localizados mais abaixo e à esquerda são os agentes de menor capitalização de recursos e com menor poder na relação.

4.1.1.1 Capital cultural percebido como recurso significativo

L, agricultor familiar, coordenador de organização da agricultura familiar, liderança local, 35 anos, há 4 anos na organização da agricultura familiar. Hoje é agente político em São Lourenço do Sul. Divide uma pequena propriedade de 6 ha, *“uma área bem inferior”* entre seis adultos (pai, mãe, tio, irmão, esposa). Plantam fumo, cebola, feijão e milho e, além disso, têm uma criação de cinco vacas de leite.

Estudou em uma *“escolinha lá, uma escolinha de ensino fundamental até a 5ª série, fiz até a 4ª, o meu pai tirou pra lavoura, pra plantar fumo”*.

Em 2003, associa-se à COOPAR, depois de plantar 100.000 pés de cebola e não conseguir comercializar, *“25.000, 30.000 kg ficaram na lavoura”, “tinha o sonho de achar que se compara ao agronegócio, ao grande latifundiário”*.

De 1997 a 2001, morou em uma casa sem energia elétrica e água encanada, depois, em 2004, foi morar com o sogro. Um pouco mais tarde, voltou à casa dos pais, na propriedade de 6 ha, para construção de uma casa com subsídio de R\$ 4.500,00 do Governo Federal.

Envolveu-se na criação da FETRAF em 2005, antes da eleição municipal *“ainda um agricultor normal [...] ainda era um agricultor que estava lá”*.

Questionado sobre se esse aprendizado, saindo da agricultura e começando a envolver-se com a organização e a política, foi difícil para ele, responde que *“ainda é difícil [...] eu sou um agricultor, **não tenho formação nenhuma, mal apenas sei ler e sei escrever algumas coisas. Eu fiz a 4ª série, larguei tudo, nunca mais pratiquei mais nada**”*.

Em 2006, assume como presidente da ASSAF (instituição que precede o SINTRAF e serve para a atuação local da FETRAF) pela dificuldade em se tomar as assinaturas do presidente da instituição, domiciliado em Pelotas. A instituição teve, inicialmente, seu registro no município de Pelotas, devido à impossibilidade jurídica

da dupla atuação de sindicatos, representando uma mesma categoria em um mesmo território. Como São Lourenço do Sul já possui o sindicato dos trabalhadores rurais, o juizado do trabalho local considerou a criação de um sindicato da agricultura familiar uma sobre-representação.

A partir desse processo, L dispõe-se a ajudar a executar os projetos de habitação rural desenvolvidos pela FETRAF-SUL, *“aí então, não parou mais”*.

Perguntado se percebe como seu processo de agricultor familiar à liderança política fora rápido, se fica assustado com isso, responde: *“me assusta, eu já pensei em parar, ou sei lá, e muitas vezes tu olhar assim, e dizer **onde é que eu estou?** Tu olhar assim de final de 2006 a 2010, são quatro anos. Quatro anos tu nunca se envolveu com a política ... e não entender tudo isto”*.

Em relação aos encontros políticos de que fez parte nesse período, relata:

Uma vez fui numa atividade de campanha ... as mulheres ali conversando, a C conversando com o P [mediadores sociais com escolarização superior] conversando e tudo muito gramático e eu sentado ali, e **o que eu estou fazendo aqui?** Só para te dizer eu não sabia o que era uma síntese. Vamos fazer uma síntese disso aqui, eu não sabia o que era uma síntese.

As questões levantadas por L, quanto à legitimidade de sua participação nesses espaços de poder, denotam o sentimento de deslocamento em relação a esses espaços. A referência explícita ao capital cultural, quanto ao desconhecimento do que venha a ser uma síntese, denota o quanto esse recurso é considerado por L como significativo e distintivo dos agentes em campo. O reconhecimento desse recurso e a relação com o seu posicionamento nesse espaço social reafirmam a relação entre capital e poder, a partir de uma compreensão relacional do lugar que ocupa e do lugar dos outros nesse espaço social.

Em sua participação com importantes figuras políticas do estado do RS, em um comício em Canguçu, com o candidato ao governo do estado, é escolhido para representar a agricultura familiar da região sul e entregar uma carta da agricultura familiar ao candidato presente no evento. Perguntado se, nesses momentos, essas coisas passam por sua cabeça, responde:

Passam, passam, eu chego em casa e passa. Até comentando com D, imagina, nós há três, quatro anos, nós não tínhamos influência nenhuma, éramos pessoas comuns, normal, e agora esta semana com todos os movimentos sociais, o L e a FETRAF entregando um documento na mão do Tarso Genro [candidato a Governador do Estado do RS, posteriormente eleito no pleito de 2010], aonde que foi trabalhado com todas as entidades e tendo um consenso de que a FETRAF e o L é quem vai entregar. Nós

comentamos aqui, como que surgiu isto aqui? Como tu chega lá? Tu para e pensa. É aquela coisa, **eu não sei qual é o meu limite**.

Perguntado se pensa nisso, se tem um limite:

Eu acho que tem um limite. Eu acho que tudo é muito rápido, e tudo que é muito rápido vai ter um problema logo ali. As coisas não são construídas assim, da forma com que eu construí estes quatro anos. Tu sair de um agricultor normal, que não tinha conhecimento de nada, do mundo, da política, dos movimentos sociais, da luta, não tinha nada, aí em quatro anos tu te torna presidente de uma associação, tu é coordenador da Federação, respeitado pelo T, que é o coordenador geral, respeita nosso trabalho aqui da FETRAF, tu é respeitado por várias lideranças políticas do estado, **tu vira** presidente do partido, **tu vira** vereador, tu coordena uma cooperativa de fumo... eu acho que isso tem um limite.

Questionado se não pensa que aprende com isso e pode levar para frente, responde: *“mas claro, é uma faculdade, mas eu acho que **tem que ter cuidado com o limite. Eu acho que eu estou no limite**”*.

As preocupações de L com o limite, bastante contundentes em sua fala, denotam uma compreensão bastante dura da realidade. Uma relação direta à inferioridade objetiva de recursos que possui, em relação aos agentes melhor capitalizados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. A referência dúbia a “tu vira” e “tu te tornas” expressa o débito que tem com os agentes que lhe possibilitaram essa posição e não ao acúmulo de recursos necessários para ocupá-la.

Se a percepção da estrutura é contundente para L, não deixa de se expressar fortemente também em sua interioridade, não havendo uma dicotomia entre o que sente sobre si mesmo e o que entende da realidade objetiva de que participa. Há uma expressão complementar entre a objetividade que experimenta e a subjetividade que expressa, e não uma manipulação cínica da interação que se oponha à objetividade da desigualdade estrutural, a qual observaria como algo exterior.

Solicitado a explicitar melhor suas dificuldades, expõe: *“minha maior dificuldade hoje é poder dizer: hoje eu vou sentar agora e vou fazer uma redação, eu vou... mais ou menos isto aí. Eu hoje eu não consigo parar para fazer as coisas aqui, entende?”*.

Questionado se considera isso muito importante, responde *“pra mim é, pra mim é... porque faz falta, eu tenho dificuldade hoje de escrever um e-mail para uma*

pessoa”.

A respeito de sua atuação, afirma: *“pode não participar mais [referência a si mesmo] porque **não tem condições teóricas** ou alguma coisa assim que possa avançar”*.

Questionado em relação ao futuro, relata que quer:

Aprender muito e conversar bastante. Participar das atividades que possa contribuir com aquilo que tu pensa, daquilo que tu tem como ideologia e buscar as pessoas que pensam da mesma forma que tu pensa também. E tocar a bola em frente. E cuidar pra não..., logo ali..., não ter grandes problemas. [Após uma certa pausa, muda o tom.] Eu, eu, às vezes, eu tô no limite. Eu tenho vontade de... de às vezes chegar e começar a me soltar e chorar e não parar mais, porque... O que mais me agonia é tu ver as coisas acontecer e tu fazer parte daquilo e outras coisas é tu, sei lá, é o medo que passa dentro da gente, das coisas que podem vir pela frente. Então é a pressão do dia a dia. Estes dias eu estava olhando o horário político e aí vi uma declaração de uma pessoa que viveu a vida inteira na escuridão, e aí eu lembrei de mim, que eu passei quatro anos, o J nasceu e eu não tinha nem energia elétrica, nem água encanada [...] a gente lembra daquilo que tu passou e tu vê hoje pessoas que tem casa, que tem energia elétrica, que tem um monte de coisa e que tu contribuiu, nem que seja pra aquilo, mas tu contribuiu, para aquele pedacinho ali. Eu penso muito assim, pelo menos tem uma pessoa que não está mais passando aquilo que eu passei. E aí cara, se eu começar a pensar e falar, eu desabo e não dá, não dá, pode ter certeza, que não dá. Então eu vou fazer o que eu posso fazer até onde tiver meu limite. É aquilo que eu falei pra ti antes, se eu achar que não é mais, que não tem mais condições e que tem outras pessoas que podem substituir...

Perguntado se não considera sua experiência importante, responde:

É o que eu digo, eu vou contribuir o que eu posso contribuir, mas se acharmos que tem pessoas que podem contribuir com mais, eu não vou dizer assim, não, eu sou mais que tu. Só se eu tenho certeza que posso contribuir mais que aquela pessoa, mas de outra forma não me sobe pela cabeça, hoje, que eu posso, que eu quero, e quero, e quero. Não, isso, esquece.

Quanto às dificuldades estruturais da organização, afirma: *“hoje **estamos carentes de pessoas de entendimento** de nos ajudar a montar propostas, montar o conteúdo, fazer a síntese das coisas pra ti ir estudando. Precisa destas pessoas”*. Sobre a dependência em relação a outras instituições e agentes diz: *“eu costumo dizer, nós temos uma dependência muito grande com, principalmente, com os movimentos daqui, CRESOL, COOPAR, CAPA”*.

As referências a suas debilidades teóricas e à necessidade de pessoas de entendimento reforçam a evidência do capital cultural como recurso significativo, como capital simbólico dotado de capacidade de distinção.

É visível, no depoimento de L, a percepção exata de limite. Sabe que suas expectativas são refreadas pelas oportunidades objetivas que os recursos que possui permitem alcançar. Mas, mais que isso, o que o angustia não é apenas a percepção objetiva, mas, sim, a socialização que interioriza, por uma disposição durável, seu lugar no cosmos social.

Assim, a sensação de deslocamento não é uma sensação fugaz, fenomênica, mas uma sensação carnal estruturada em sua interioridade através de processos de inculcação e incorporação. Em uma trajetória plena de exemplos da família à escola, que lhe mostravam seu lugar na sociedade, reforçada pela estruturação do campo das organizações da agricultura familiar, que valoriza capitais de que não dispõe e que, em relação aos quais, sente-se em inferioridade.

Essas evidências reforçam o caráter interiorizado das relações objetivas de poder, contrariando as premissas de uma dimensão estratégica, cínica, da conduta prudente e do manuseio das aparências nas relações desiguais de poder. Não se evidencia aqui, a distinção metodológica de uma tática de manipulação da submissão em oposição à internalização das estruturas de poder, senão uma complementariedade entre interioridade e exterioridade, que conferem a esse recurso características de um poder simbólico, desconhecido como tal e, portanto, reconhecido como fator de distinção e hierarquização “legítima”.

É necessário chamar a atenção para esse caráter “legítimo” da dominação, que se dá através de uma ação deliberada de entrada no campo desses agentes atuantes nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, e a interiorização e sustentação de seus princípios.

O caráter legítimo da dominação se dá porque o capital cultural é considerado um recurso significativo nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul pelos agentes capazes de impor sua visão de mundo nesse espaço social. Funciona, assim, como capital simbólico, pois denota distinção, opera como princípio objetivo da violência simbólica, como dominação sofrida e aceita.

Assim, o capital cultural, como elemento objetivo desigualmente distribuído entre os agentes que formam as organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, define relações de poder através da violência e dominação simbólica. Essa relação de poder, de violência e dominação simbólica é

desenvolvida, deliberadamente, ainda que de forma inconsciente ou semiconsciente pelos agentes melhor posicionados no espaço social das organizações da agricultura familiar, impulsionados pela situação de campo que se estabelece na busca por manterem ou melhorarem suas posições.

As dificuldades de L para sentir-se parte legítima do espaço social, são compartilhadas também por outros agricultores familiares envolvidos na coordenação de organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

H, agricultor familiar, liderança local, 30 anos, há 10 anos está envolvido com organizações da agricultura familiar, há 8 anos é funcionário de organização da agricultura familiar e há 6 anos, coordenador de organização da agricultura familiar. Hoje vive na área urbana do município. O pai, um irmão e a cunhada ainda vivem na pequena propriedade de 50ha, na zona rural, plantando fumo, milho e soja.

Iniciou sua atuação nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, através da Igreja, onde o pai foi, por vários anos, presidente da comunidade. Posteriormente, ampliou seus laços com as organizações da agricultura familiar por meio da COOPAR, cujo pai fazia parte do conselho administrativo. Alguns anos mais tarde, então com 21 anos, ele mesmo veio a fazer parte do conselho administrativo da COOPAR, sendo secretário do conselho administrativo, *“aí então, neste conselho da COOPAR, aí, sim, nós entramos na vida da cooperativa”*.

Perguntado sobre as dificuldades administrativas, no início dos trabalhos na organização da agricultura familiar, responde: *“eu não tenho formação, né... não tinha, a minha formação é o primário [...] até a quinta série, depois terminei no supletivo [...] o meu pai optou em me... que tinha que ficar em casa e ajudar na propriedade”*.

Quanto a sentir falta de ter estudado mais, se o atrapalha na condução dos trabalhos, responde:

O sistema CRESOL é um sistema muito simples. Ele, vamos dizer, tem muita formação. A central, a base regional, ela te dá muita formação. **Todos os diretores da CRESOL são agricultores.** Todos aqui, em Santa Catarina, todos eles. Então a gente se sentiu meio em casa. Tu vai lá numa reunião onde tem 30 diretores da CRESOL, aí, na apresentação **a maioria deles tinha até a 5ª série**, uns tinham o primeiro grau, mas ninguém tinha outra formação. Então foi um sistema que usou o agricultor mesmo para trabalhar. [Muda o tom repentinamente] Bom, **hoje eu vejo que me faz falta isto, hoje, o depois.** Porque a CRESOL eu consegui chegar até um certo ponto aqui, mas eu gostaria de depois, pós CRESOL, aí faz falta um pouquinho.

Perguntado sobre o que gostaria de fazer mais, responde: *“eu acho que sempre tu... hoje eu vejo, eu aconselho todo mundo que puder concluir ou estudar mais. Eu digo, olha, estuda, porque um dia vai te fazer falta”*. Quanto a seus filhos, em relação ao futuro, diz: *“eu acho que tem que ter o máximo de estudos que puder ter, melhor. Não sei se é porque eu não estudei, agora quero que os outros estudem por mim. Mas eu acho que o estudo é muito importante, porque **a falta de estudo te limita bastante**”*.

Indagado se a experiência não supera a falta de estudo formal, responde:

Olha, até supera, mas parece que sempre te falta alguma coisa. Parece que tu chega num certo ponto que tu... [exemplifica] eu acho que até numa... na hora de tu falar com alguém. Olha eu, muitos ambientes que tu convive, tu convive com, vamos dizer, tu **saindo da CRESOL, tu vai para outro espaço, tu convive com pessoas que têm mestrado, doutorado e assim, não sei quantas faculdades, tantas áreas**, aí vamos dizer, a própria autoestima tua acaba ficando comprometida, aí tu acaba não desenvolvendo tanto.

Questionado para exemplificar melhor suas dificuldades, diz:

Olha, em que situações... eu acho que a própria **sociedade** te olha de outra forma. Eu acho que se tu olhar, pode ser o presidente Lula, mas olha o preconceito que ele sofreu, por toda a **sociedade** dizendo, mas como, o cara é um analfabeto. Então pode ser o melhor cara, mas a **sociedade** te olha diferente, a **sociedade** não entende, por mais que tu ache que não, eu estou preparado, eu posso fazer, mas chega uma certa hora que...

A compreensão relacional da posição ocupada e a diferenciação entre distintos espaços sociais (CRESOL fechada em si mesma e abrangência mais ampla das organizações da agricultura familiar) faz com que H expresse seu desconforto e reconhecimento em relação ao capital cultural, em especial, na interface social e política do espaço social das organizações da agricultura familiar.

A referência abstrata à sociedade expressa o peso do capital cultural na percepção desse agente em relação aos outros agentes com quem se relaciona, e mostra, também, sua posição deficitária no espaço social.

Além do capital cultural, o capital social também aparece como uma realidade concreta para H, como um recurso de classificação *“bom, aí tem a política que sempre tu é provocado a entrar nela, tu acaba estando nesse espaço e sendo desafiado a estar dentro dele”*. A falta de recursos objetivos em capital cultural, acaba por limitar também H em relação a seu capital social, por isso o ressentimento

quanto ao depois da CRESOL, referência ao trabalho social e político, em que ele é provocado constantemente.

Em relação às pessoas que lhe servem de referência, responde: *“G, eu tenho respeito por ele, é o jeito nosso de fazer, o G **veio do mesmo lugar que nós**. Mas o A, não. O A é **o cara que estudou, que pensou e que ensinou** para nós a forma de trabalhar. E sempre vou respeitar ele por isso”*.

Quanto a outros agentes importantes em sua trajetória, lembra:

Eu respeito muito o W, também pela história de vida do W, eu acho que..., quando... a esquerda de São Lourenço do Sul tem um... deve isto a W, porque ele coloca a vida dele na política, na organização. Ele **estudou** a agricultura de São Lourenço do Sul, **estudou** o pomerano, **estudou** a..., por que que o pomerano pensa assim, e foi quebrando cada elo ali, que estava bloqueando ali. O A, depois também entrou pra..., eu acho que ele deu o passo, a qualidade mesmo, no projeto.

Há uma distinção na fala de H, entre os agentes que vieram do mesmo lugar que ele, e os que estudaram, pensaram e ensinaram, além de um claro reconhecimento da superioridade dos agentes melhor capitalizados em recursos culturais.

H reconhece o peso do capital cultural e social no campo das organizações da agricultura familiar e sabe as dificuldades em avançar nesse espaço a partir da fragilidade dos recursos que possui.

Não apenas reconhece sua baixa dotação de capital cultural, como hierarquiza importantes agentes no campo das organizações da agricultura familiar, também através do capital cultural que possuem. Ao mesmo tempo, reconhece e recorre ao capital social como recurso distintivo, reproduzindo relações de produção de valor que lhe são desfavoráveis no espaço social e mesmo em relação a seus pares.

A utilização do capital cultural como elemento de distinção, até mesmo pelos agentes que não dispõem desse recurso, demonstra como esse elemento se encontra naturalizado na interioridade dos agentes das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Ao ser desconsiderado como arbitrário, esse recurso opera como poder simbólico, estreitando a relação entre capital e poder e distanciando a possibilidade de estratégias interativas de disputa pelo poder, uma vez que elas necessitam de algum grau de manipulação da situação e o

reconhecimento do caráter construído das relações de poder.

4.1.1.2 Capital social perseguido como recurso significativo

G, agricultor familiar, liderança local, agente político, 43 anos. Há 16 anos envolvido com organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Hoje vive na cidade, mas visita os pais com frequência na propriedade de 35ha.

G faz parte de uma geração anterior de lideranças da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Uma geração que conviveu mais proximamente com os mediadores sociais e com uma intensidade maior.

Essa proximidade, ao longo do tempo, proporcionou uma percepção diferente em relação ao capital cultural, ainda que o reconheça como significativo e distintivo. Não se sente em desvantagem absoluta por ter incorporado esse capital através do capital social que partilha com os mediadores sociais altamente escolarizados e com as instituições de pesquisa com quem se relaciona.

Quando perguntado se, em algum momento, sentiu falta de ter uma formação maior, responde:

... não, até hoje não sinto. Eu tenho sempre me orgulhado do meu presente. Às vezes na apresentação, em alguns momentos, sou especialista nisto ou naquilo [imita mediadores sociais mais escolarizados], mas nunca me envergonhou. Eu tenho muito orgulho de dizer que a minha profissão é colono, até hoje eu me apresento como agricultor. Não, não tem. E talvez dos meus fracos, das minhas deficiências, é não gostar de estudar, gosto muito de fazer cursos, de desenvolver seminários, estou sempre parceiro, mas se hoje me convidar para uma sala de aula, eu acho que é um fraco que tenho, não toparia.

Em sua referência positiva em relação ao presente, G esconde a deficiência de recursos de sua origem. Enquanto que nos seminários, cursos e eventos da agricultura familiar G é reconhecido como uma liderança social estabelecida, numa situação de sala de aula, seu baixo capital cultural institucionalizado o posiciona numa situação de desconforto.

Essa declaração precisa ser entendida como a de um agente que incorporou o capital cultural através da convivência no tempo, com mediadores sociais altamente escolarizados que, além da transferência de capital cultural através do capital social, investiram na formação de G por meio de cursos e seminários.

Ainda que hoje G não se ressinta em relação a pouca escolaridade (até a 4ª série do ensino fundamental), adquiriu um capital cultural significativo através da proximidade com os mediadores sociais, altamente escolarizados, e instituições de pesquisa.

No entanto, em sua trajetória, no início de seu envolvimento nas organizações da agricultura familiar, G não deixa de referir-se ao seu baixo capital cultural e social, como quando é convidado para fazer parte do conselho da cooperativa, ***“mas quem sou eu para fazer parte da diretoria”***, um reconhecimento da importância da instituição e, ao mesmo tempo, de sua deficiência em relação aos recursos que considerava necessários ter para participar.

Da mesma forma, quando depois dos dois primeiros presidentes da cooperativa, mediadores sociais altamente escolarizados, G ter sido convidado para substituí-los como presidente da COOPAR, *“imagina, tu pega o W pra presidente, depois o A, aí **alguém lá de fora, da roça lá, que não tem...**”*, G expressa também sua compreensão de como se estrutura esse espaço social.

G é apenas o terceiro presidente da COOPAR, o primeiro agricultor familiar, sendo que os dois primeiros presidentes eram mediadores sociais altamente escolarizados, engenheiros agrônomos com pós-graduação. Isso ocorreu a contragosto deles, pois queriam que um agricultor familiar tivesse assumido a primeira presidência da cooperativa: *“ninguém assumiu. Não. Se o W aí criou, vai assumir o troço”*.

A escolha de G, como sucessor dos mediadores sociais escolarizados, não se deu aleatoriamente, senão através do reconhecimento do capital social que esse demonstrou ao realizar uma reunião em sua localidade e convidar A para fazer uma apresentação de cooperativismo: *“aí ele entendeu o que eu queria, eu queria organizar um grupo”*.

A percepção, pelos agentes portadores dos princípios de visão e de divisão do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, fez com que através da realização de cursos como o Pro-Renda, investissem em G que constatou: *“depois desse curso a realidade mudou. Na sequência já fizeram a reunião na COOPAR, já nos fizeram realizar o trabalho e aí foi onde eu me saí. Já na sequência me chamaram para ser presidente”*.

A decisão sobre aceitar a proposta de presidente da cooperativa não se fez sem questionamentos, mas a proximidade com os mediadores sociais garantia os capitais necessários para o desafio: *“foi um dia difícil, aí eu só pensei o seguinte, se eu quero uma chance é agora, vai estar o W ainda lá, vai estar o A onde eu posso me encostar junto”*.

No entanto, seu vínculo com os mediadores sociais em sua origem é dependente de uma situação de dívida muito grande. Seus capitais cultural e social são dependentes do investimento realizado pelos mediadores sociais. Eles, além de reconhecerem G como liderança, investiram nele, inclusive, financeiramente, ao pagar bolsas de estudos, hospedagem e capacitação na cidade. Além disso, concederam-lhe uma remuneração para que pudesse contratar força de trabalho faltante em sua propriedade, durante o período de realização do curso:

Tu vai dizer, como conseguiram? Por incrível que pareça, eu fiquei 14 dias aqui no Hotel das Figueiras [imponente hotel de São Lourenço do Sul, de frente para o principal balneário do município, que popularmente leva o nome de praia do hotel]. Fiquei 14 dias confinado aqui. Mas eu sair um dia de casa era muito. Sabe o que o A fez? Mérito do A. O A pegou e aprovou no CAPA uma bolsa de estudo por aluno. Eu acho que nós éramos 4 ou 5. [...] Aí o A aprovou dentro do CAPA uma bolsa de estudos de R\$ 100,00 por estes dias. Com estes R\$ 100,00 eu contratei um peão pra ficar na propriedade e eu vim 14 dias aqui pro Hotel das Figueiras. E aí ficamos confinados aí, e aí começamos a aprender um pouco esta parte que não era da roça, mas era de organização”.

A desigualdade estrutural que marca as relações entre mediadores sociais e agricultores familiares nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul produz, por efeito de uma alquimia simbólica (BOURDIEU, 1996), a transformação do poder em carisma, e o reconhecimento dos recursos valorizados pelos agentes melhor capitalizados do espaço social, como o capital social.

Quando as relações de troca se dão entre iguais, contribuem para reforçar a comunhão, a solidariedade. Quando as relações de troca se dão entre desiguais, instituem relações de dominação simbólica duradouras, fundadas no conhecimento e no reconhecimento.

A violência simbólica, desencadeada por esse tipo de relação, impele os agentes menos capitalizados de recursos no espaço social a reconhecer capitais que não possuem ou em relação aos quais estão em déficit.

O capital social destaca-se, também, como elemento objetivo, desigualmente

distribuído entre os agentes que compõem o espaço social das organizações da agricultura familiar de São Lourenço do Sul. E, de forma semelhante ao capital cultural, o capital social é desconhecido como arbitrário, sendo valorizado e perseguido pelos agricultores familiares, reforçando o poder dos agentes que verdadeiramente detêm esses recursos.

Assim, capital cultural e capital social são elementos de distinção na relação entre agricultores familiares e mediadores sociais. Esses recursos reforçam a posição superior dos mediadores sociais no espaço social, dando-lhes um poder maior na relação com os agricultores familiares nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Esse poder é tanto maior, quanto mais naturalizado parece aos agentes que sofrem a dominação que esses recursos possibilitam, sendo isso evidenciado pela reprodução que os agentes dominados fazem dos princípios de dominação dos agentes dominantes.

A reprodução dos princípios de produção do valor desse espaço social através de G, se dá na sua busca por ampliar seu capital cultural por meio do capital social, possibilitado por sua aproximação com outros agentes dotados de largo capital cultural como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, na procura de novas tecnologias para a produção da batata inglesa. Essa relação lhe rendeu a ida a Brasília e ao Chile, para apresentar os resultados dessa parceria, ampliando ainda mais seu capital social e cultural.

Nós tínhamos algumas dificuldades, por exemplo, semente. A plantação era batata, só que era muita lavoura de batata feia, e aí nesse período de aprendizagem, depois de vir pra COOPAR, eu comecei a conhecer a Embrapa, que eu só conhecia pela televisão [esse mesmo expediente fora utilizado por um dos mediadores sociais, fundador da COOPAR e primeiro presidente, anos antes, para facilitar o acesso aos agricultores bastante reservados de São Lourenço do Sul]. E aí conheci a Embrapa e vi que aqui em Pelotas tinha possibilidade de renovação. Aí comecei a ver os problemas lá de fora e com as soluções que estavam dentro da pesquisa de assistência técnica dentro do mundo um pouco maior. Aí eu pegava aqui e levava pra lá, fazia este intercâmbio. Foi aí que eu consegui levar a Embrapa lá pra fora. Solucionamos os problemas da semente de batata, todo mundo só tinha o... dava uma tal de virose na batata, a batata era crespinha, dava uma frutinha deste tamanho. E aí a Embrapa trabalhava com material novo, genética de alta tecnologia. E aí nós conseguimos fazer uma fala com os pesquisadores, fizemos reunião forte lá fora e o meu primeiro grande trabalho na cooperativa foi desenvolver 22 grupos de produção de semente de batata. Nós pegávamos assim, uns 200 sacos de batata, levava lá pra fora e distribuía em pequenos grupos, cada grupo plantava 4 sacos, pra reproduzir e cada grupo destes recebia 4 sacos, 5

sacos e nós agregávamos na volta deles 10, 12, 15, até 20 agricultores. Aí foi uma revolução da organização. Tu levava a semente e o pessoal se empolgava e, com a semente tu levou, tu organizou o povo, e tu fazia o cooperativismo fluir na veia das pessoas.

Esse trabalho consolidou G como importante liderança social. Participa da formação das principais organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, foi o primeiro agricultor presidente da COOPAR, é um dos fundadores da CRESOL, como primeiro vice-presidente e segundo presidente, foi o primeiro coordenador da FETRAF na região e se estabelece como liderança política, concorrendo e se elegendo como vereador em 2004.

A expressão propriamente política do capital social, capitalizado pelos agricultores familiares, é evidenciada no fato de as principais lideranças das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul serem impulsionadas a disputas eleitorais. S, G e L, lideranças sociais, coordenadores de organização da agricultura familiar, concorreram e se elegeram como vereadores nos últimos dois mandatos em que o PT – partido alinhado com as organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul – governa o município. Os mediadores sociais têm concorrido desde 1984, em diversos cargos como vereador, prefeito e deputado estadual.

Esse capital social de subtipo político, assim como sua contraparte comunitária, a organização de associações e grupos de base da agricultura familiar, também é recurso de hierarquização no campo social e de definição de poder.

Assim, os agentes envolvem-se tanto na capitalização dos recursos nas eleições municipais, impelidos a candidaturas no legislativo local, quanto nas eleições estaduais e federais no trabalho de eleição de deputados que ampliem seu capital social e, assim, acessem recursos que beneficiem suas bases e projetos locais.

É na interface política do capital social que os conflitos mais espinhosos se expressam. Sendo esse recurso fortemente valorizado pelos detentores dos princípios de visão e divisão do espaço social das organizações da agricultura familiar, aqui se expressam de forma mais contundente os conflitos entre as forças em disputa pelos bens simbólicos e materiais escassos.

As organizações da agricultura familiar e grupos ainda mais específicos no

interior delas apoiam diferentes candidatos, ainda que pertencentes ao mesmo partido político.

A escolha do apoio a esse ou àquele candidato é feita a partir de vários objetivos e estratégias, mas, prioritariamente, a partir do capital social estabelecido através de redes de relação, que lhes possibilitam atender as demandas de suas bases, principalmente, através de emendas parlamentares (Tab. 2).

Tabela 2 – Relação de emendas parlamentares para São Lourenço do Sul de 2007 a 2010.

DEPUTADO FEDERAL	VALOR DE REPASSE	ANO
H	R\$ 440.000,00	2007
M	R\$ 120.000,00	2007
H	R\$ 625.000,00	2008
M	R\$ 200.000,00	2008
H	R\$ 500.000,00	2009
M	R\$ 195.000,00	2009
F	R\$ 195.000,00	2009
H	R\$ 500.000,00	2010
M	R\$ 100.000,00	2010
F	R\$ 350.000,00	2010

Fonte: elaboração própria a partir de base de dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de São Lourenço do Sul.

Nas últimas eleições estaduais e federais, no ano de 2010, foi desenvolvido trabalho significativo pelos agentes das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul para quatro deputados federais e três deputados estaduais.

O agente de maior peso nas organizações da agricultura familiar, A, apoiou o candidato federal H, com 42,09% dos votos válidos. Já as demais lideranças das organizações da agricultura familiar optaram por fazer campanha para outros candidatos numa estratégia de diversificação de votos e de distinção em relação ao campo político majoritário dominado por A. Os candidatos a deputado federal apoiados pelos dirigentes das organizações da agricultura familiar fizeram, respectivamente, 5,84%, 5,48% e 4% dos votos válidos, somando 15,32% do total (Tab. 3).

Tabela 3 – Votação dos candidatos a deputado federal apoiados pelas lideranças das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul

Candidato apoiado por A	Votos válidos* - %	Votos válidos* – valor absoluto
H	42,09%	11.288
Candidatos apoiados pelas lideranças da agricultura familiar em São Lourenço do Sul	Votos válidos - %	Votos válidos – valor absoluto
M	5,84%	1.566
P	5,48%	1.469
F	4,00%	1.072
TOTAL	15,32%	4.107

* Num total de 29.402 votos válidos

Fonte: elaboração própria a partir de dados da justiça eleitoral para o pleito de 2010.

Quanto aos candidatos a deputado estadual, o apoiado por A fez 39,83% dos votos válidos, e os candidatos apoiados pelas lideranças das organizações da agricultura familiar fizeram, respectivamente, 7,07% e 1,84%, somando 8,91% dos votos válidos (Tab. 4).

Tabela 4 – Votação dos candidatos a deputado estadual apoiados pelas lideranças das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul

Candidato apoiado por A	Votos válidos* - %	Votos válidos* – valor absoluto
Z	39,83%	10.988
Candidatos apoiados pelas lideranças da agricultura familiar em São Lourenço do Sul	Votos válidos - %	Votos válidos – valor absoluto
T	7,07%	1.949
M	1,84%	507
TOTAL	8,91%	2.456

* Num total de 29.402 votos válidos

Fonte: elaboração própria a partir de dados da justiça eleitoral para o pleito de 2010.

A estratégia política das lideranças da agricultura familiar segue a lógica camponesa de minimização dos riscos – não colocar numa mesma cesta todos os ovos – e da maximização do trabalho:

Nós diluímos o nosso grupo aqui, nós temos um grupinho aqui que conversa uma vez por ano, mas na necessidade nós conversa, porque tem outros que têm reunião seguido. Bom, nós todos, nossa delimitação, a gurizada da FETRAF, da CRESOL, converso um pouco com a C, com a A [agentes urbanos], nós decidimos o seguinte, se nós fizemos pra um candidato, um vai ir na frente o outro vai um pouco atrás... não, mas tão fazendo, deixa eu

vou fazer o meu dia a dia. Mas no momento que tu dilui, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer pro F, pro P e pro M, fizemos os três grupos de trabalho e aí não tem acomodação, tu não troteou, o outro tá troteando. E aí é pau na mula [...]. Era muito mais fácil eu e o H não ter feito campanha pro M, nós fazer tudo com o A, a gente ia junto de braço cruzado. A gente tira dinheiro do bolso, a gente... eu fiquei 15 noites sem ficar uma noite em casa, todas as noites. Porque nós fizemos a nossa campanha nos últimos 20 dias, cada um, um toca a CRESOL, eu toquei a secretaria, nós não fechamos, nós fazíamos fora do horário. Mas é um desafio, eu hoje tenho orgulho de estar aqui dentro, do que estar num cabo de enxada lá na roça, sendo explorado.

Isso denota o quanto o capital social expressa uma ação ativa de investimento, não se constituindo nem em um “dado natural, nem mesmo um dado social constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição” (BOURDIEU, 2002, p. 68), necessitando um trabalho constante de instauração e de manutenção para proporcionar os lucros materiais e simbólicos.

A hierarquização dos agentes é percebida através do capital social de tipo político, *“nós temos hoje a pessoa do A, nossa grande liderança, mostrou mais de uma vez aqui nas urnas que é quem manda”*. Essa referência, em relação às últimas eleições (2010), demonstra a força política de A no espaço social.

Nos dados referentes aos resultados da mobilização do capital social (a captação de recursos e a eleição de aliados políticos) a desigualdade inicial de capitalização desse recurso continua efetiva e potencializada, mesmo após a mobilização dos agentes menos capitalizados, em desenvolver seu próprio capital social.

Os mediadores sociais, altamente capitalizados em capital social e capital cultural, mantêm e reforçam sua distinção em relação aos agentes menos capitalizados, independentemente de seus esforços em melhorar sua posição no espaço social.

O reconhecimento dos agricultores familiares da superioridade dos mediadores sociais é aumentado com os esforços desses quando reconhecem como legítimos recursos em relação aos quais estão em desvantagem estrutural.

O envolvimento ativo dos agricultores familiares no reconhecimento do capital social como recurso “legítimo” de distinção e poder, seu envolvimento na reprodução dos mecanismos de produção da desigualdade, atribuem ao capital social as características de capital simbólico. Essa relação de reconhecimento do capital

social como capital simbólico dificulta o distanciamento necessário aos agricultores familiares para operarem, através de formas cotidianas de resistência, como estratégias cínicas e friamente calculadas.

Assim, a relação entre a desigual distribuição de elementos objetivos e o exercício do poder é estabelecida para além das possibilidades de manipulação estratégica da interação, uma vez que os agentes estão ativamente envolvidos na valorização desses recursos.

Os efeitos da pressão desses recursos, em especial do capital social nos agentes da base das organizações da agricultura familiar, é melhor percebido nas dificuldades enfrentadas por algumas lideranças para se efetivarem como tal.

S, gerente de cooperativa de agricultores familiares, liderança local, agente político, 40 anos, está há 18 anos envolvido com organizações da agricultura familiar e participou de uma das primeiras associações de moradores de comunidades rurais de São Lourenço do Sul, embrião da COOPAR. Vive no entorno da cooperativa, os pais e irmãos ainda vivem na propriedade de 80 ha, mas que, inicialmente, era de apenas 12ha:

Tinha três homens lá em casa e 12ha. Meu pai começou, então, a primeira economia que dava, quando nós éramos moleques, tem que comprar uma área. Quando tu achava que era hora de ter uma qualidade de vida, tinha que comprar uma área, porque tinha uma preocupação de ter filhos homens, de tu ter uma área.

S inicia suas atividades nas organizações da agricultura familiar como um agente técnico, ainda que não tenha formação específica, estudou até a quarta série do ensino fundamental. A necessidade de formar pessoal para as atividades administrativas fez com que S assumisse essa função desde o início da cooperativa de agricultores familiares em 1992.

Em um espaço social que valoriza fortemente o capital social, somado à dificuldade em desenvolver dois tipos de capitais, principalmente a partir de uma posição social relativamente muito baixa, pelo dispêndio de tempo, energia e recursos necessários para sua capitalização, os agentes mais deficitários em recursos, que devem muito de seus capitais à proximidade com os agentes mais capitalizados, quando empenhados em funções administrativas, enfrentam forte dificuldade em desenvolver capital social, em especial capital político, importante recurso de distinção no espaço social.

Essa relação, entre os agentes que assumem funções administrativas e os que assumem as funções sociais e políticas nas organizações da agricultura familiar, coloca em desvantagem estrutural os primeiros agentes, em especial na atual fase do campo das organizações da agricultura familiar em que o capital social tem se sobressaído.

S acompanhou toda a evolução do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, desde a fundação da COOPAR até o atual sucesso político das lideranças da agricultura familiar, que, nesses 18 anos que delimitam esse período, elegeram vários vereadores e garantiram dois mandatos no executivo local e maioria na câmara de vereadores no mandato atual.

S foi sócio-fundador da COOPAR, *“um dos 41, o escolhido pra ser o secretário liberado, onde o W era o presidente”*. Após algumas dificuldades administrativas, no período do primeiro gerente da cooperativa, A assume a presidência e S passa a ser o gerente. O aprendizado foi na prática, no dia a dia:

Na verdade, cheguei, a primeira coisa que tu sabe fazer? Chegou uma carga de adubo, vamos ajudar a descarregar. Bom, continua fazendo isto... lá lá pro balcão, ali atendia, vamos tirar nota, escrevo o nome do cidadão, escreve aqui a quantidade e tal, e aí vai. As coisas iam chegando e a necessidade de tu ir acompanhando. Aprender na marra.

Há uma dependência para com os mediadores sociais que lhe possibilitaram o aprendizado, em especial por seu baixo capital cultural:

Na verdade foi assim, quando eu fui pra COOPAR, na realidade foi bem simples, pela minha formação... eu fui na parte administrativa da COOPAR, aprendi lá dentro, na marra, meu diploma é o dia a dia ali, é a vida, porque eu não tive formação. Agora já faz 18 anos lá.

Não há explicitamente um sentimento de inferioridade em relação ao baixo capital cultural. S minimiza essa falta pela incorporação do capital cultural através do capital social, adquirido pela proximidade com os mediadores sociais altamente escolarizados, o que não ocorre com as lideranças sociais mais recentes das organizações da agricultura familiar. Quando perguntado se sente algum desconforto pela baixa escolaridade responde:

Não, como é que eu vou dizer... não porque ali a gente nunca, como é que eu vou dizer... quem conhece a gente não tem essa... é o pessoal ali mais do dia a dia e como tu acaba fazendo... daqui a pouco tu vai dizer o S é lá um doutor porque tu fez, porque aquele que me avalia também não tem.

Quanto à divisão do trabalho na cooperativa:

A disse, tá eu sou o presidente agora. Vamos fazer o seguinte, eu faço a parte política e dizer que eu vou segurar as pontas e negociar com os fornecedores mais piores, adiar as contas e dizer pro conselho, pro associado, que o bicho não é tão feio, mas que é feio é. E tu faz o dia a dia, a parte comercial de compra e venda e vamos tentando. Aí depois tu vai aprendendo, vai fazendo e, na medida que a coisa vai crescendo, tu vai crescendo junto.

Sendo homem de bastidores, S nunca chegou a presidente da COOPAR. Formula motivos para se explicar: *“eu não fui presidente por força do estatuto, depois de fazer parte do conselho por três vezes, tu fica automaticamente fora do conselho. Como eu fui secretário duas vezes e vice do A, eu fiquei na função que eu faço até hoje”*. Essas explicações buscam desculpas às dificuldades estruturais que S enfrenta para se firmar como liderança social no espaço social das organizações da agricultura familiar, inclusive por conhecer o estatuto e, no entanto, sujeitar-se à posição de segundo homem.

Em relação às suas dificuldades para se afirmar como liderança política, aponta a função de gerente, que toca as coisas mais práticas e tem de dizer as coisas mais duras, descartar a produção de um associado, negociar preços:

O que dava a sentença e deixa a parte social para outros [...] Mas tudo isso, desde o início até... tu trabalha isso diariamente, isso foi desgastante. Das primeiras vezes que eu concorri, porque eu concorri três vezes, duas vezes não me elegi... tá, a primeira era também... não tinha como porque estava formando o partido recém. Quando o A foi pela segunda vez vereador eu concorri, aí o A estava lá dentro comigo e eu nem concorri, imagina... Na segunda vez aí o G se elegeu ali, mas isto foi mal conduzido, ele decidiu que não estava concorrendo e tal, e aí no fim acabou concorrendo e no fim concorreremos os dois. Bom, ele como presidente levou a melhor. Aí o S ali que estava sempre dizendo pro agricultor, faz isto e aquilo... Esta questão comercial ela desgasta, prejudica bastante [...] o G capitalizou bem essa questão na presidência e quando ele foi pra secretaria e passou esses quatro anos [...] nós crescemos bastante [COOPAR] eu imagino assim, que deu um salto pra frente. O cara tem capacidade [referência a si mesmo], se o negócio tá crescendo, o cara tá nos ajudando, e a pessoa que está à frente desde o início é o S, tá concorrendo de novo, vou dar um voto de confiança.

Essa situação de segundo homem, frequente entre os agentes mais técnicos nessas organizações da agricultura familiar, reforça sua inferioridade estrutural, expressando uma miséria de posição (BOURDIEU, 2008b) em relação aos homens políticos.

A percepção da desigualdade e dos princípios de distinção desse espaço social pesa sobre S:

Tu tá lá trabalhando, tudo, as decisões que tu precisa tomar mesmo que a pessoa que tendo lá a produção e que aquilo é fruto do trabalho dele, mas vai dar prejuízo pra cooperativa, tu tem que negociar com ele, que tu ceda e ele ceda, bom ele pode interpretar como... tudo tá bem, mas o S teve que dizer... isto já dá um desgaste pra cima, mas ao mesmo tempo tu vê o presidente fulano, o outro ali, não fazia aquele trabalho árduo, por que ele tá levando? O que ele fazia? Ele só faz aquilo. Eu vou ter que me polir um pouquinho, me lapidar um pouquinho ali que dali a pouco achar uma forma, quem sabe um outro dá um recadinho e eu vou ficar mais na retranca. Quer dizer... nesses últimos 4 anos, 5 anos ali eu estou mais... aquelas pautas mais duras, mais ásperas, deixa um pouquinho, ou tu encara de outra forma, porque quanto mais... Imagino que se continuasse naquela política, assim, outros... **Mas eu queria também.**

O esforço em fazer parte do espaço social e ser reconhecido a partir dos recursos impostos como significativos, porém de difícil capitalização pelos agricultores familiares, antes de empoderá-los, relacionalmente, mantém ou aprofunda a relação de desigualdade estrutural e de assimetria de poder.

Questionado por que S queria essa posição de liderança política, responde:

Porque é aquilo e tal, o que acontece também ali eu vou te dizer, durante dez anos, horário mesmo a gente não vê, se começava de manhã, celular ligado 24 horas, à disposição e tu começava de manhã e meio-dia tu saía pra fazer o serviço de banco na cidade, voltava no fim da tarde, aí tu encaminhava no meio do expediente já quem tava lá te aguardando, te esperando, tu organizava tudo pra no outro dia tu voltar, porque a cooperativa passou por uma crise muito grande. Olha eu tô trabalhando tanto e não levo o mérito da adm... [corta a palavra no meio] da população [substitui por outra] que eu que estou fazendo, **o que eu devo de fazer para ser reconhecido?** Isto que eu me questionava.

A vacilação na escolha das palavras, administração ou população, revela a necessidade em querer o reconhecimento da administração, personificada por A, prefeito municipal, engenheiro agrônomo pós-graduado, liderança social que se destacou como mediador social no campo das organizações da agricultura familiar, agente que possui o poder de visão e de divisão no campo social.

Essa relação reforça o reconhecimento do capital social como capital simbólico e traz à tona a dimensão opressiva que a violência simbólica produz como dominação sofrida e aceita.

É importante destacar que, diferentemente de outros campos sociais relativamente autônomos, como o campo científico, o campo artístico ou o campo jurídico, no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço

do Sul, o capital político é tido como legítimo, parte do jogo, uma vez que os agentes, todos, têm-se, também, como agentes políticos. É perceptível, no entanto, que esse não é um capital hegemônico na definição do campo, mas se combina em diferentes graus com o capital cultural. A capacidade de definição do campo é o principais móvel de disputa dos agentes mais capitalizados. Através da capacidade de definição do campo, de seus princípios de classificação, de visão e de divisão, expressa-se efetivamente o poder no espaço social, pois não há poder maior do que definir as regras do jogo e os recursos aí valorizados.

Anteriormente, o campo das organizações da agricultura familiar foi estabelecido a partir do capital cultural mobilizado pelas ONGs e Movimentos Sociais sob a sustentação da Igreja. Tendo moldado as bases de constituição do campo, o capital cultural ainda é fortemente reconhecido pelos agentes que atuam no campo ou estão sob sua influência.

No entanto, agentes bem capitalizados no espaço social por necessitarem desenvolver estratégias outras que os favoreçam nas disputas internas do campo, apresentam outros recursos valorizados pelos agentes como diferencial para assumirem o domínio sobre esse campo. O principal capital que rivaliza com o capital cultural é o capital social.

Assim, por um efeito de proximidade, recursos como o econômico, que não entram diretamente na definição desse campo, são acessados através do capital social dos agentes, em especial seu capital político. Nesse sentido, o campo acaba opondo capital cultural a capital social.

Uma vez que foi explicitada a relação entre elementos objetivos desigualmente distribuídos, na forma de capitais cultural e social, e o poder que estes conferem aos agentes melhor capitalizados desses recursos considerados significativos nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço o Sul, faz-se necessário avançar no aprofundamento dos processos que colaboram para que com que esses recursos arbitrários ganhem relevância no espaço social e funcionem como poder e dominação simbólica.

4.2 Constituição do campo - princípios de classificação e processos de distinção

Há uma estrutura objetiva composta pela diferente dotação de recursos considerados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. A apresentação do peso dessa estrutura nos agentes mais deficitários de recursos permitiu apreender a realidade da relação.

Ela não é uma relação natural, necessária, senão arbitrária, que se estabelece a partir de processos de confrontação. A compreensão desses processos é melhor percebida pela apresentação das estratégias de conservação e de subversão dos princípios de classificação, realizadas pelos agentes que mais exercem pressão no campo, através da valorização dos recursos de que dispõem e da desvalorização dos recursos de seus opositores.

Esses processos de confrontação são sistematizados, na sociologia estrutural-construtivista de Pierre Bourdieu, pelo conceito de campo. O uso do conceito sistemático de campo nesta pesquisa funciona como eixo metodológico que movimenta toda a análise, ao fazer girar em torno de si, a construção da compreensão das relações sociais que estabelecem diferentes agentes no universo social, relativamente autônomo, das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Aplica-se, nesta pesquisa, a definição de campo como “um conjunto de relações de força objetivas **impostas** a todos os que entrem nesse campo e **irredutíveis** às **intenções** dos agentes individuais ou mesmo às **interações** diretas entre os agentes” (BOURDIEU, 2006, p. 134. Grifos nossos); em oposição a explicações rivais de que processos interativos permitem manipular clinicamente as relações de poder, superando as desigualdades referentes às diferentes posições sociais.

O entendimento de que o campo orienta as estratégias dos agentes com a finalidade de valorizar os recursos de que melhor dispõem (e desvalorizar os recursos que estão em déficit), faz com que certas ações no universo social observado ganhem significado para além de uma atitude voluntarista ou meramente cínica e interesseira. Ao mesmo tempo, não reifica a estrutura, não tira dos agentes

a tomada de ação com sentido, ainda que seja um sentido partilhado por uma socialização primária e secundária que os orienta no e para o campo.

Para a análise desse processo, busca-se, primeiramente, compreender como se dá a constituição inicial do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, e analisar as estratégias de valorização de recursos, em oposição aos capitais originalmente valorizados no espaço social.

Num segundo momento, relacionam-se as trajetórias e investimentos realizados pelos principais agentes que constituem o campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, na compreensão de que o campo personifica as diferenças preexistentes em seus agentes mais expressivos.

Por fim, analisam-se as estratégias de conservação e subversão dos princípios de classificação do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, em especial os movimentos realizados no sentido de valorização do capital social e a intensificação do poder que os recursos objetivos adquirem nesses processos de confrontação, ampliando a distância entre os ideais igualitários e a assimetria de poder que recursos objetivos produzem.

4.2.1 Acesso e constituição do campo

A entrada no campo dos mediadores sociais, no espaço social das organizações da agricultura familiar, se dá num contexto de oposição a uma relação de expropriação econômica e de dominação política dos agricultores familiares pelos comerciantes e políticos locais.

Em suas estratégias de entrada no campo, os mediadores sociais impõem o capital cultural, como detentores de um saber científico que os autoriza a realizar prescrições, e um capital social, desenvolvido por meio de relações com instituições de pesquisa agropecuária, instituições religiosas e políticas, através dos quais procuram persuadir os agricultores a lhes dar ouvidos e a abrirem suas relações sociais para novos agentes.

...se tu não sabe nada, o que tu vai estar fazendo? Não, eu sei sim, vou te ensinar. Por exemplo, isto deu muita credibilidade pra nós, cheguei nas primeiras famílias lá no interior de São Lourenço do Sul, não tinham batata pra comer, tinha, mas tinha uma... Uma cena que eu nunca vou esquecer, tava chovendo, a gente dentro de casa, me convidaram, vamos sentar aqui na cozinha. Ali a vovó descascando umas batatinhas desse tamanho. - E

essas batatas? - É, só tá dando desse tamanho. - Eu digo pra vocês, acreditam que dá pra produzir batata de novo como vocês colhiam antes? - Não, porque... - Como é que era antigamente? - Antigamente as batatas eram [faz um gesto com as mãos para demonstrar o tamanho] ... mas não, isso nunca mais vamos colher. **E eu digo, eu sei um jeito.** Expliquei pra eles. Claro, sempre o mesmo plantio, totalmente contaminado. Vim aqui na EMBRAPA, coisa que eles nunca tinham ouvido falar e trouxe batata isenta, mas... **Aquilo te dava uma credibilidade, entende?** Explicava pra eles por que e tal, assim também com o feijão. Então a gente, eu mesmo fui um agrônomo que atuei muito nesta parte. O W, político em São Lourenço, tá bem, mas eu primeiro fui técnico, o que me deu a credibilidade, barbudo, era feio, mas a credibilidade, o pessoal passa a dizer, não... por exemplo, fizemos o experimento com 14 variedades de feijão. O pessoal plantou 14 variedades, cozinhou, depois eles experimentavam. - Esse aqui produziu mais, mas não é gostoso. A gente foi desenvolvendo essa lógica e, claro, aí, bom... o nosso papel enquanto agente de desenvolvimento é também fazer com que o pessoal seja cidadão (W, mediador social, engenheiro agrônomo pós-graduado).

Assim, o capital cultural institucionalizado através da formação superior é mobilizado como fator de credibilidade e poder simbólico.

A partir desse capital cultural, inicialmente aplicado a uma mudança de natureza técnica nas práticas produtivas dos agricultores familiares em São Lourenço do Sul, os mediadores sociais adquirem a confiança deles para uma empresa mais ousada, a mudança nas práticas de organização social e política dos agricultores familiares.

A agricultura familiar só vai sobreviver se ela evoluir mais e que o agricultor saia da sua propriedade. Porque aí o pomerano, nós temos que entender as origens deles, ele veio lá da escravidão, pra ele um pedaço de terra é o céu, ele é o rei dentro do pedacinho de terra dele e não é ninguém fora. Então pra compreender de uma maneira bem curta e grossa a cabeça do pomerano, eu sou o rei dentro da minha propriedade e não sou ninguém fora dela (W, mediador social, engenheiro agrônomo pós-graduado).

A organização social se dá a partir da constituição de associações de moradores de comunidades rurais e a tomada do conselho agropecuário como órgão de pressão ao executivo local, produzindo autonomia política em relação aos comerciantes locais, que, até então, eram o elo de ligação entre o executivo e a população rural do município.

Se puxava uma coisa política, não, quem decidia era o comerciante (W, mediador social, engenheiro agrônomo pós-graduado).

Aqui em São Lourenço do Sul, o poder político municipal não admitia cooperativa entre os agricultores pequenos e dizia que só dava certo cooperativa de grande, cooperativa de arroz, essa dava certo, mas cooperativa de pequeno isto não dá certo, mesmo. Porque os comerciantes do interior tratavam de resolver isso. Então existia cada localidade... tu vai

ver só casa de comércio quebrada. **Cada 3km, 4km tinha um comerciante e um grupo de agricultores dependentes.** Esse cara tinha uma casa de comércio, a prefeitura dava um carro de táxi, colocava um telefone na casa dele e esse cara dizia o que se podia e não podia fazer. São Lourenço do Sul, desde a época de 50, da década de 40, quando o setor lacustre, o setor fluvial deixou de funcionar, aí aquele mais bem sucedido que vinha de carroção e começava a gerenciar os negócios, comprou um caminhãozinho pra rodar, virou um comerciante, aí foi a queda da colônia de São Lourenço do Sul. **O empobrecimento da terra aliado à formação da figura desse comerciante foi a queda de São Lourenço do Sul**, que eu digo que foi dos anos 40 até o início dos anos 90 quando começa a surgir um novo movimento que é o movimento cooperativo, que ainda não deu todos os frutos que vai dar, ainda não deu, falta muito (A, mediador social, agente político, engenheiro agrônomo pós-graduado).

A fala dos mediadores sociais expõe sua oposição aos agentes que mobilizavam o capital econômico e político, como recurso de dominação dos agricultores familiares em São Lourenço do Sul. Em oposição a esses capitais, os mediadores sociais mobilizam seu capital cultural como técnicos com formação superior, atribuindo-lhe uma distinção significativa em relação aos comerciantes locais e aos políticos tradicionais.

A organização produtiva se dá através da formação de uma cooperativa de produção de pequenos agricultores, para possibilitar a autonomia econômica dos agricultores familiares frente a esses comerciantes locais e, posteriormente, com a formação de uma cooperativa de crédito.

E a organização política é realizada, paralelamente, desde o início da atuação desses agentes em São Lourenço do Sul, através da fundação do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, com a criação de um sindicato que represente especificamente essa categoria.

A relação de oposição inicial se deu confrontando o capital econômico dos comerciantes locais, e o capital político dos políticos tradicionais, com o capital cultural, mobilizado pelos mediadores sociais.

Ainda que suas intenções e o respaldo dos fatos corroborem os avanços políticos, sociais e econômicos empreendidos pela organização dos agricultores familiares em São Lourenço do Sul, os agricultores familiares continuam em situação de dependência, agora não mais em relação aos comerciantes locais e aos políticos tradicionais, mas pelas contradições próprias aos processos de mediação, em relação aos mediadores sociais.

Essa relação de dependência é reconhecida pelos mediadores sociais e

ações, como as de formação com os agricultores familiares, procuram superar essa situação. No entanto, pela dinâmica estabelecida pelos mediadores sociais para se inserirem no espaço social e pelas disputas internas por um melhor posicionamento, acabam por forjar uma relação de campo que pesa ainda mais fortemente sobre os agentes menos capitalizados de recursos.

Ainda que a ênfase desta pesquisa recaia na compreensão dos elementos problemáticos da relação entre mediadores sociais e agricultores familiares nas organizações de agricultores familiares em São Lourenço do Sul, cabe destacar que os agentes pesquisados são profundamente comprometidos com essa realidade. Os avanços conquistados, durante essas três décadas de atuação desses mediadores sociais, não são, por isso, de forma alguma minimizados.

O intuito da pesquisa é a compreensão de problemas sociológicos na interação entre agentes assimetricamente opostos na dotação de recursos materiais e simbólicos.

4.2.2 Relação de campo

Detentores do saber técnico e das relações sociais necessárias para dar forma a esse espaço social, os mediadores sociais estabelecem as bases que conformam o campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Dotados dos princípios de visão e de divisão do espaço social, descobrem e constroem lideranças e ampliam seu capital social com os agricultores familiares.

Ainda que os mediadores sociais detenham uma quantidade muito superior de capitais significativos no espaço social, eles só são significativos porque percebidos por esses agentes como tal.

Contudo, a distribuição dos capitais significativos se dá de forma desigual, também, entre os agentes melhor capitalizados, pelos mesmos princípios que dificultam a capitalização de dois tipos de recursos, pelo dispêndio de tempo, recursos e energia, que são necessários para sua capitalização, além das diferentes percepções quanto à importância desses recursos; diferenças de percepção produzidas pelas diferentes socializações que esses agentes passaram, e pelas

diferentes possibilidades de capitalização de recursos de que dispuseram cada agente.

Nesse sentido, boa parte do processo de campo que se estabelece entre os agentes decorre de diferenças exteriorizadas a partir de distintas socializações pelas quais eles passaram.

A sobreposição das diferentes trajetórias dos agentes mais significativos do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, permite compreender como o atual estado de campo se estabelece. A importância em destacar a trajetória dos agentes de maior peso no espaço social, deve-se ao fato de que, em seus movimentos, arrastam consigo os demais agentes, pela profunda desigualdade material que os separam.

O detalhamento da trajetória desses agentes de maior peso no espaço social, vai no sentido expresso por Giménez (1999), de que o encontro entre o habitus como interiorização da exterioridade e o campo como exteriorização da interioridade, constitui o mecanismo principal do mundo social.

A compreensão de que o campo, como campo de forças e de lutas, constitui-se como uma exteriorização dos princípios de classificação incorporados pelos agentes a partir de sua trajetória, destaca o caráter construído das relações sociais, sem, no entanto, destituí-las de sua relação com a estrutura como realidade social incorporada e não uma construção de atores livres de constrangimentos.

4.2.2.1 Diferentes pontos de vista

A situação de campo de forças e de lutas que opõem os agentes, evidencia-se nas marcas que carregam no percurso de sua trajetória, e em seus diferentes pontos de vista, objetivados nas diferentes posições sociais em que se situam no espaço social das organizações da agricultura familiar, no qual disputam recursos e bens escassos. Os maiores trunfos perseguidos são relacionados a possibilidade de definição dos princípios de classificação, de visão e de divisão do espaço social, em outras palavras, na capacidade de definir o que vale e o que não vale, quais os recursos significativos e quais os atributos que geram lideranças.

A e W, mediadores sociais, engenheiros agrônomos pós-graduados,

experimentados agentes políticos, fortemente capitalizados em recursos culturais e sociais, diametralmente opostos às bases das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, são os agentes de maior peso nesse espaço social. Em seus movimentos no campo, arrastam consigo os demais agentes das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Entretanto, o maior enraizamento de A nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, sua atuação constante nesse espaço social, o investimento realizado por ele na manutenção desse processo, materializado nos produtos dessa relação²³, fazem de A um dos agentes mais fortes das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

A compreensão de como A se afirma como liderança, permite perceber os efeitos que causa nesse espaço social no qual, por um efeito de campo, a valorização de um recurso se dá a partir da desvalorização relativa de outro.

Neste fogo cerrado, os agentes de menor peso veem-se na necessidade de reconhecer capitais os quais não possuem e em relação aos quais estarão sempre em desvantagem estrutural.

Dessa forma, a relação de campo é melhor percebida através da sobreposição das trajetórias dos agentes melhor capitalizados no espaço social.

A, mediador social, agente político, engenheiro agrônomo pós-graduado, eleito por dois mandatos como vereador municipal, atualmente reeleito prefeito municipal de São Lourenço do Sul, mora em uma residência na área rural de São Lourenço do Sul, em uma comunidade urbanizada do interior e possui uma pequena propriedade de 12ha, onde desenvolve atividades agropecuárias.

É filho de um “diarista” de origem portuguesa, que trabalhava nas safras de arroz, na derrubada de mato e venda de carvão na cidade, e de uma filha de agricultores familiares de origem alemã-pomerana, nas terras da qual o pai trabalhou de “peão” para o cunhado até poder adquirir suas próprias terras, inicialmente, 10ha,

²³ A não só foi eleito e reeleito prefeito municipal em São Lourenço do Sul, como elege com grande vantagem seu candidato a deputado federal e fez expressiva votação para seu candidato a deputado estadual. O volume de recursos captados por A para o município e para o cumprimento das demandas das organizações da agricultura familiar também é muito expressivo

ampliadas para 15ha. *“O pai era chamado de tuca, [forma pejorativa com que os descendentes de alemães referem-se aos brasileiros], era tido como de 2ª categoria, não era colono, não era alemão”.*

Estudou num colégio próximo a sua casa até a 4ª série e continuou numa das três únicas escolas da área rural de São Lourenço do Sul (2.000km²) que possuía primeiro grau completo.

Só quem morava próximo fazia o primeiro grau completo, não era nada comum [...] O fato de eu morar 7km daqui foi talvez o que me motivou a estudar [...] Os moleques da minha vizinhança diziam que eu era vagabundo porque estudava. Que não queria trabalhar. Porque a tradição era: terminou a 4ª série, vai pra lavoura e pronto [...] Era uma coisa muito complicada porque eu praticamente tinha uma dupla jornada, eu trabalhava até às 11h. Muitas vezes, uma época de bastante trabalho... a gente trabalhava na lavoura... muitas vezes nem tomava banho, porque na época não tinha um banheiro, um chuveiro, estas coisas, não tinha nada [...] então era muito difícil pra gente, muito sacrificante, **tu tinha que estudar, tinha que trabalhar antes disto porque era necessário.**

O ensino médio cursou em Pelotas, no Colégio Agrotécnico Visconde da Graça – CAVG, *“nós ficamos sabendo que tinha um colégio... como nós não tínhamos condições financeiras, e eu fiquei sabendo que tinha uma escola que o governo ... que **a gente trabalhava na escola e não tinha custo**”.*

Na socialização primária de A, as referências ao trabalho, à ação, fazem-se sentir fortemente sobre sua compreensão de mundo.

A partir dali, do CAVG, e seu convívio com filhos de pecuaristas de São Lourenço do Sul e região, conhece a Lei do Boi e incorpora a possibilidade de fazer faculdade:

Tinha a famosa Lei do Boi. Predominava ali na escola os filhos de fazendeiros. Filhos de pequeno agricultor nós éramos poucos. Então priorizava sempre ali os filhos de pecuaristas que queriam depois fazer agronomia, veterinária. Mas aquela lei, de uma certa forma, me motivou a fazer o vestibular pra agronomia.

Apenas através da socialização secundária, na companhia de filhos de pecuaristas, é que A incorpora a possibilidade de fazer uma formação superior.

Formou-se num dia e, no outro dia, foi trabalhar numa granja. Trabalhou meio ano na empresa, fez o vestibular para agronomia e passou:

Fiz duas coisas antes de entrar na universidade, uma plantação de cebola, porque não tinha dinheiro pra entrar na faculdade, e uma criação de galinhas... comprei uma motinho pra tocar [toca gaita desde jovem] e com o dinheiro da música consegui bancar a universidade, mas nos primeiros seis

meses terminou a reserva. [Procurou a casa do estudante, mas não foi aceito, ameaçou acampar no chão da casa e conseguiu, após um mês morando clandestino, o seu aceite]. Foi a melhor coisa do mundo. Os outros se queixavam. Pra mim, foi a melhor coisa do mundo. Eu tinha no centro de Pelotas uma cama, um banheiro, que na minha casa não tinha ainda. Naquela época, um banheiro como tinha na casa do estudante não tinha lá em casa. A comida que se comia, muitas vezes, não era nem a que eu comia lá em casa.

Seu envolvimento com a política começa nas eleições do Diretório Acadêmico – DA, onde tocava gaita para sua chapa. Em suas semanas acadêmicas, procuravam dar expressão à agricultura familiar que era colocada em segundo plano pela faculdade:

A gente montou um movimento dentro da agronomia muito forte, em prol da agricultura familiar, defender a agricultura familiar naquela época era ... nem existia esse termo. Naquela época era pequeno agricultor. Nós levamos o CAPA pro W palestrar na semana acadêmica [...] Foi o primeiro contato com o CAPA [...] aí sim, a partir dali eu escolhi o meu lado, já no terceiro semestre eu escolhi o meu....

Dali surge a opção pela militância social e política:

Eu acabei a faculdade e sabia que eu queria trabalhar com o pequeno agricultor [...] vim falar com o W, eu queria trabalhar com o CAPA. O W queria que eu viesse mas aí o CAPA não teve a aprovação de um projeto na Alemanha, não teve este recurso, deu zebra.

A faz concurso para a ACARESC, empresa de extensão rural de Santa Catarina, ficou em 28º lugar, não foi chamado em seguida. Procura trabalho numa multinacional do fumo em Santa Cruz *“saí da situação de desemprego total para um salário inicial de 16 salários mínimos [...] eu não gostava do que eu fazia [...] eu me sentia muito violentado porque a empresa explorava muito os colonos”*.

A não se sente confortável trabalhando para uma multinacional, não se reconhece nesse trabalho ou nessa posição social.

É chamado em Santa Catarina, assume na ACARESC, cujo salário era a metade do que recebia em Santa Cruz, *“aí quando eu fiz essa opção, o salário pra mim não foi importante, eu fiz uma opção pra mim”*. Foi trabalhar só com pequenos agricultores, numa região de conflito entre a igreja, o PT, o sindicalismo e as grandes cooperativas.

Desenvolve forte capital social e cultural em Santa Catarina, foi sócio-fundador da APACO e da CEPAGRO, conhece Luci Choinacki, primeira deputada

pelo PT em Santa Catarina, desenvolve um projeto piloto de condomínios de produção de leite:

Este projeto me deu notoriedade, porque este projeto foi considerado primeiro lugar como projeto piloto, e eu tive uma premiação e a **oferta de fazer mestrado na Noruega** [...] como eu consegui implantar aquele projeto e tive muito contato com as cooperativas, eu aprendi muito lá e eu botei na cabeça que **eu queria voltar pra cá**.

Entre a Noruega e São Lourenço do Sul, A opta por, mais uma vez, uma posição social em que se reconhece. Entre a possibilidade de desenvolver um expressivo capital cultural e a possibilidade de realizar um trabalho social e o desenvolvimento do capital correspondente, decide pela segunda opção, o que denota um significativo investimento nesse projeto.

Nesse período de desconforto em relação a sua distância de São Lourenço do Sul, W o convida para montar um projeto de cooperativismo. A faz outra opção por um salário 50% menor. Abandonava um concurso público em Santa Catarina para desenvolver um projeto de desenvolvimento rural em São Lourenço do Sul com o CAPA.

W, mediador social, agente político, engenheiro agrônomo pós-graduado, foi coordenador do CAPA na região sul do estado do Rio Grande do Sul, desde sua criação até o ano 2000. Atualmente, a coordenação do CAPA, na região, é exercida por sua esposa. Mora em Pelotas desde 2000, primeiramente como assessor do governo do Estado, posteriormente como secretário de desenvolvimento rural em Pelotas, durante o mandato do PT. Atualmente (2011), é assessor direto do vice-governador do estado do Rio Grande do Sul.

Seus pais eram agricultores familiares de origem alemã, migrados de Santa Cruz do Sul para Tucunduva, nos anos 40, à procura de novas áreas:

Me criei nessa parte da fronteira de colonização [...] meu pai vem de Santa Cruz, saiu de lá nos anos 40, na época já não tinha mais terra e veio pra essa região de mato e nessa região de mato também vieram outros descendentes, italianos, poloneses, russos.

Quando foi para a escola, não falava português, o pai o colocou na casa de uns “caboclos” para que aprendesse o idioma *“então me criei vendo essa diferença*

cultural, de valores diferentes sobre o trabalho, sobre as coisas e que me chamou muito a atenção”.

Os pais tinham um anseio de ver o filho estudar devido às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar:

Tinha essa preocupação, e qual era o modelo, o modelo que era um modelo muito presente na agricultura familiar, na minha família são luteranos, mas também no meio católico, então é ver o filho virar padre, ou no meu caso, virar pastor [...] o pastor era **o homem mais importante**.

Na socialização primária de W, percebem-se os anseios da família em melhorar de posição social através do investimento em capital cultural para os filhos.

Começa a fazer o ginásio em regime de internato como técnico agrícola num colégio da rede da igreja luterana. Por intermédio de um primo, que estava fazendo seminário, interrompe o curso técnico, ainda no primeiro ano, para ser também seminarista em São Leopoldo:

No seminário então me defrontei com outro mundo. Na verdade, a grande maioria dos meus colegas era também oriunda da agricultura familiar, mas os professores, tinham professores oriundos da Alemanha. Estudei línguas, filosofia, tudo que é o mundo do seminário e muito focado nesta questão do humanismo.

Quanto à mudança de sua infância para esse novo mundo *“foi um choque, um mundo que claro, foi meio me afastando de minha raiz, porque aquilo que eu conversava nas férias, os meus amigos da infância já não entendiam mais nada, nem eu entendia o que eles estavam pensando também”.*

Sua socialização secundária o distancia fortemente do seu mundo original e do contato com as coisas mais práticas do dia a dia.

Ficou seis anos estudando até terminar o ensino médio, sai do seminário e não vai para a faculdade de teologia que é a etapa final. Dali, não volta para a roça, faz o vestibular para agronomia, primeiramente na UFRGS, depois na UFPEL onde é aprovado.

A militância política começa no movimento estudantil ainda em São Leopoldo onde *“se discutia muito isto aí, a política, aí eu mais pro fim, fui até presidente do grêmio estudantil, ajudei a criar a união dos estudantes secundaristas de São Leopoldo”.* Troca relações com os alunos e professores do colégio jesuíta de São Leopoldo, conhece o mundo do sindicalismo ao trabalhar por um ano numa gráfica,

tempo em que se prepara para o vestibular, frequentando um curso na área das exatas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISSINOS. Morava numa república, trabalhava de dia e estudava à noite:

Foi mais em termos de estratégia, porque o seminário era muito forte em termos de línguas e muito fraco na parte de ciências exatas, então até para me preparar melhor pro vestibular ... aí o pessoal faz no interior que é menos concorrido, aí eu acabei em Pelotas.

Na faculdade, aprofunda o envolvimento com a política:

O movimento estudantil da agronomia era muito forte e com posições progressistas. Então, logo acabei me envolvendo pela afinidade com o debate com o diretório acadêmico, segundo ano já fui eleito presidente do DA da agronomia e comecei a viajar o Brasil com o debate sobre o currículo de agronomia, de uma visão generalista e que já estava naquela discussão de fazer da agronomia diversos cursos, enfim, todo um debate sobre visão sistêmica e aquela visão que tem tudo encaixotadinho.

Introduz, nas discussões da agronomia, a ecologia em oposição a um comunismo revolucionário:

Eu e meus companheiros, pela nossa trajetória muito pragmática, muito prática, que vinha da roça, as coisas tinham que ter sempre um sentido [...] não adianta a gente ficar sonhando [...] já estava presente pra nós que a guerrilha não seria um caminho [...] então a gente procurava dentro do movimento este... como é que nós podíamos fazer para atrair [...] nós temos que discutir coisas também assim... da ecologia.

Quanto às pretensões profissionais:

Eu dizia **não vou trabalhar nem pro governo nem pra multinacionais** [...] de onde eu vim tinha muito cooperativismo, muito forte [...] eu tinha muito essa vivência das cooperativas. Nas férias fiz uma pesquisa pra ver as motivações que levavam os agricultores a se associar numa cooperativa, nós éramos um grupo de debates sobre cooperativismo.

As relações de movimento estudantil, as trocas com os movimentos católicos, o fizeram participar da Comissão Pastoral da Terra com João Pedro Stedille:

O João Pedro Stedille era o guru da CPT na época [...] eu ia pra Porto Alegre para reuniões e o João Pedro me avisava, então comecei a viver intensamente isso [...] [João Pedro Stedille trabalhava na secretaria de agricultura do estado] João Pedro estava muito envolvido nisso e ele dizia, se formem de uma vez [...] precisamos aí [...] e eu fui pra lá [...] me conseguiram lá, podia estar até hoje na EMATER, a carteira assinada pela EMATER, mas cedido para a secretaria da agricultura.

Em função das perseguições da ditadura, passa da luta política para o trabalho com a igreja luterana:

Toda a repressão, até risco de vida, tinha que se cuidar, então era normal, ficava lá um tempo e depois vinham outros, até descobrir quem é quem [...] aí surge este trabalho que eu já conhecia pela minha igreja [...] começa um movimento que não vê futuro pro pequeno agricultor nas zonas de fronteira, que tem que viabilizar a permanência do agricultor aqui [...] e um movimento contra a monocultura da soja [...] que colocava muito veneno, é horroroso.

Da oposição à monocultura da soja e da busca por soluções que fixassem o homem na terra, surge a opção pela ecologia:

Então o ponto central, o entendimento da coisa é que o CAPA nasce dessa ideia generosa da igreja querer fazer, mesmo não sabendo muito bem como. Tinha muito romantismo. Alguns queriam uma volta pro passado. Bom, em suma nos deu **oportunidade de juntar o conhecimento teórico com a possibilidade de uma práxis.**

W apresenta como importante recurso em sua trajetória o capital cultural desenvolvido tanto em sua formação primária, quanto na formação acadêmica, fortalecido por um convívio de seis anos de estudos em seminário e outros tantos na formação superior e pós-graduação.

A relação de campo estabelecida nas organizações de agricultores familiares de São Lourenço do Sul expressa fortemente a oposição entre os capitais social e cultural fruto das diferentes trajetórias de seus agentes mais expressivos. Nas suas disputas pela imposição de significados, os agentes mais expressivos, os mediadores sociais, mobilizam recursos sociais e culturais como significativo e, dessa forma, intensificam o poder que os recursos objetivos possuem.

Os agricultores familiares, na busca por uma melhor colocação no espaço social, acabam por reconhecer a força destes recursos, ao desconhecê-los como arbitrários. Isso intensifica sua subordinação aos agentes que verdadeiramente detêm e mobilizam esses recursos objetivos.

No entanto, os mesmos princípios de constituição do campo, que fizeram com que os mediadores sociais impusessem o capital cultural e social como recurso significativo, em oposição ao capital econômico dos comerciantes e políticos locais, é usado nas disputas internas pela imposição de significado entre eles a partir de suas diferentes percepções.

Nas disputas internas entre os mediadores sociais mais capitalizados de recursos, não faz parte dos objetivos desta pesquisa apontar juízo de valor, apenas,

através do efeito de sobreposição, demonstrar suas causas e consequências para o campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

4.2.4 Estratégias de conservação e de subversão

Tratando-se, sobretudo, de agentes políticos, os mediadores sociais disputam pela “imposição de significados” (PINTO, 2004) tanto em relação a agentes externos, quanto em relação a agentes internos dessas organizações.

As estratégias de valorização de sua posição no espaço social vão no sentido de manutenção dos princípios de visão e divisão do espaço social e afirmação dos recursos que o constituem, ou de subversão desses princípios e contestação desses recursos.

No princípio, o recurso de entrada no campo foi o capital cultural instituído como capital simbólico. Como técnicos com escolaridade superior, impunham seu capital cultural e, secundariamente, o capital social com instituições de pesquisa, religiosas e políticas, que possibilitaram a ampliação do trabalho com as organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. No desenrolar do tempo, o capital social foi se tornando cada vez mais importante, em especial para a manutenção e expansão das organizações da agricultura familiar por sua proximidade com agentes políticos e governos.

É importante destacar que a ação política é legítima no espaço social das organizações da agricultura familiar, uma vez que faz parte dos princípios de constituição do campo a atuação como agentes políticos que disputam pontos de vista. Estes princípios constituem a doxa (BOUDIEU, 2001), o indiscutível no espaço social.

Ainda que os agentes disputem pela melhor posição no espaço social, não rompem com a doxa, pelo risco de romper com o que dá significado ao campo. Assim, as disputas internas são tidas como parte efetiva e legítima do espaço social, da mesma forma como no campo econômico as trocas se dão abertamente sem sanções que a acusem de interesse. No campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, as disputas políticas são em grande parte explícitas e lícitas.

No momento de maior crise das organizações da agricultura familiar, em 1995, quando a iniciativa mais ousada desse grupo de mediadores sociais estava ameaçada de desestruturação, os mediadores sociais mais antigos optaram pela dissolução da COOPAR, frente à possibilidade de que a insolvência da cooperativa levasse junto toda a organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul e região.

Nós enfrentamos um debate muito grande na época da COOPAR, porque nós tínhamos a ideia de que o CAPA ia se consumir dentro da COOPAR, e eu, a partir deste momento, disse não, a COOPAR eles vão ter que caminhar... (W, mediador social).

Nesse momento, A, então mediador social relativamente recente, não aceita a dissolução da cooperativa. Essa tomada de posição só foi possível pela posição social em que A se encontrava, por possuir recursos suficientes para um enfrentamento e porque seus critérios de hierarquia de prioridades divergiam dos mediadores sociais mais antigos.

Quando A se opõe à decisão de fechar a COOPAR, o faz como uma ação permitida no campo, o direito à opinião e à oposição. No entanto, a possibilidade concreta de dar sequência a sua ação só é possível pela dotação de recursos que A possui para fazer frente aos agentes mais capitalizados.

Mas aí foi uma coisa muito feia, o CAPA faz uma reunião e tinha decidido fechar as portas. Votaram e, por maioria, decidiram fechar as portas, o meu voto foi vencido [...] aí eu fiz uma proposta pro W, eu assumo a cooperativa [...] eu me mudo pra lá, eu tenho que ter o respaldo de dois anos no mínimo, não participo de reunião do CAPA, porque eu vou me dedicar a cooperativa e vai ser a última possibilidade de salvar. **Se eu não conseguir salvar, eu entrego as chaves e nós vamos tudo embora daqui [...]** Foi na verdade a grande cartada da minha vida, essa decisão foi a que me constitui como a liderança de São Lourenço do Sul (A, mediador social).

A valorização dos capitais sociais, feita por A, não sobreviveria a uma frustração da confiança dos agricultores com a dissolução e o consequente endividamento e perdas que os agricultores teriam com essa decisão. A não tinha opção. A defesa da cooperativa representava o acúmulo de grandes investimentos realizados no decorrer de anos, além de muitas renúncias que realizou para efetivar essa possibilidade de desenvolvimento rural em sua terra natal.

Da mesma forma, W também não tinha opções, ao menos opções que lhe parecessem viáveis a partir dos valores que incorporara em sua trajetória. O risco de

comprometer seu investimento principal, uma instituição de pesquisa e de extensão rural por um projeto social embrionário, não lhe era justificado.

O uso do conceito operacional de campo para compreender essa relação entre os agentes das organizações da agricultura familiar, em especial os mais capitalizados, permite compreender suas ações como conduzidas por processos que lhes escapam, ainda que intencionais, contudo frutos de uma intencionalidade prática e não, especificamente, reflexiva.

Para compreender a tomada de posição desses agentes, no espaço social das organizações da agricultura familiar, é necessário analisar as diferentes trajetórias e capitalizações que esses agentes mais fortes desenvolveram. Isso permite compreender como se dão as estratégias de valorização de recursos considerados significativos e as consequências que essas disputas, a que os agentes são impelidos, ocasionam, em especial, em relação aos agentes mais deficitários do espaço social.

Por uma relação de campo, que opõe os agentes a partir da valorização de seus capitais, em detrimento dos recursos de seus opositores, A realiza um trabalho de ampliação e valorização do capital social em detrimento do capital cultural. Essa relação de campo segue a lógica estruturalista da diferença, da distinção significativa, porém não ligada exclusivamente ao signo, senão às lutas políticas de imposição de significados.

Mesmo que esses agentes tenham construído juntos as bases das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, ainda que se reconheçam mutuamente como importantes agentes nesse processo, e que se tenham em alta conta, explicitando relações de cordialidade e amizade entre eles, a situação desencadeada por uma crise como a que ocorreu em 1995, que poderia ter acontecido em qualquer outro momento, serve como estopim para o enfrentamento entre os agentes mais capitalizados de recursos no campo, como justificativa para a desqualificação dos recursos estabelecidos e para a subversão dos princípios de distinção.

O CAPA é uma entidade que tem muitos problemas, ela é uma entidade, que pena... O CAPA poderia ser uma grande entidade [...] Porque é uma entidade fechada nela mesmo. Ela é uma entidade que ela não conseguiu acompanhar o que seria um processo de libertação dos agricultores familiares, de construção, uma coisa alternativa, de massa, não consegue. Ela é uma entidade fechada nela mesma, com o fim nela mesma e

dependente de pessoas, que **não conseguiu formar lideranças** [...] Uma coisa corporativista que não consegue romper barreiras, não consegue se relacionar com outras entidades, não consegue se abrir, isto que não conseguiu fazer. E o que nós conseguimos fazer com a COOPAR aqui, nós com a COOPAR chegamos no agricultor, nós com a CRESSOL chegamos... O CAPA hoje é o CAPA (A, mediador social).

Ao avaliar a instituição de seu mais forte companheiro de campo, A utiliza dos valores que possui como parâmetro dessa avaliação. Por valorizar o capital social, os critérios que mobiliza são diretamente desfavoráveis a seus pares opositores, mais fortemente inclinados ao desenvolvimento do capital cultural.

A diferente socialização e trajetórias de W e A fizeram com que W buscasse uma valorização do capital cultural, através do estabelecimento de uma equipe profissionalizada na formação do CAPA, enquanto que o capital social foi desenvolvido principalmente para fora do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, através da participação de conselhos, fóruns e governos. O desenvolvimento de capital social por parte de W foi “terceirizado” para a instituição da igreja luterana, que fazia o contato direto com o agricultor familiar.

A, por sua vez, desde sua entrada no campo das organizações da agricultura familiar, privilegiou o desenvolvimento do capital social para dentro das organizações da agricultura familiar, atuando diretamente com os agricultores familiares na construção de associações, cooperativas e sindicatos. O desenvolvimento de capital social externo se deu, em segundo lugar, em especial, depois de 2004, com a adesão do deputado federal H, através do qual A expande fortemente seu capital social para fora.

Eu ficava no campo, que o W não era mais agrônomo de campo do CAPA. O W participava dos conselhos das ONGs, viajava. O W já na época era do conselho nacional das ONGs do Brasil. E o W coordenava outros CAPAS, ia nas coisas, o W era líder da igreja. O W perdeu muito o vínculo com o campo, e eu, na verdade, fui o cara que criou, isto também a política me ajudou muito, porque eu fui o que andei por tudo, praticamente tudo que tem por aí hoje tem o dedo muito forte meu. Porque o W embora fosse um conselheiro ele não tinha mais o dia a dia, **não fazia mais as coisas na prática** (A, mediador social).

A opõe prática e teoria a partir da compreensão que possui sobre os recursos significativos no espaço social. Por valorizar, sobretudo, o capital social, relativamente o capital cultural perde importância.

A confirmação da estratégia de valorização do capital social por A, se dá na

valorização dos agentes que não dispõem de um significativo capital cultural e sua promoção à liderança social, realizada através de investimento e reconhecimento ativo da parte de A e a relativa desvalorização do capital cultural.

A definição de um agente como teórico ou pragmático não é uma construção consciente ou autossuficiente, mas fruto de constrangimentos, como a diferente dotação de recursos como capital cultural ou social, que o impele a essa definição.

A oposição do capital social em relação ao capital cultural ocasionou um distanciamento relativo do CAPA de São Lourenço do Sul, houve, dessa forma, uma maior atuação da instituição na região e uma diversificação de seu público que, originalmente formado por agricultores familiares, passa a trabalhar com pescadores e quilombolas.

W por sua vez, apesar de ter construído as bases para a atuação política desses grupos em São Lourenço do Sul, com a fundação do PT e suas candidaturas a vereador, prefeito e deputado estadual, nas quais não se elegera, destaca também em sua atuação, diferentemente de A, um interesse mais teórico de compreensão dessa diferente realidade que encontra em São Lourenço do Sul. Frequentemente, justifica o trabalho do CAPA como uma instituição de pesquisa, em que o trabalho efetivo de transformação deve ser dado pelo Estado.

Como instituição de pesquisa, o CAPA centra muito de seu trabalho na construção de visibilidade sobre os grupos sociais em que atua, na formação de grupos modelos com agricultores familiares, pescadores artesanais profissionais e quilombolas, mas não exatamente em um movimento de massa que envolva um número expressivo de agentes.

... esse processo de entender, isso foi pra mim e pra R [esposa, também engenheira agrônoma, pós-graduada, mediadora social, atual coordenadora do CAPA] um desafio. Entender a região, compreender a sua história... A gente sempre gostou disso e discutia muito com os pastores, que a maioria dos pastores também não era daqui, também vinham de outra região. Então, a gente, de noite, fim de semana, debatia muito isso [...] Esse elemento pomerano é totalmente subordinado, numa lógica do intermediário. Isso sempre foi pra nós um desafio, e a gente se apaixonou. A R também, nos apaixonamos, olha é aí que temos que trabalhar, porque é aí que o povo precisa. Bom, o pessoal não é ideologicamente avançado mas precisa de ajuda. Vamos ficar aqui e ajudar essa gente, mas pra isso **precisava entender a região, as relações**. E aí começou assim, claro que a gente já trouxe de lá também a ideia do associativismo da cooperação como o elemento fundante dessa proposta (W, mediador social).

W, antes de aplicar a ideia do cooperativismo em São Lourenço do Sul, faz

uma especialização sobre o cooperativismo na Universidade do Vale dos Sinos – UNISSINOS, com um trabalho de conclusão de curso em que analisa os componentes e a possibilidade de implantação de uma cooperativa de pequenos agricultores em São Lourenço do Sul. Só a partir desse estudo, é que convida A para aplicar suas conclusões no interior do município.

Em relação às questões propriamente políticas, W é muito mais reservado que A.

Isso aí foi um processo, como todo movimento popular, de altos e baixos, com gente debandando, daqui a pouco surgindo outros, aqueles que tu achava que seriam os expoentes daqui a pouco se voltando contra ti, quer dizer... é da natureza humana, mas eu acho que...

Sendo W um dos agentes estabelecidos, é próprio das disputas pelo campo que os movimentos mais expressivos sejam dados pelo desafiante, que necessita impor outra lógica de distinção. Para os agentes estabelecidos, basta ser quem é, os desafiantes precisam provar a que vieram e, por isso, expor-se mais.

Eu me sinto muito gratificado, o pessoal às vezes diz, tu abandonou São Lourenço, e eu acho que não. Pedagogicamente eu cumpri meu papel. Seria muito ruim de eu ficar. Na política também o pessoal muito me cobra, mas porque tu abandonou, não abandonei, eu deixei um... deixei um exército lá. E vamos, não me elegi prefeito, mas isso é da vida, mas o processo eu tenho plena consciência do que eu fiz, do conjunto (W, mediador social).

Ao mesmo tempo em que A se constrói em oposição a W pela dinâmica dos campos, reconhece nele um importante agente e um companheiro na constituição das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, *“o W também era parceiro desse projeto [projeto político em São Lourenço do Sul]. E o W então me botou porque o W não concorreu mais a vereador, ele concorreu uma vez antes **aí eu vim substituir ele**”*

Quanto à sua relação com W, A afirma que *“fico ligado por uma questão de necessidade e por uma amizade com o W, um respeito e um carinho, e por admirar o W, porque o W é uma grande figura, mas há um **rompimento com a filosofia do CAPA**”*.

O que dizem de si mesmos ou dos outros em suas falas, a base ideológica que utilizam para dar sentido a sua ação, bem como o contexto de oposição às forças estabelecidas em que se inserem como mediadores sociais, não explicam por

si só as relações contraditórias estabelecidas entre os agentes das organizações de agricultores familiares. Entre o texto e o contexto há o campo (BOURDIEU, 2004). A compreensão da ação desses agentes como um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entram nesse campo e irredutíveis às suas interações, dá sentido às vacilações, mal-entendidos e às consequências inesperadas.

Essa relação de campo, imposta aos agentes e irredutível às suas intenções e interações, explica a valorização que os agentes melhor posicionados no espaço social das organizações da agricultura familiar de São Lourenço do Sul fazem dos recursos de que dispõem e o jogo de forças que estabelecem com seus opositores. Nessa prática, os agentes que se orientam por intenções igualitárias em relação aos agricultores familiares, em sua ação de mediadores sociais, no sentido de fazer surgir o outro, acabam por aprofundar as distâncias objetivas que os separam e relegam os agricultores familiares a uma perene situação de subordinação.

O desconhecimento dessa relação provoca ainda os mal-estares e a perpetuação de relações de dominação que pesam, especialmente, sobre os dominados.

Ao mobilizarem os capitais social e cultural em suas disputas por um melhor posicionamento no campo das organizações da agricultura familiar, os mediadores sociais, agentes melhor posicionados, acabam por impor esses recursos como legítimos, afirmando-os como capital simbólico, ou seja, como fonte legítima de dominação e de distinção.

Esse processo possibilita compreender o porquê dos agricultores familiares reproduzirem as relações de força, seja através do reconhecimento do poder desses recursos, em especial quanto ao capital cultural, seja através do engajamento voluntário na busca por desenvolver e, assim, valorizar os recursos, principalmente em relação ao capital social.

No entanto, sendo o poder um recurso relacional, não se pode considerar que os agricultores familiares estejam plenamente desprovidos de qualquer fonte de poder e que sejam totalmente sujeitos à dominação dos agentes melhor posicionados do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Nesse sentido, cabe analisar que recursos os agricultores familiares podem mobilizar na defesa de seus interesses nessa relação.

4.3 Poder e resistência

No campo das organizações da agricultura familiar, os mediadores sociais são os agentes com maior dotação de recursos considerados nesse espaço social. Entretanto, o poder que exercem não é um poder absoluto, senão relativo, e quando expresso na forma de uma ordem ou restrição, abre espaço para o questionamento e a desobediência por parte dos agricultores familiares.

Ações práticas de desobediência a um poder de mando dos mediadores sociais foram percebidas tanto através da observação de campo quanto de entrevistas em profundidade.

No ponto mais sensível da relação mediadores sociais/agricultores familiares, a questão propriamente política, agricultores familiares, frequentemente, desenvolvem estratégias que contrariam os interesses dos mediadores sociais mais capitalizados de recursos no campo.

Bom, questões políticas, que ele [A, mediador social] apoia o H hoje, e nós apoiamos o M, ele sempre respeitou isto também de nós, eu acho que foi porque **ele nos ensinou muito bem**, eu acho que ele sempre teve um olhar meio diferente, de não se deixar levar pelos outros e dizer para ele o que tem que fazer, eu acho que ele sempre diz, olha, **vocês estão certos e é por aí mesmo**. Claro que, às vezes, ele gostaria que fosse com ele (H, agricultor familiar, liderança social).

Os agricultores familiares explicitam a possibilidade de descumprir uma ordem ou de tomarem decisões que contrariem a vontade dos mediadores sociais estabelecidos, no entanto o fazem a partir da mobilização dos mesmos recursos definidos pelos mediadores sociais como legítimo nas disputas do espaço social das organizações da agricultura familiar. Assim, não se opõem ao que dá poder no espaço social, reconhecendo recursos com os quais estão em desvantagem estrutural.

Ainda assim, frequentemente, lideranças de agricultores familiares mobilizam sua identidade como colono para justificar suas ações. Seja expressando uma ignorância fingida ou uma condição que lhes permita falar abertamente coisas que

aos outros lhes seriam vetadas: *“eu sou colono, lá de fora, conosco as coisas são diretas, nós pensamos assim...”* (L, agricultor familiar, liderança social em reunião de definição do diretório do partido dos trabalhadores em São Lourenço do Sul). Através desse recurso expressam uma inconformidade com alguma ordem ou decisão, como na definição do diretório do Partido dos Trabalhadores que, numa gestão anterior, não contemplou representantes das organizações de agricultores familiares, e que, no processo eleitoral atual (2010), foi questionada a forma como que se daria sua constituição.

Contudo, a mobilização de estratégias de resistência cotidiana, que se utilizam da contradição cínica entre um discurso público de deferência e um discurso oculto de contestação, não foi observada significativamente nas interações entre agricultores familiares e mediadores sociais. Ao menos, não como estratégia cínica em relação aos princípios do campo do qual ambos participam. Isso se explica, porque essa situação das organizações da agricultura familiar não constitui uma relação de opressão irrevogável e sim um caso de subordinação voluntária e revogável às regras de um jogo social em torno da constituição das organizações da agricultura familiar.

Uma vez que optaram por sua entrada no campo, os agricultores familiares convertidos em lideranças sociais aceitaram a lógica do campo, o que não significa que não procurem melhorar suas posições no espaço social, ou, ao menos, adotar estratégias de salvaguarda.

Essas estratégias de enfrentamento e resistência, entretanto, não se baseiam exclusivamente em recursos interacionistas, mas na mobilização de recursos objetivos que agricultores familiares explicitam principalmente nas entrevistas em profundidade.

Porque se não for mais interessante nós temos outra coisa que fazer, mas tem muita gente que não sabe fazer nada e aí querem segurar aquilo ali e não deixar ninguém chegar, porque aquilo ali é o ganha-pão deles. Quando começa a ser assim, é que tu não tem serventia em outro lugar. Tu não tem mais que estar nem ali. Eu penso assim, não deu, eu volto pra COOPAR, a COOPAR não me quer, eu volto pra CRESOL, não me quer, eu volto pra FETRAF, **não me quer, aí eu vou pra casa, tem minhas hortinhas lá, eu não dependo disso aí pra me sustentar.** Isto para alguns dói. (G, agricultor familiar, liderança social).

A perspectiva de “*voltar pra lavoura*” é presente nas falas de quase todos os agricultores familiares, lideranças sociais e, em especial, quando as cobranças por parte dos mediadores sociais são percebidas como abusivas. “*Olha, volta e meia quando dá uns problemas [...] aí que, quando a coisa aperta mesmo, dá vontade de voltar pra lavoura, lá eu te digo, lá eu era feliz e não sabia*” (H, agricultor familiar, liderança social).

Ainda que os agricultores familiares, em seus esforços para adquirirem capitais em que estão em desvantagem, reforcem as relações desiguais de poder, quando necessário, mobilizam um recurso que lhes é próprio.

A importância de um capital objetivo relacionado à posse de uma unidade de produção foi percebida, também, na relação de agricultores familiares e mediadores sociais ligados à agroecologia, em Oliveira (2004 p. 192-193), em que o “capital fundiário assume aqui tanto uma dimensão econômica/material, quanto uma dimensão simbólica no sentido de atribuir ao seu detentor um poder simbólico que se nutre do status que lhe confere tal bem” .

O capital fundiário, como recurso de sustentação da resistência, permite aos agricultores familiares a mobilização da unidade de produção e todos os recursos (sociais, culturais e econômicos) que ela possibilita, em contextos mais amplos que os unicamente circunscritos à unidade de produção em si. Isso corresponde à necessidade de relativização da unidade de produção como recurso e sua localização dentro de outros sistemas de relações (NEVES, 1995, 2002).

O tratamento da unidade de produção como capital fundiário possibilita sua compreensão como um recurso relacional. Possibilita levar em conta, o contexto e a relação de forças que se estabelece num dado espaço social, em especial quando autonomizado na forma de um campo de forças e de lutas que lhe imprime uma dinâmica própria.

Contudo, ainda que esse recurso possibilite uma certa capacidade de resistência ao poder de mando dos mediadores sociais, não parece ter o mesmo poder na definição do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, como princípio de classificação, de visão e de divisão desse espaço social. Contrariamente à afirmação de Oliveira (2004), não se porta como capital simbólico propriamente dito, apenas de resistência, uma vez que não exerce

poder de definição sobre o campo.

Os agentes movem-se no campo das organizações da agricultura familiar a partir dos capitais sociais e culturais reconhecidos pelos agentes mais bem capitalizados do campo e, mesmo os agricultores familiares menos capitalizados desses recursos, orientam suas estratégias no sentido de buscar essa capitalização, reconhecendo também esses capitais como significativos.

Dessa forma, ainda que o capital fundiário – único recurso em que os agricultores familiares estão em superioridade – funcione como recurso de resistência, não possui, no atual estado do campo, poder de classificação no espaço social.

A dinâmica dos campos faz com que as disputas entre os agentes mais capitalizados de recursos significativos no espaço social, impunham aos agentes menos capitalizados, o reconhecimento de recursos em relação aos quais eles estão em inferioridade, reforçando uma relação de violência simbólica e de dominação.

Essa contradição, apesar de não compreendida pelos agentes no campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, é sentida tanto por mediadores sociais quanto pelos agricultores familiares e produz crises e rompimentos dos agentes de mediação. Produz também dificuldades de ampliação das bases de atuação das organizações da agricultura familiar e da renovação de suas lideranças. Efeitos percebidos, porém não compreendidos da relação de campo nesse espaço social.

A diferença entre o poder de mando e o poder de classificação reside exatamente no reconhecimento do poder simbólico atribuído aos capitais cultural e social. Quanto ao primeiro, poder de mando, há resistência explícita quando esse não se porta de acordo com o que lhe dá legitimidade. Quanto ao segundo, poder de classificação, as propriedades de dissimulação e de transfiguração do poder simbólico fazem ignorá-lo como arbitrário.

Uma evidência de que a possibilidade de se valer de um recurso objetivo reduz o jogo cínico do discurso público e do discurso oculto, aparece na comparação que uma mediadora social faz da aproximação inicial com os agricultores familiares e com os quilombolas da região de São Lourenço do Sul. Perguntada em relação à receptividade no início do trabalho com os agricultores familiares em São Lourenço

do Sul, responde:

Nesse meio em que a gente começou, os pomeranos, muito fechados, que se não fosse via igreja, nem uma outra entidade conseguia. Era um pessoal bastante desconfiado, ainda com resquícios da guerra, com todo um preconceito. Essa é uma história dos pomeranos excluídos numa região lusa dos fazendeiros, então **eles tinham uma resistência forte a outras intervenções** (R, mediadora social, engenheira agrônoma pós-graduada).

Mais adiante, na entrevista, em resposta à pergunta “se para chegar ao agricultor familiar já foi difícil, para chegar aos quilombos então... Como conseguiram?”, responde:

Eu achei muito fácil, porque chegamos lá... quem trabalhou começando com os pomeranos e outros, os pescadores... Foi o público mais receptivo [os quilombolas]. Nós chegamos, teve reunião com 80 pessoas, estava todo mundo lá, eu tenho as fotos, é bárbaro aquele povo [...] Eles também vieram, chama a comunidade negra, encheram um salão. Hoje eles contam nessa pesquisa de impacto [pesquisa realizada para o governo federal] que eram desconfiados, quem é essa gente? Que será? Não dá documento. O que será que pode acontecer? **Tinham medo, mas com medo ou não, estavam todos lá.** E eu, pra mim, nessas quatro comunidades, foram as reuniões mais fáceis de início. Tenho que dizer por que... pessoal comunicativo. Eu fiz todo o diagnóstico que, às vezes, leva anos pra ter um diagnóstico bom, fiz diagnóstico de necessidade, de realidade, que o povo fala. **Outros segmentos são pessoas muito mais cautelosas, mas eles...** (R, mediadora social, engenheira agrônoma pós-graduada).

Uma vez que as comunidades quilombolas não possuem a segurança de um recurso objetivo, como a posse de uma unidade de produção e os recursos que ela possibilita – sua posse, além de insuficiente, não é formalmente reconhecida – a mobilização das formas cotidianas de resistência como um discurso público de deferência e um discurso oculto de contestação, lhes são relativamente mais importantes. Sua situação de insuficiência econômica, lhes põe também numa relação menos livre de entrada ou não no campo social, reduzindo o caráter voluntário da adesão.

Ao longo deste capítulo, procurou-se desenvolver uma análise sobre as relações de poder entre agentes assimetricamente desiguais que, no entanto, participam em um mesmo espaço de decisões, quer seja numa assembleia, quer seja na condução de um projeto comum.

Apesar das intenções igualitárias expressas pelos mediadores sociais, fomentadores das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, a desigualdade de recursos objetivos e a relação de forças que se estabelece entre os

agentes melhor capitalizados no espaço social, acabam por aprofundar as distâncias entre essas intenções igualitárias e a realidade objetiva da assimetria de poder nessa relação.

O reconhecimento do poder, que elementos objetivos, como a distribuição desigual de recursos considerados significativos por parte dos agentes mais deficitários dessa relação, e a valorização por parte dos agentes melhor posicionados no espaço social, de recursos que os posicionem ainda melhor, demonstram como esses recursos objetivos e o exercício do poder estão relacionados.

A compreensão dos processos, através dos quais os recursos ganham relevância, permitiu perceber o caráter arbitrário que esses recursos possuem. Sem retirar dos agentes o sentido de suas intenções, ressaltou, também, a força das estruturas como a relação de campo que se estabelece quando diferentes agentes disputam um mesmo objeto.

Por fim, a relativização do poder, como recurso relacional permitiu compreender as formas de resistência que os agricultores familiares mobilizam na defesa de seus interesses. Isso demonstra as possibilidades concretas que recursos objetivos possibilitam aos agricultores familiares e as limitações que precisam ser superadas para o exercício dessas e outras estratégias de resistência como as estratégias de resistência cotidiana.

CONCLUSÃO

Abordar a agricultura familiar, a partir da forma como se dá sua construção como categoria de ação política, numa perspectiva relacional, abre algumas opções metodológicas.

Primeiramente, descartou-se a atenção nos processos identitários por entender que esse caminho metodológico poderia retirar o foco do que constitui o principal problema sociológico no fenômeno de organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, a coexistência de agentes em um mesmo espaço geográfico mas que se encontram em distintas posições no espaço social.

A desigual dotação de recursos materiais e simbólicos de agricultores familiares e mediadores sociais, nas organizações da agricultura familiar, deslocou a atenção para os processos de definição do espaço social, e propôs como problema de pesquisa a relação entre poder e capital.

A compreensão do jogo de poder que se estabelece quando diferentes agentes participam de um mesmo espaço social, seja na participação de uma assembleia, seja na condução de um projeto comum, questiona como essas relações de poder são efetivadas.

Elementos subjetivos, como os processos de interação face a face, e elementos objetivos, como a diferente dotação de recursos, constituem as principais variáveis explicativas das relações de poder.

No entanto, as condições para o desenvolvimento na pesquisa de uma ou outra dessas perspectivas necessitam ser cuidadosamente analisadas. O caráter voluntário ou não da adesão à relação entre agentes desiguais estabelece a forma como se dão as estratégias de poder. Por um lado, procurou-se destacar a relação de campo que se estabelece quando agentes disputam um objeto comum, por outro, a relação de resistência cotidiana que agentes em situação de submissão mobilizam como forma de sobreviver à relação de poder a que estão submetidos.

A partir da problematização dessas questões, desenvolveram-se os objetivos da pesquisa e as hipóteses que propõem uma explicação preliminar do fenômeno. Após o aprofundamento do trabalho de campo e do tratamento dos dados

produzidos na pesquisa, foi possível tecer-se conclusões significativas.

A primeira questão trabalhada nesta pesquisa foi compreender os elementos e processos que determinam as relações entre agricultores familiares e mediadores sociais nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Como hipótese de trabalho, propunha-se que elementos estruturais, objetivos estabelecessem uma relação de assimetria, dando um poder maior para os mediadores sociais mais bem capitalizados de recursos significativos nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. Propunha-se, contudo, que essa relação de assimetria estrutural fosse acentuada pela valorização pelos mediadores sociais de recursos de que os agricultores familiares não dispunham.

O embasamento dessa hipótese sustentava-se em observações realizadas no período de quatro anos, em que o pesquisador conviveu com as lideranças da agricultura familiar em São Lourenço do Sul – a partir de um trabalho de assessoramento na elaboração de projetos de desenvolvimento local, junto ao executivo municipal, na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, nos anos de 2005 a 2008 – além da pesquisa bibliográfica e discussões realizadas no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas no período de abril de 2009 a abril de 2011.

A convivência com essas lideranças das organizações da agricultura familiar possibilitou a percepção da dependência que se estabelecia entre essas lideranças oriundas da agricultura familiar e mediadores sociais altamente escolarizados e dotados de extensa rede de relações.

A partir de uma maior imersão no campo, teoricamente orientado, e de um tratamento mais sistemático dos dados produzidos pela pesquisa, relativizou-se a desigual dotação de recursos em si, focando-se mais especificamente nos processos através dos quais esses recursos adquirem características distintivas.

Os recursos mais valorizados no espaço social, capital cultural e capital social, são estabelecidos como tal a partir de um processo de dominação simbólica, reforçado pela relação de campo que confronta os agentes no sentido de valorizarem os recursos de que dispõem e desvalorizar os recursos de seus concorrentes.

Os agentes dotados de maior capital cultural, que em seus discursos

orientam-se pelo reconhecimento dos recursos culturais específicos dos agentes de menor escolaridade, minimizando a importância e poder de distinção do capital cultural, acabam por desvalorizar um importante recurso em suas disputas para manutenção dos critérios de definição do campo, perdendo espaço para agentes melhor capitalizados em outros recursos como o capital social.

No entanto, os agentes que definem o capital social como um recurso legítimo na disputa sobre os princípios de definição do campo, acabam abrindo um precedente para que os agentes menos capitalizados em recursos culturais apliquem seus esforços no estabelecimento de redes de relações que os possibilitem se capitalizar com o capital social e disputar algum espaço com os agentes mais bem situados no espaço social.

Esse processo acaba por recair pesadamente sobre os agentes mais deficitários dessa relação. O efeito sobre suas interioridades é devastador, uma vez que interiorizam a estrutura objetiva em que estão imersos, naturalizando a prevalência de recursos em relação aos quais estão em desvantagem estrutural.

A violência simbólica desencadeada por esse tipo de relação impele os agentes menos capitalizados de recursos no espaço social a reconhecer capitais que não possuem ou em relação aos quais estão em déficit. Essa constatação aproxima as relações de poder para o caráter interiorizado das relações objetivas de desigualdade de recursos, e afasta-se, então da manipulação estratégica da interação nos casos em que os agentes subordinados optam deliberadamente pela entrada no campo e pela interiorização de seus princípios.

A segunda questão trabalhada nesta pesquisa foi compreender estratégias de valorização de recursos reconhecidos como significativos na definição do espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Como hipótese de trabalho, propunha-se que o capital cultural adquirido através de uma escolarização superior, maior nos mediadores sociais, e o capital social adquirido através do estabelecimento de redes sociais são recursos muito valorizados no espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. A valorização desses dois capitais ocasiona disputas entre as estratégias de manutenção e subversão dos princípios de classificação e hierarquização, opõe os mediadores sociais melhor capitalizados na definição de

estratégias de valorização de um capital em detrimento do outro, para obterem uma posição mais favorável no campo.

O aprofundamento da pesquisa de campo e das entrevistas em profundidade permitiu compreender a relação que se estabelece entre os agentes mais capitalizados de recursos no espaço social, pois, tratando-se de um espaço em que os recursos são escassos, ocasiona uma relação de oposição como um campo de forças e de lutas.

Sendo o capital cultural, o recurso fundante do campo das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, capital detido pela ONG fomentadora dessas organizações, os agentes mais recentes que procuram destacar suas posições no campo, se estabelecem a partir de outro recurso menos devedor de um desenvolvimento no tempo, e mais relacionado à intensidade em que esse recurso é mobilizado, desenvolvendo e valorizando o capital social, em especial quanto a seu uso político.

Como observado, não é qualquer agente que tem o poder de contestar o capital hegemônico no campo, senão agentes bem capitalizados dos recursos reconhecidos como legítimos e, que, no entanto, necessitam revolucionar o campo para se destacarem de seus pares opositores. Assim, apenas os agentes de maior peso podem realizar essa imposição de novos recursos considerados importantes no campo.

Para além de uma intencionalidade conscientemente dirigida, os agentes, no limite de suas disposições, orientam-se por uma intencionalidade prática, valorizando recursos de que dispõem e desvalorizando os recursos de seus concorrentes.

A terceira questão trabalhada nesta pesquisa foi analisar as estratégias de resistência dos agricultores familiares como expressão de poder na relação. Como hipótese de trabalho, propôs-se que as estratégias interativas de resistência cotidiana possibilitam um certo poder por parte dos agricultores familiares no reconhecimento ou rechaçamento de uma ordem ou autoridade. No entanto, existindo algum recurso objetivo a ser mobilizado ele terá preferência na definição de estratégias de poder.

Através de um maior aprofundamento teórico e a construção dos dados a

partir da categorização por meio de conceitos-chave da pesquisa, como poder de mando e poder simbólico, foi possível analisar as estratégias de resistência dos agricultores familiares em relação aos mediadores sociais nas organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul.

Por meio de observações de campo e entrevistas em profundidade, percebeu-se a fraca representação das contradições do discurso como estratégia de resistência cotidiana. No entanto, destacou-se a utilização de um recurso objetivo de que dispõem os agricultores familiares, sistematizado no conceito de capital fundiário.

Contudo, ainda que esse recurso represente uma estratégia de resistência dos agricultores familiares, não possui poder de impor princípios de visão e de divisão do espaço social, não constituindo poder simbólico e tampouco competindo com o uso que os mediadores sociais fazem dele. Ou seja, através do capital fundiário, os agricultores familiares opõem-se ao poder de mando dos mediadores sociais, mas não ao poder simbólico imposto através dos capitais cultural e social, em que eles estão melhor capitalizados.

Ainda que, em relação aos agricultores familiares, o recurso das formas de resistência cotidiana seja relativamente insignificante, sua utilização em outras situações pode ser significativa. É o que transpareceu na experiência dos mediadores sociais em relação a grupos quilombolas na região de São Lourenço do Sul.

Quando os agentes estão em total desigualdade material, o uso de estratégias interativas, como as resistências cotidianas, ganham relevância, o que abre possibilidades interessantes de pesquisa e comparação entre essas estratégias e as estratégias de grupos que podem mobilizar algum recurso objetivo em oposição aos agentes com os quais se encontram em inferioridade.

A pesquisa sobre relações de poder entre agentes em desigualdade de recursos possibilitou descobertas significativas, além de interessantes *insights* que serão desenvolvidos em pesquisas posteriores. Compreendendo, nas palavras de Weber, que o devir da ciência é a própria ciência, esta pesquisa não é definitiva e nem poderia pretender sê-la, está aberta às proposições que novos fatos apontem e disposta a confrontar outras teorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

_____ Representatividade e inovação na governança dos processos participativos, o caso das organizações brasileiras de agricultura familiar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai/ago 2010, p. 268-306.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Howard. Conferência: A escola de Chicago. **Mana** vol. 2, Rio de Janeiro, nº 2, p. 177-188. 1996.

_____ **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BIANCHETTI, Lucídio. **A Bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____ **Coisas Ditas**. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1990.

_____ **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____ O capital social – notas provisórias. In: _____ **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 65-69.

_____ Os três estados do capital cultural. In: _____ **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p. 71-79.

_____ **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____ **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2002.

_____ **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004a.

_____ **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

_____ **Una invitación a la sociología reflexiva**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

_____ **O Poder Simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____ **Ofício de Sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

_____ **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

_____ **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edups; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a.

_____ **A Miséria do Mundo**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In. _____ **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 165-185.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço do Sul e seu fundador Jacob Rheingantz**: notas para a história. São Paulo: Oficina Gráfica Saraiva S. A., 1957.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1999.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

COWAN ROS, Carlos Javier. **Capital e Luta Simbólica: O caso da Red Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina**. 2003. 264f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In. _____. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 99-128.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **A violência contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2002.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **RBCS** Vol. 21, São Paulo, nº 62, p. 27-44. 2006.

GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **RBCS** Vol. 23, São Paulo, nº 68, p. 149-153. 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. La sociología de Pierre Bourdieu, **In: Proyecto Antología de teoría sociológica contemporánea (eds.)**, Perspectivas teóricas contemporáneas de las ciencias sociales, UNAM / FCPyS, 1999. pp. 151-171.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul**: radiografia de um município – das origens ao ano 2000. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2010.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre: [s.n], 2008.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço**: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. 2008. f.280. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In. _____ **Teoria Social Hoje**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1999. p. 127-174.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KOVALSCKI, Patrick M. Agricultura familiar – a constituição de um campo. In: II Encontro Internacional de Ciências Sociais: As ciências sociais e os desafios para o século XXI, 2010, Pelotas. **Anais do ...** Pelotas, 2010a.

_____. Classe, cultura e identidade em colônias rurais no sul do Brasil: análise de expressões de manifestações populares através da mídia impressa local. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político, 2010, Curitiba. **Anais do ...** Curitiba, 2010b.

KOVALSCKI, Patrick M.; SOTO, William. Das adjetivações à substantivação – problematizações da perspectiva relacional sobre o debate agricultura familiar e campesinato. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – América Latina: realineamientos políticos y proyectos em disputa, 2010, Porto de Galinhas. **Anais do ...** Porto de Galinhas, 2010c.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas:** de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura Familiar.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARRE, Jacques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica.** Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise no Brasil Agrário.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____ **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986

_____ **O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Notas sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. **RBCS** Vol. 23, São Paulo, nº 68, p. 137-144. 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MONSMA, Karl. James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 49, 1º semestre de 2000, pp. 95-121.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária** Nº 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995: 21-36.

_____ A Agricultura Familiar e o Claudicante Quadro Institucional. In. _____ **Ensaio: Desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura**. Embrapa/Universidade Federal Sergipe. 2002. p. 135-159.

NEVES, Delma Pessanha (Org). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NUNES, João Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia**: a sociologia de Goffman. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiana: Editora UFG, 2005.

OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **A impossível simetria**: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais. 2004. 221f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PEREIRA, Luiza Helena. Análise de conteúdo: um approach do social. **Cadernos de Sociologia/PPGS/UFRGS**. Porto Alegre. v.9 p. 87-114.

PEREIRA, Gilson R. de M.; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 107-120, jul./dez. 2002.

PICOLOTTO, E.L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 60-77, jul./dez. 2007.

PINTO, Céli Regina. **Teorias da democracia**: diferenças e identidades na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In. _____.
A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, nº 33, pp. 133-158, 2000.

QUIVY, Raymond. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradativa, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, RJ, vol. 42, nº 03, p. 529-548, jul/set, 2004.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável** – O exemplo de Santa Silvana. - Pelotas - RS. 2000. 331f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

SAUTU, Ruth. **Todo es teoria: objetivos y métodos de investigación**. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

SAUTU, Ruth; et al. **Manual de metodologia - construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed. 2009.

_____ **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed., 1999.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Pais Vasco: TXALAPARTA, 2003.

_____ Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Estudos sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. **Cadernos Ceru**, série 2, nº.13, 2002.

_____ As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, no 18, 1992.

SILVA, A. Santos; PINTO, J. Madureira. **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

SOTO, William Hector Gómez. **A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil**: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SURITA, Rita; BUCHWEITZ, Susanne. **Descobri que tem raça negra aqui**. Pelotas: s.ed., 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** São Paulo: EDUNICAMP, 2001.

VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **RBCS** Vol. 23, São Paulo, nº 68, p. 145-148. 2008.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 19, p. 95-110, nov. 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: _____ **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: Ed UPF, 1999. p. 23-56.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WOJAHN, Ellemar. **Uma experiência cooperativa entre pequenos agricultores.** 1990. 42f. Trabalho de conclusão (Especialização em cooperativismo) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

APÊNDICE A1: QUESTÕES DE PESQUISA DO ESTUDO DE CASO

QN1 – questões orientadas tendo como foco agentes específicos

QN2 – questões orientadas ao caso num nível teórico mais geral

QN2 - Como agentes situados em diferentes organizações constroem a categoria agricultura familiar e orientam suas estratégias de definição desta categoria?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), fotos, observação de campo, entrevistas.

QN2 – Como os diferentes agentes legitimam seu discurso? Suas estratégias são efetivadas através do quê? Capacidade argumentativa, capital cultural, social ou econômico?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), observação de campo, entrevistas.

QN2 – Quais os recursos e estratégias consideradas legítimas pelos agricultores familiares?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), observação de campo, entrevistas.

QN2 – Quais as estratégias ou recursos combatidos?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), observação de campo, entrevistas.

QN2 – Como percebem as diferenças estruturais na organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), fotos, observação de campo, entrevistas.

QN2 – Como se estrutura o espaço social das organizações da agricultura familiar em São Lourenço do Sul?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), observação de campo, disposições em reuniões, tempo de falas, apresentação de si, deferências em reuniões, atas de reuniões, áudios, vídeos, usos do corpo e do espaço, entrevistas, fotografias.

QN2 – Como os agentes mais bem dotados de recursos valorizados neste campo conservam suas posições?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), fotos, observação de campo.

QN2 – Como os agentes menos dotados destes recursos subvertem os princípios de classificação?

Fontes: discursos, áudios e vídeos, publicações (jornais, revistas, panfletos, cartazes, internet), fotos, observação de campo.

QN2 – Como os agricultores familiares recrutados para a atuação na organização da agricultura familiar reconvertem seus capitais para a atuação neste espaço social?

Fontes: entrevistas, observação de campo.

QN2 – Como os agricultores menos providos de recursos materiais e/ou simbólicos resistem?

Fonte: conversas informais, reuniões, vídeos e fotos de eventos, observação de campo e entrevistas.

QN1 – Como o agricultor (liderança, dirigente, técnico, agricultor) ou o mediador social (consultor, político, membro de ONG, organização política ou sindical) iniciou sua atuação nas organizações da agricultura familiar?

QN1 – Como se tornou dirigente, técnico, associado, mediador?

QN1 – Quais qualidades o legitimam?

QN1 – Quem admira na organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul? Por que?

QN1 – Quais qualidades considera importante para uma liderança, dirigente, técnico?

QN1 – Quem foi importante na sua trajetória na organização da agricultura familiar?

QN1 – Quais suas maiores realizações na organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul?

QN1 – Quais os momentos mais significativos da organização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul que participou?

QN1 – Como foram seus embates na organização da agricultura familiar?

QN1 – Qual sua maior dificuldade como liderança, dirigente, técnico?

QN1 – Já pensou em desistir da organização da agricultura familiar? Por quê?

QN1 – O que faz uma boa liderança?

QN1 – O que não é uma boa liderança?

QN1 – Como vê o papel dos mediadores?

QN1 – O que espera da organização da agricultura familiar?

APÊNDICE A2: COLETA DA EVIDÊNCIA DO ESTUDO DE CASO

Documentos: publicações (jornais, revistas, livros, folders, cartazes, sites), atas, relatórios, projetos, fotografias, vídeos, áudios. Tirar indícios merecedores de maior investigação para confronto com os dados obtidos com as demais técnicas de pesquisa. Realizar análise de conteúdo e de discurso das publicações, análise iconológica de fotos, vídeos e observação participante.

Registro em arquivo: censos, sites oficiais com dados sobre projetos realizados pelas organizações que atuam em São Lourenço do Sul, mapas do município. Análise de co-ocorrências nos dados quantitativos.

Entrevistas: seguindo a linha de investigação do projeto com lideranças, dirigentes, técnicos, mediadores e associados. Entrevistas em profundidade com principais informantes e entrevistas focadas com agentes de menor peso relativo no espaço social das organizações da agricultura familiar. Realizar análise de discurso nas entrevistas.

Observação direta: sobre comportamentos e condições ambientais. Reuniões, atividades de campo, trabalho, entrevistas, produção de fotografias. Análise iconológica.

Observação participante: como pesquisador conhecido no município por atividade profissional realizada na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de São Lourenço do Sul em contato indireto com alguns destes grupos da agricultura familiar será possível desempenhar um papel mais próximo de alguns destes grupos. Análise iconológica, observação objetivante.

APÊNDICE B: CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Pelotas, agosto de 2010

Prezados(as) senhores(as):

Esta carta é dirigida aos agricultores familiares, mediadores sociais, técnicos e dirigentes para apresentar nossa pesquisa sobre a agricultura familiar realizada através do pesquisador mestrando em Ciências Sociais, Patrick Machado Kovalski.

Solicitamos que destinem seu tempo, experiência e paciência a nosso pesquisador. Sua cooperação é essencial para explicitarmos problemas ainda pouco conhecidos sobre a agricultura familiar no Brasil.

O programa de pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, ao qual o pesquisador está vinculado, tem como objetivo promover e orientar trabalhos acadêmicos sobre as sociedades brasileira e latino-americana desde a perspectiva das Ciências Sociais.

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, financiadora desta pesquisa, tem como papel fundamental o estímulo a produção científica no país.

A agricultura familiar desde o início da década de 90 forma um importante setor de mobilizações da sociedade civil brasileira, governos federais, estaduais e municipais, além de uma forte produção de pesquisas em universidades e centros de pesquisa pelo Brasil e pelo mundo.

Importantes trabalhos de referência procuraram inicialmente compreender o que é a agricultura familiar, construindo-se uma literatura expressiva sobre esta questão. A presente pesquisa preocupa-se com outra dimensão deste fenômeno da agricultura familiar. Estuda não o que é a agricultura familiar, analisando a coisa feita, mas propõe um estudo detalhado sobre as práticas que afirmam a agricultura familiar como grupo ou categoria com características próprias, distintas e distintivas

de outros grupos rurais, analisando o modo de fazer a agricultura familiar.

A escolha de São Lourenço do Sul para aprofundar o conhecimento sobre a agricultura familiar se justifica pela importância das atividades agrícolas no município expressa pelo número de estabelecimentos rurais (3º maior município do RS com 3.978 estabelecimentos rurais, conforme dados do IBGE, censo agropecuário de 2006) e pela expressiva organização destes agricultores, quer através de instituições públicas como o Conselho Agropecuário (constituído por cerca de 70 associações majoritariamente de agricultores familiares), quer através do grande número de iniciativas da sociedade civil (organizações da agricultura familiar, associações, sindicatos, cooperativas, ONGs) que se mobilizam através desta categoria.

Ao solicitarmos sua cooperação, pedimos licença para fazermos parte de seu dia a dia, conhecermos suas lutas, partilharmos sua história, na compreensão de que é preciso dar visibilidade para os problemas emergentes na sociedade brasileira.

Certos de sua compreensão, cooperação e interesse, antecipadamente agradecemos,

Patrick M. Kovalski

Mestrando em Ciências Sociais ISP/UFPEL
Cientista Social, pesquisador CAPES

APÊNDICE C: INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS

Nº	PERFIL	DATA
1	L, agricultor familiar, formação primária até a 4ª série. Histórico: Coordenador regional da FETRAF-SUL, presidente do Partido dos Trabalhadores, vereador desde 2008, presidente da Associação de produtores de fumo, coordenador da ASSAF.	Outubro/2010
2	H, agricultor familiar, primeiro grau completo por supletivo. Histórico: presidente da CRESOL, secretário do conselho administrativo da CRESOL, secretário do conselho administrativo da COOPAR.	Outubro/2010
3	D, técnico em agropecuária, agente agroecológico. Histórico: presidente do SINTRAF-SUL.	Outubro/2010
4	G, agricultor familiar, liderança local. formação primária até a 4ª série. Histórico: Secretário de Desenvolvimento Rural desde 2006. Vereador de 2005 a 2006; 3º Presidente da COOPAR, fundador da CRESOL, 1º Coordenador da FETRAF.	Novembro/2010
5	B, agrônomo, pós-graduado. Histórico: presidente do Conselho agropecuário de São Lourenço do Sul, funcionário do CAPA-Sul desde 2002.	Novembro/2010
6	R, jornalista, pós-graduada. Histórico: assessora técnica do CAPA-SUL desde 2002.	Novembro/2010
7	A, engenheiro agrônomo, pós-graduado. Histórico: Vereador por dois mandatos, prefeito por dois mandatos. Presidente fundador da COOPAR e CRESOL. Funcionário do CAPA por 10 anos.	Novembro/2010
8	S, agricultor familiar, formação primária até a 4ª série. Histórico: sócio fundador e gerente comercial da COOPAR, vereador desde 2008.	Novembro/2010
9	W, engenheiro agrônomo, pós-graduado. Histórico: coordenador geral do CAPA desde 1989. Candidato a deputado estadual, candidato a prefeito, presidente fundador da COOPAR.	Dezembro/2010
10	R, engenheira agrônoma, pós-graduada. Histórico: coordenadora do CAPA desde 2000.	Dezembro/2010

APÊNDICE D: REGISTRO FOTOGRÁFICO

APÊNDICE D1: Assembleia de fundação do SINTRAF – julho de 2008



Votação do estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar*.



Participação maciça de agricultores familiares na eleição da diretoria do SINTRAF*.



Mesa formada para assessorar os trabalhos, composta majoritariamente por mediadores sociais*.

*Fotos da jornalista Rocheli Wachholz coletadas nos arquivos da ASSAF-SUL.

APÊNDICE D2: Assembleia CRESOL – inauguração sede própria



Mesa de autoridades na assembleia da CRESOL e inauguração de sua sede própria*.



Público presente na assembleia formado por associados da CRESOL*.



Nova sede no núcleo urbano distrital de Boa Vista, área rural de São Lourenço do Sul.

APÊNDICE D3: Fórum da agricultura familiar – inauguração fábrica de laticínios da COOPAR



Reunião para prestação de contas a sociedade civil – Fórum da Agricultura Familiar – relativo ao projeto de industrialização da COOPAR, fábrica de laticínios.



Público presente no evento de inauguração da fábrica de laticínios da COOPAR.



Unidade de produção de laticínios da COOPAR localizada no núcleo urbano distrital de Boa Vista, área rural de São Lourenço do Sul.

APÊNDICE D4: Manifestações públicas e mobilizações.



Mobilização dirigida pela FETRAF em relação ao baixo preço do leite pago aos produtores rurais*.



Protesto em frente a agência da Caixa Federal em Pelotas em função do trancamento de projetos de habitação rural devido a burocracias não atendidas pelos órgãos de representação da agricultura familiar em São Lourenço do Sul*.



Negociação com a Caixa Federal para agilizar processos de habitação rural trancados em função de burocracias não atendidas pela FETRAF*.



Comício com a base e lideranças da agricultura familiar de candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul e ato de recebimento de carta de intenções da agricultura familiar ao futuro governador do Estado, realizado em outubro de 2010 em Canguçu.

ANEXOS

ANEXO A: MATERIAL INFORMATIVO E DE FORMAÇÃO

ANEXO A1: Material de formação FETRAF



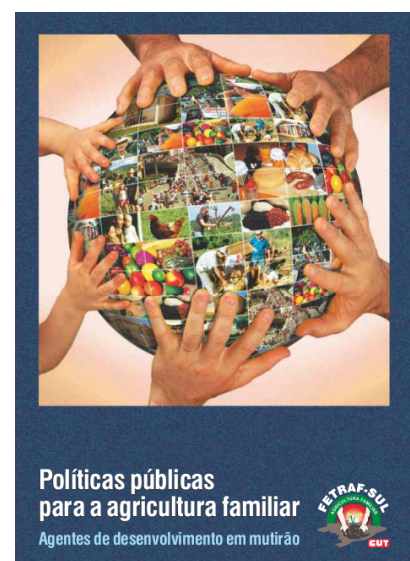
À esquerda - Publicação sobre a luta e organização da agricultura familiar.

À direita - Cartilha com orientações para o fumicultor. Destaque para a difícil contradição da produção de fumo (título) e produção de alimentos (rodapé) nas estratégias de legitimação desta categoria social.

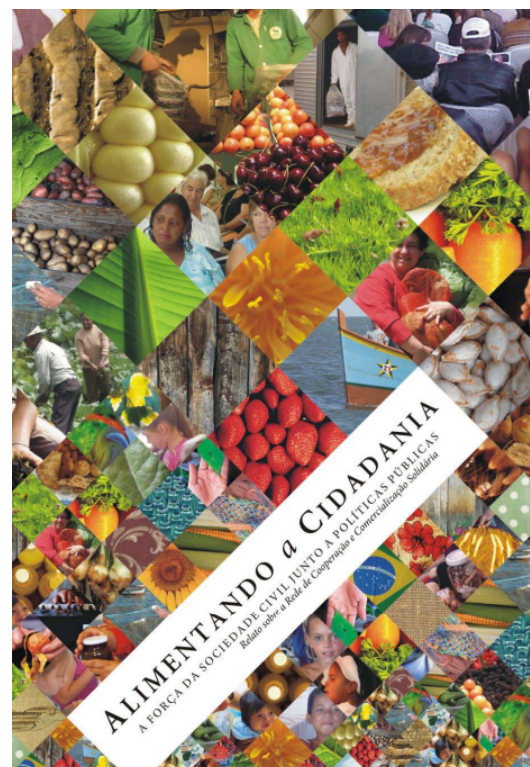


À esquerda: publicação comemorativa de 10 anos de atuação da FETRAF.

À direita: publicação que reproduz a transposição da prática tradicional de produção em mutirão para a organização social e política da agricultura familiar.



ANEXO A2: Material de informativo CAPA



No alto à esquerda: publicação de avaliação de impacto da atuação do CAPA em função dos trinta anos de existência da organização.

No alto à direita: publicação sobre a experiência da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária desenvolvida pelo CAPA na zona sul do Rio Grande do Sul.

Abaixo à direita: publicação sobre o cooperativismo e associativismo com sistematização de informações e experiências do CAPA na zona sul do Rio Grande do Sul.

